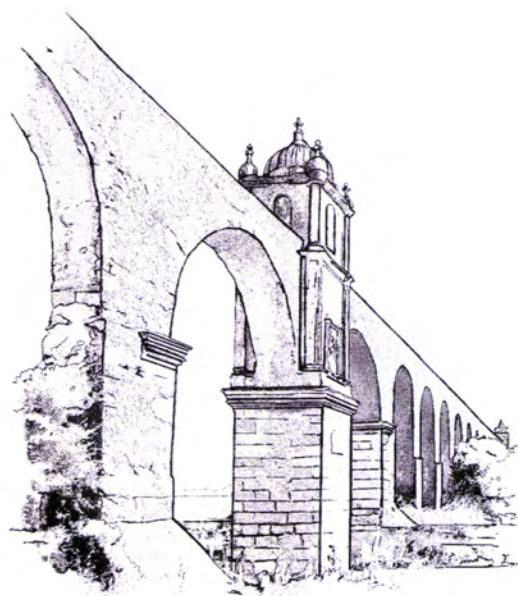


FRANCISCO BILOU

A (RE)FUNDAÇÃO DO
AQUEDUTO
DA ÁGUA DA PRATA,
EM ÉVORA
1533-37

NOVOS DADOS ARQUEOLÓGICOS



Tese de Dissertação de Mestrado em Arqueologia & Ambiente
Departamento de História - Universidade de Évora

co-orientadores:

Prof. Doutor Vasco Gil Mantas

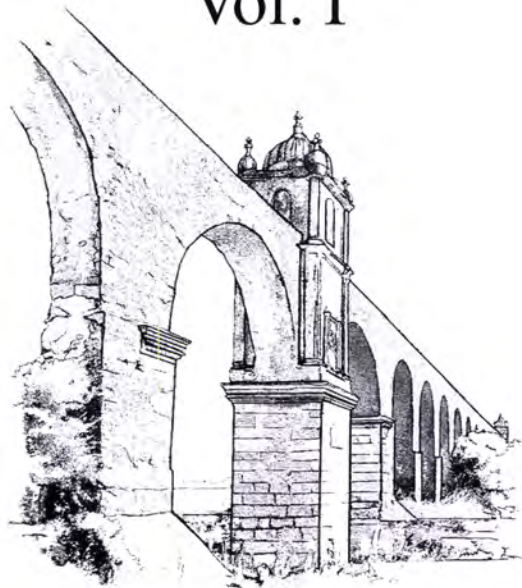
Prof. Doutor Jorge de Oliveira

FRANCISCO BILOU

A (RE)FUNDAÇÃO DO
AQUEDUTO
DA ÁGUA DA PRATA,
EM ÉVORA
1533-37

NOVOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Vol. I



170 392

Tese de Dissertação de Mestrado em Arqueologia & Ambiente
Departamento de História - Universidade de Évora

co-orientadores:

Prof. Doutor Vasco Gil Mantas
Prof. Doutor Jorge de Oliveira

A (RE)FUNDAÇÃO DO AQUEDUTO DA ÁGUA DA PRATA, EM ÉVORA 1533-1537

NOVOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

INTRODUÇÃO	1
 PARTE I	
1. SOBRE A VIABILIDADE DE UM AQUEDUTO ROMANO EM ÉVORA	7
1.1 A água e o conhecimento antigo	7
1.2 Recursos hídricos e salubridade da água	9
1.3 Os aquíferos do Divor e a viabilidade topográfica	10
2. OS INDÍCIOS	11
2.1 O sítio do Divor	11
2.2 Estruturas arqueológicas da água na Évora romana	16
2.3 A questão da “impossibilidade topográfica” na condução da água ao ponto mais alto da cidade	17
2.4 A toponímia antiga: os casos da Rua do Cano e dos “Arcos do Divor”	19
2.5 Os “achados arqueológicos” de André de Resende	22
2.6 O “tanque romano” encontrado junto ao depósito de água da cidade	26
3. NOVOS DADOS ARQUEOLÓGICOS	27
3.1 Bases e marcas de acerto no troço de arcaria de S. Bento de Cástris à Torralva	27
3.2 Reutilização de elementos de cantaria	28
3.3 Os “pegões” da cerca do mosteiro da Cartuxa	29
 PARTE II	
1. A (RE)FUNDAÇÃO DO AQUEDUTO DA ÁGUA DA PRATA (1533-37)	33
1.1 Controvérsias historiográficas	33
1.2 As tentativas de trazer água a Évora nos reinados de D. João II e D. Manuel I	36
1.3 Contextos, protagonistas e polémicas	39
1.4 Dúvidas e certezas sobre o início da obra	47

2. MATERIAIS, ESTRUTURAS E ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO	40
2.1 O cano da quinta da Silveira	40
2.2 O <i>cano real</i>	53
2.3 A ponte ao <i>Cano Alto</i>	55
2.4 A fonte de André de Resende	57
3. A CAMPANHA DE 1534-37	60
3.1 O troço entre S. Bento de Cástris e à Torralva	60
3.2 A arcaria monumental	62
3.3 A inscrição da Rua Pedro Simões	65
3.4 A caixa de água da Rua Nova	66
3.5 Rua Nova, <i>Arco da Rua Ancha</i> e Chafariz da <i>Praça Grande</i>	69
4. EPÍLOGOS	75
 PARTE III	
CONCLUSÕES	78
BIBLIOGRAFIA	83
 PARTE IV	
ANEXOS DOCUMENTAIS (VOL.II)	

INTRODUÇÃO

O AQUEDUTO DA ÁGUA DA PRATA, do alto do seu estatuto de monumento nacional¹ e de maior projecto de aparato público do Renascimento português, tem exercido ao longo dos séculos um considerável fascínio sobre os que estimam o património histórico da cidade de Évora. E muitas são as razões que justificam um tal sentimento. Além das duas evocadas, talvez valha a pena arrolar a mais pueril de todas: a de que o velho aqueduto quinhentista, resistindo às vicissitudes do tempo, ainda hoje continua a cumprir a sua função original – o abastecimento de água potável e perene a Évora².

E não se julgue que este aqueduto se limita à imagem iconográfica da arcaria agigantando-se à passagem da muralha medieval: uma complexa rede de nascentes e sistemas de adução, a montante, e um notável património urbano constituído, sobretudo, por fontes e chafarizes, a jusante, dão corpo a uma vasta estrutura hidráulica de captação, transporte e distribuição de água com mais de 19 km de extensão. E, este sim, é o verdadeiro monumento, tão utilitário quanto grandioso, que os antigos documentos designam, apropriadamente, por *Cano Real da Água da Prata*.

Naturalmente, nem todo este cano real resistiu ao tempo, sobretudo o troço rural entre S. Bento de Cástris e as nascentes do Divor, onde a estrutura hidráulica original foi edificada com evidente simplicidade de recursos. O seu avançado estado de ruína, obrigou, inclusivamente, a uma profunda reforma iniciada em 1873, de que resultou a actual configuração do Aqueduto, visível, sobretudo, entre a estrada de Arraiolos (*monte das Pinas*) e Metrogos. Esta reforma foi ampliada em sucessivas campanhas de beneficiação até cerca de 1930, época em que se iniciou a rede de distribuição domiciliária de água com a construção dos reservatórios de chegada, a central elevatória e o depósito elevado, marcas arquitectónicas ainda hoje bem visíveis na cidade, algumas das quais oportunamente integradas num itinerário expositivo municipal³.

Neste contexto, é natural que a relação afectiva comungada pela generalidade dos eborenses com este património monumental também se insinue na escrita familiar e

¹ Troço de arcada entre S. Bento de Cástris e a Rua do Cano. DG 136 de 23 de Junho de 1910.

² Apesar do sistema de captação, tratamento, transporte e distribuição de água contar hoje com investimentos estruturais substancialmente diferentes, o Aqueduto continua a debitar um volume considerável de água nos depósitos do Alto de S. Bento. No ano de 2007 a adução foi de 659.850m³, valor que representou 15,8% do total do consumo da cidade (Fonte: CME/DAQ).

³ Os quatro reservatórios de chegada e respectiva central elevatória, situados na Rua Menino Jesus, foram objecto de museolização em 2003 (Unidade Museológica CEA – Central Elevatória de Água(s) da Cidade de Évora).

sincera dos “eborógrafos”. E muitos foram – entre nomes de diferentes épocas e desigual dimensão biográfica – os que lhe dedicaram generosas páginas de divulgação histórica⁴, contributos científicos diversos⁵, projectos de investigação arquitectónica e arqueológica⁶, estudos de recuperação e valorização patrimonial⁷, e até, como nos assegura Diogo Barbosa Machado, um “*Tratado do Aqueducto Real da Fonte da agua da prata* dedicado ao Senado da Cidade de Evora, em cujo Cartorio fe guarda” (MACHADO, 1741: 72), obra assinada pelo vereador (1605-1606) e *Provedor do Cano*, Agostinho de Moura Peçanha, e da qual parece não restar memória nos nossos arquivos.

Diga-se, a propósito, que este acentuado interesse público pelo aqueduto de Évora, em especial nos últimos anos, tem sublinhado a importância da dinamização e rentabilização do seu enorme potencial turístico, lúdico e cultural, sendo bom exemplo a recente criação do “Percurso Ambiental da Água da Prata”, por iniciativa camarária⁸.

Em muitos destes aspectos nos revemos tributários, quando não devedores. Talvez por isso nos sentimos tentados, desde há vários anos, a avançar no estudo e salvaguarda deste importante património local. Vontade adiada, diga-se, sobretudo pela manifesta falta de disponibilidade para levar a cabo um projecto de investigação, coerente e consequente, no mínimo tocado por algum ensaio de novidade.

Contudo, em 2007, circunstâncias várias levaram-nos a interessar definitivamente pelo tema. Uma das que mais terá pesado resultou da leitura do um artigo publicado na revista *Monumentos* com o título “o sistema hidráulico quinhentista da cidade de Évora”⁹. Nele, os seus reputados autores sentenciavam a inexistência de um aqueduto romano anterior à obra quinhentista por mera impossibilidade técnica, afirmando-o com

⁴ Algumas das quais em publicações periódicas como o *Archivo Pittoresco*, *Archivo Popular* e *Folha do Sul*. De particular interesse a argumentação de Augusto Filipe Simões e de J. de Vilhena Barbosa sobre a antiguidade da torrinha terminal do Aqueduto (Cf. *Archivo Pittoresco*, Vol. X, Lisboa, 1867, pp. 33-35 e 46-48). Entre os vários autores destacam-se: Manuel Fialho, Francisco da Fonseca, António Franco, Gaspar Estaço, Diogo Barbosa Machado, Augusto Filipe Simões, Vilhena Barbosa, António Francisco Barata e Gabriel Pereira. Por todos: ESPANCA, Túlio, “O Aqueduto da Água da Prata”, in *A Cidade de Évora*, Évora, N. 5, 1944.

⁵ Veja-se por exemplo: MOREIRA, Rafael de Faria Domingues (1991), *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, Lisboa, Tese de Doutoramento, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, (políc.); BRANCO, Manuel Joaquim Calhau (1990), *A Construção da Graça de Évora (Contexto Cultural e Artístico)*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Vol. I, Lisboa, FLUL (políc.).

⁶ FERREIRA, Mário Rodrigues, et al. (2006), *Relatório da Implantação Arqueológica e Geológica do Aqueduto da Água de Prata entre Évora e Graça do Divor*, Projecto de Recuperação Arqueológica do Traçado do Aqueduto, UAL/CME (políc.).

⁷ MONTEIRO, Maria Filomena (1995), *O Aqueduto da Água da Prata em Évora. Bases uma Proposta de Recuperação e Valorização*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, (políc.); QUINTELA, António de Carvalho, et al. (2005), *O Aqueduto da Água da Prata e o Abastecimento de Água a Évora*, APRH/CME.

⁸ Projecto inaugurado pela Autarquia de Évora, no dia 27 de Setembro de 2008, com o apoio financeiro do Turismo de Portugal e que surge na sequência de um plano alargado de valorização dos percursos ambientais concelhios.

⁹ Cf. MONTEIRO, Maria Filomena e JORGE, Virgolino Ferreira (2007), “O sistema hidráulico quinhentista da cidade de Évora”, in *Monumentos*, N. 26, DGEMN, Lisboa, pp.92-99.

tal segurança que nem sentiram necessidade de esboçar a mais leve argumentação topográfica em defesa da sua tese. Dito assim, ficámos a imaginar se valeria o esforço tentar reabilitar alguma vez o tema do aqueduto romano...

Em boa hora o decidimos fazer. E partimos do princípio de que a interpretação dos factos devia ser feita por cuidadosa recolha de prova que a diligência (não raras vezes a ventura) permitisse carrear com sucesso. E sendo correcta esta premissa, a sua oportunidade ganhou mais força com a materialização de resultados concretos a compulsar toda a bibliografia para confronto de dúvidas e incoerências; a recolher indícios de estruturas e materiais arqueológicos; a esmiuçar a toponímia e a cartografia; a rever os locais-chave uma e outra vez; a seguir pistas abandonadas; a filtrar informação variada no mesmo crivo da dúvida; a entusiasmar gente da historiografia local a acreditar na viabilidade de hipóteses.

Foi, justamente, esta a metodologia adoptada ao decidirmo-nos pelo tema do Aqueduto. E, ao segui-la, julgamos ter logrado alcançar, além de um lastro de legitimidade científica, as bases conceptuais de um projecto de investigação consistente e coerente onde muito ajudou a imediata identificação de grafitos incisos nos rebocos do Aqueduto e de várias estruturas arqueológicas inéditas a ele associadas, num troço de arcaria pouco conhecida (pelo o que agora se percebe) daqueles e de outros autores que estudaram a hidráulica em Évora.

Com o amadurecimento dos primeiros dados recolhidos e, sobretudo, quando se tornou óbvia a sua solidez probatória, foi-nos, então, permitido considerar a hipótese de os fundamentar num projecto académico consistente. Perante esta circunstância, não hesitámos em assumir a sua condução como um verdadeiro imperativo de consciência face à importância histórica e arqueológica dos dados em questão pois que, não nos bastando a desejável divulgação pública dos resultados, também entendemos oportuna (e legitimadora) a sua defesa na forma de uma tese de dissertação, no âmbito do mestrado em Arqueologia & Ambiente, do Departamento de História da Universidade de Évora.

Independentemente da importância científica dos primeiros dados recolhidos – em boa verdade passíveis de constituir substância documental autónoma para um projecto de investigação –, não hesitámos em conduzir este plano de estudo a um cenário mais ambicioso, movido pela mesmíssima razão pessoal que se nos colocara à partida: dar resposta às persistentes dúvidas e incoerências sobre a fundação do Aqueduto da Água da Prata, tão antigas quanto a própria historiografia do monumento.

Com efeito, se analisarmos pormenorizadamente tudo quanto se escreveu sobre o aqueduto de Évora, temos que admitir que a diversidade de ângulos por onde foi sendo conjecturada a abordagem histórica da sua edificação não lhe conseguiu resolver algumas dúvidas capitais. Destas, sobressaem pela sua importância histórica: as origens temporais da obra e respectiva sequência construtivas; a evidência de uma estrutura arqueológica romana sob o traçado quinhentista e respectivas condições topográficas na condução da água à parte mais alta da cidade; a intervenção arqueológica de André de Resende e consequente influência na decisão régia; e a edificação da estrutura monumental como instrumento de afirmação ideológica dos valores da antiguidade clássica e de glorificação áulica de D. João III.

Esta incómoda realidade parece ter limitado a procura de resposta nas fontes escritas tradicionais, nas estruturas arquitectónicas subsistentes e nos indícios arqueológicos, topográficos e toponímicos. E, faltando estes elementos de prova, o discurso historiográfico, incluindo o mais recente, não teve outra alternativa que não conformar-se com hipóteses, estas, não raras vezes, contraditórias entre si.

Diga-se, em abono da verdade, que no caso específico do “aqueduto romano”, os historiadores antigos sempre se mostraram mais persuadidos da sua existência de que os seus homólogos contemporâneos. Talvez isto se deva ao facto de nunca terem posto em causa o papel e a autoridade de Mestre André de Resende nesta e noutras matérias do conhecimento das “antiguidades”. Contudo, o distinto epigrafista alemão Emil Hübner, na segunda metade do séc. XIX, ao sentenciar sobre aquilo que há muito fundava um dos melhores argumentos dos historiadores antigos – de que as lápides que consagravam a antiguidade de Évora e do “aqueduto sertoriano” atribuídas ao labor arqueológico de Resende não passavam, afinal, de hábeis falsificações¹⁰ – liquidou não só a reputação do célebre humanista eborense como atirou ao risível as certezas de uns antigos “tanques”, “canos” e “pegões” tão estimados na tradição literária local.

Foi deste modo que, passando de provado a improvável, Túlio Espanca (e na sua senda muitos outros) acabou por recolocar a “questão do aqueduto romano” onde ela passou a ser mais sensível – a inexistência de elementos de prova.

¹⁰ Emil Hübner questionará (nem sempre com razão, mas sempre com azedume) a inventiva das composições epigráficas de André de Resende: Hübner, E. (1869), *Corpus Inscriptionum Latinarum (C.I.L.) Vol II, Hispania*, Berlim; (1871), *Inscriptiones Hispaniae Christianae*, Berlim. O estudo crítico sobre a falsificação ou adulteração de inscrições de Resende ou a ele atribuídas tem sido convocado por vários autores. Por todos: ENCARNAÇÃO, José de (1991), “Da Invenção de Inscrições Romanas pelo Humanista André de Resende”, *Biblos*, LXVII, pp.193-221.

Tardariam estes elementos. Os documentais, porque dissimulados entre os milhares de manuscritos das nossas bibliotecas e arquivos; os arqueológicos, talvez por se suspeitar não existirem, ainda que remirados por muitos os recessos do actual percurso do Aqueduto. E, nem mesmo a descoberta das termas romanas da cidade, o “reaparecimento” dos tanques envolventes ao templo e a constatação do pródigo volume de água que ambas estruturas exigiam para funcionar, garantiu a esperada evidência que, finalmente, aclarasse as dúvidas mais entranhadas. E a concorrer com todos estes elementos a presença da toponímia antiga, onde nomes como “Rua do Cano” e “Arcos do Divor”, ambos anteriores ao séc. XVI, sempre pareceram inusitados anacronismos.

Mantendo-se a dúvida e a reserva em torno destas matérias, não admira que no citado artigo sobre o aqueduto de Évora e apesar da reconhecida idoneidade científica dos seus autores se continue a considerar como hipótese pouco provável a existência de uma estrutura de transporte de água anterior ao séc. XVI e a datar o início da construção da obra de 1531¹¹.

A vontade de erguer este estudo à dimensão de uma tese de mestrado teve como propósito o esclarecimento das muitas dúvidas, imprecisões e incoerências enunciadas. Mas, também, advogar sobre uma “causa”, contraponto os argumentos que alguns autores mais habilitados foram “instituinte” no estudo do Aqueduto. E o ponto de partida foi, como se disse, a identificação de novos e decisivos elementos históricos e arqueológicos, os quais permitiram não só responder a algumas dúvidas que ensombravam a história do cano quinhentista como harmonizar o processo da sua fundação sobre as evidências de uma obra da época romana, reabilitando neste processo (e sem que isto nos tenha grandemente surpreendido) a tradição literária de autores eborenses controversos, sobretudo André de Resende e Manuel Fialho.

Encontrada a razão e a motivação que deu corpo a este plano de estudo, fomos recolhendo e ordenando todos os indícios que nos pareceram mais relevantes, dos mais óbvios aos mais intangíveis. Processo onde muito ajudaram os dados inéditos exarados das fontes manuscritas da Biblioteca Pública de Évora e do Arquivo Nacional Torre do Tombo, bem como novos e decisivos testemunhos arqueológicos recolhidos no terreno. E se para os primeiros contámos com a inestimável ajuda do Dr. Manuel Branco – que com esforço e dedicação os resgatou e estudou em primeira-mão

¹¹ “É fortemente improvável a chegada de água à zona do *forum* de Évora antiga, através de um aqueduto aéreo e por acção da gravidade, devido à reduzida diferença de cotas entre a área das captações na Graça do Divor e o templo romano da urbe”. (...) “O arranque das obras de construção do aqueduto, de iniciativa e expensas régias, ocorreu no ano de 1531 (...)”: MONTEIRO, *op. cit.*, pp. 93, 94.

e os quis compartilhar connosco em artigo científico editado no boletim de cultura da Câmara Municipal de Évora, *A Cidade de Évora*¹² –, os segundos foram por nós identificados e analisados em sucessivas prospecções de campo realizadas em distintos locais do percurso do Aqueduto, entre os anos de 2007 e de 2009.

Todavia, o contributo deste estudo não reside apenas no acréscimo de informação inédita para satisfação de dúvidas antigas e reabilitação de figuras controversas. Ao optarmos por uma investigação arqueológica, bibliográfica e documental, também desejámos alcançar com este trabalho uma leitura integradora sobre a génese fundacional do aqueduto de Évora observada à luz do respectivo contexto sócio-cultural, abrindo espaço, inevitavelmente, à reflexão sobre o significado ideológico da obra.

Por outro lado, esperamos que esta tese, ao potenciar renovadas fontes de interesse cultural e patrimonial, também contribua para uma maior consciência colectiva de salvaguarda e usufruto público do monumento. Estamos convictos que dificilmente outra estrutura arquitectónica com este grau de monumentalidade e inserção na paisagem urbana e rural de Évora conseguirá concitar sobre si um tão generalizado interesse como imóvel histórico associado, além do mais, a um notável percurso ambiental.

Por fim, expressamos um justíssimo agradecimento a todos quantos permitiram viabilizar este trabalho de investigação. Além dos muitos laços de cumplicidade com colegas e amigos, referimos com especial gratidão e amizade o empenho do Dr. Manuel Branco, infatigável investigador eborense que connosco quis compartilhar um permanente e enriquecedor debate de ideias. É, ainda, de elementar justiça sublinhar o saber atento e interventivo dos docentes do Departamento de História da Universidade de Évora, de particular relevância os sábios conselhos dos dois responsáveis pelo mestrado – a Prof. Doutora Leonor Rocha e o Prof. Doutor Jorge de Oliveira, este também na qualidade de co-orientador –, determinantes, na forma e no conteúdo, para o apuro final da obra. E ao Prof. Doutor Vasco Mantas, porto seguro onde fundeámos dúvidas entranhadas e que, sob sua orientação e sapiência, conduzimos muita da nossa incerteza à segurança da melhor decisão.

A todos eles prestamos um sincero e sentido tributo, pois o muito que deles aqui fica registado sob nossa responsabilidade autoral a isso nos obriga.

¹² BILOU, Francisco e BRANCO, Manuel J. C., “A Obra do Aqueduto da Água da Prata, em Évora: dois testemunhos inéditos”, in *A Cidade de Évora*, N.º 7, II Série (no prelo).

Fons erat illimis nitidis argenteus undis...
Límpida fonte em ondas de prata se derrama...

OVÍDIO, *Metamorfoses*, L.III, 34

PARTE I

1. A VIABILIDADE DE UM AQUEDUTO ROMANO EM ÉVORA

1.1 A ÁGUA E O CONHECIMENTO ANTIGO

É bem conhecida a importância da água nas cosmogonias e mitos de criação do mundo nas sociedades antigas. Também a explica, eloquentemente, Tales de Mileto, um dos sete sábios da Antiguidade, ao observar que a água é o princípio de todas as coisas; sublinha-a Vitruvius, ao qualificar que “entre todas as coisas, parece que nenhuma apresenta tantas utilidades quanto a água” (VITRÚVIO, VIII, 3, 28). Mas, mesmo que assim não fosse e nunca ela tivesse presidido à sacralidade das mitogonias originais, à *physis* pré-socrática, à inspiração dos cultos aquáticos dos ninfeos da mitologia clássica, ou ao gesto simbólico da purificação judaico-cristã do baptismo, a água não deixaria de nos lembrar a sua poderosa elementaridade, tão sagrada quanto vital, na relação do ser humano com o mundo natural que o rodeia.

Todavia, importará na circunstância observá-la estritamente como um elemento histórico de civilização. E, nesta perspectiva, também é conhecido e admirado o engenho dos povos da Antiguidade na captação e transporte da água através de canais de variada extensão e complexidade. De todos eles, o povo romano foi quem mais apurou o conhecimento da engenharia hidráulica e o uso da água no contexto do desenvolvimento urbano das cidades. Testemunha-o a diversidade e a qualidade dos aquedutos construídos por todas as províncias do seu vasto império. Alguns deles, erguidos em sólidas arcarias de pedra em cidades históricas como Segóvia, Mérida, Tarragona ou Nîmes (*Pont du Gard*), constituem uma das mais impressionantes imagens da herança cultural latina.

Conjuntamente com este legado de admiráveis estruturas hidráulicas, os romanos também deixaram o seu conhecimento teórico sobre os processos de

construção e preservação da arquitectura da água. No mais conhecido tratado da Antiguidade – *De Architectura, Libri Decem* –, escrito por Marco Vitrúvio Políon, cerca do ano 30 d. C., todo o Livro VIII está consagrado aos métodos, técnicas, instrumentos e materiais adequados à identificação dos recursos aquíferos salubres e à construção de condutas de água¹³.

Contudo, a principal fonte de informação sobre o abastecimento urbano de água na época imperial é a obra de Sextus Julius Frontinus, intitulada *De aquae ductu*. Frontino, que desempenhou o cargo de *curator aquarum* na época de Nerva e Trajano (séc. I d. C.) (MARTÍNEZ, 1977: 147), deixou um inestimável registo escrito sobre os aquedutos que se construíram até ao seu tempo, bem como a organização do transporte e distribuição de água às cidades romanas.

Pelas descrições de Frontino podemos avaliar o domínio da técnica de construção dos aquedutos na Roma Antiga. Surpreendem as distâncias que alguns alcançam: dos onze que abasteciam a *urbi Romae*, a *Aqua Marcia* tinha 91 km de extensão e a *Aqua Claudia* atingia os 68 km, dos quais 58 km subterrâneos (*Idem*, 153). Surpreende a organização dos meios de conservação e superintendência de todo o aparato hidráulico que requeria uma *familia aquaria publica* e uma *familia aquaria Caesaris*, num total de 700 escravos, distribuindo-se numa rede hierarquizada de funções específicas (*Idem*, 150). Surpreende, ainda, a importância que é dada à qualidade (*limpidae*) da água e ao seu uso público adequado; e de que modo este aspecto classificava a “natureza” dos aquedutos, fazendo com que uns servissem apenas para o consumo de água potável e outros para a rega de jardins e usos aprazíveis da cidade¹⁴. Surpreende, finalmente, o rigor topográfico posto na edificação destas estruturas, para o qual muito contribuiu o uso de uma série de instrumentos ópticos (*dioptras*) e, sobretudo, o *corobate*, instrumento recomendado por Vitrúvio (VITRÚVIO, VIII, 6, 45) e que ainda no séc. XVIII (1728) era usado no levantamento de grandes obras hidráulicas *para se emendarem os erros, q’ os liveis ordinarios costumão causar* (MACHADO, 1745: 174v).

¹³ Por todos: MACIEL, M. Justino (2006), *Vitrúvio – Tratado de Architectura*, Lisboa, IST Press.

¹⁴ “Así, pues se resolvió la separación de todos los acueductos y la distribución de cada uno de forma que, sobre todo la Marcia, pudiese utilizarse enteramente para la bebida y que cada uno de los restantes se destinasen a usos adecuados con su cualidad característica. Así, por ejemplo, el Anión Viejo que por muchas razones y precisamente por captarse a un nivel inferior es menos salubre, debería ser utilizado para el riego de los jardines y para los servicios más deletéreos de la misma Ciudad”: FRONTINO, XCII, *Apud*. MARTÍNEZ, Santiago F. (2006), “Las presas y el agua potable en época romana: dudas y certezas”, *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana, III Congreso de las Obras Públicas Romanas*, Astorga, pp.145-166.

1.2 RECURSOS HÍDRICOS E SALUBRIDADE DA ÁGUA

Este aspecto da qualidade e abundância dos mananciais de água na hidráulica romana tem um particular significado na percepção da viabilidade de um aqueduto antigo em Évora.

Se Roma foi uma exceção quanto à diversidade e à qualidade dos recursos hídricos que a abasteciam, como refere Frontino, as soluções encontradas para as cidades da Hispânia evidenciaram, sobretudo, uma variação de acordo com as características geomorfológicas dos territórios onde se implantaram e respectivos recursos hídricos disponíveis: cursos de água, lagos e aquíferos subterrâneos. Assim, por exemplo, os aquedutos de Alcanadre-Lodosa, nos limites de Navarra-Logroño, e de Tarragona, tinham a sua origem, respectivamente, nos rios Ebro e Gaya; os de “Los Milagros” e de *Aqua Augusta*, em Mérida, nas barragens de Proserpina e Cornalvo; os das cidades de Lugo¹⁵, Conimbriga¹⁶ e Toledo¹⁷ em nascentes de água potável.

Das diferentes soluções de captação utilizadas no abastecimento de água à cidade romana, a mais desejada e procurada era, naturalmente, a que provinha de aquíferos subterrâneos perenes e potáveis. Foram os próprios tratadistas antigos que o sublinharam: “deverão procurar-se escolher as fontes, com grande diligência e indústria, tendo em vista a saúde da vida humana” (VITRÚVIO, VIII, 3, 28). Só duas fortes razões justificavam que assim não fosse: a ausência de fontes de água potável em cotas que permitissem uma canalização por gravidade; a necessidade de um volume de água superior à capacidade dos débitos dos aquíferos subterrâneos. Este último caso justificar-se-ia plenamente em Roma e em grandes e populosas urbes provinciais como *Emerita Augusta*, *Iol-Caesarea*, ou *Cirta*, locais onde o abastecimento era feito simultaneamente através de vários aquedutos (MARTÍNEZ, 1977: 151).

Além da escolha de nascentes apropriadas à satisfação do consumo diário da cidade, as estruturas hidráulicas deveriam garantir a condução da água aos principais locais públicos urbanos, conservando intacto o seu estado de pureza ao longo do

¹⁵ ASOREY, Rubén Álvarez, *et al.* (2003), “*Aqua Urbi*. Historia do abastecimento de auga á cidade de Lugo, (época romana - século XX)”, in *Traballos de Arqueoxía*, N.1, Lugo.

¹⁶ ÉTIENNE, R. e ALARCÃO, J. (1974), “O Aqueduto Romano de Conimbriga. Relatório Preliminar”, in *Congresso Nacional de Arqueologia*, III, Porto, 1973, Porto, pp. 283-291.

¹⁷ GOITIA, Fernando Chueca (1982), “Abastecimiento Romano de Aguas a Toledo, Declaración de Monumento Histórico - Artístico”, in *Boletín de la Real Academia de La Historia*, N.17, C. 2, pp. 385-386.

percurso. Desta preocupação dá-nos conta Vitruvius, aconselhando que o transporte da água se realizasse através de canais abobadados, para que deste modo ela fosse “o menos possível tocada pelo sol” (VITRÚVIO, VIII, 6, 1).

Além da qualidade e quantidade da água transportada pelos aquedutos romanos, o seu destino não se restringia à alimentação de fontes e chafarizes. Eram muitos os usos públicos antes se tornar em *aqua caduta*, ou seja em água sobrando que os particulares poderiam utilizar mediante licença das autoridades locais (MARTÍNEZ, 1977: 153). Termas, balneários e tinturarias eram certamente alguns dos lugares de maior consumo e aqueles que tinham uma concessão pública sem reservas (Ibidem) através de uma taxa paga anualmente ao Estado (VITRÚVIO, VIII, 6, 2).

1.3 OS AQUÍFEROS DO DIVOR E A VIABILIDADE TOPOGRÁFICA

A percepção sobre a viabilidade de um aqueduto romano em Évora depende, antes de mais, da existência de recursos hídricos disponíveis em quantidade e qualidade e, naturalmente, situados a uma altitude superior à cota máxima da cidade para que desse modo pudessem a ela chegar por gravidade. É bem verdade que a solução de uma represa poderia constituir uma alternativa válida, em consonância com os casos citados. No entanto, duas fortes razões contrariam esta hipótese. Em primeiro lugar a inexistência de cursos de água na região com caudal significativo e a cotas de represamento viáveis, acrescentando a aparente ausência de qualquer vestígio arqueológico da hidráulica romana na envolvente da cidade (cf. *Carta Arqueológica do Concelho de Évora*). Depois, porque a localização altimétrica da *Ebora* romana¹⁸ não permite soluções alternativas de abastecimento por gravidade que não as provenientes dos relevos situados a noroeste, pontuados pelo Alto de S. Bento. Diga-se, em complemento deste raciocínio, que a média altimétrica dos cursos de água de maior expressão na envolvente de Évora – o Xarrama e o Degebe – se situa claramente abaixo da cota da colina da cidade, num desnível estimado entre 20 m a 50 m.

Três factores fazem convergir a alternativa mais plausível para a região do Divor:

– A confluência das bacias hidrográficas do Tejo, Sado e Guadiana em altitudes superiores às da própria cidade (**Fig. 1**);

¹⁸ O ponto mais elevado situa-se à cota 310 m.

- A disponibilidade hídrica de nascentes abundantes e de boa qualidade;
- A constância do nível altimétrico, à cota 320 m, ligando as principais nascentes – *Prata e Minas* – à colina de S. Bento, sobranceira a Évora (**Fig. 2**).

O encontro destas três condições naturais a uma distância linear de Évora de cerca de 10,5 Km, corroborando um dos principais ensinamentos antigos de que a abertura de fontes se deveria fazer “sobretudo nos montes e lugares voltados para o Norte, porque neles se encontrarão as águas mais agradáveis, sãs e abundantes” (VITRÚVIO, VIII, 1, 6), configura um forte argumento na viabilização de um aqueduto romano, em Évora.

2. OS INDÍCIOS

2.1 O SÍTIO DO DIVOR

Contudo, a presença de condições naturais, sendo um factor importante, não é só por si um elemento probatório para validar liminarmente a tese que aqui nos ocupa. Abordámos apenas a questão da “viabilidade”. Vejamos agora os indícios, começando pelo mais intangível de todos – o sítio do Divor.

*(...) No qual se persuadiram os antigos, posto que ainda gentios, que naqueles campos se juntavam os seus deuses a fazer as suas festas; por isso lhe chamaram, campos dos Deuses em latim; divorum*¹⁹. Foi com estas palavras que o padre Manuel Fialho, no início do séc. XVIII, explicou a origem toponímica do Divor, fazendo fé na lenda de fundação do lugar e na interpretação mais plausível para o vocábulo latino que, já na sua época, figurava inscrito na fachada da igreja paroquial²⁰, e cujo uso vernacular tinha, pelo menos, três séculos de antiguidade²¹.

Sejam ou não credíveis os fundamentos etimológicos evocados, este nome invulgar não poderá deixar de estar associado à importância do território onde se insere, o qual constitui uma das mais notáveis paisagens culturais do aro de Évora. Desde logo, pela circunstância geomorfológica de nele se encontrarem, como se referiu, as bacias hidrográficas do Tejo, Sado e Guadiana, ou seja, o ponto de confluência das principais

¹⁹ FIALHO, Manuel, *Évora Ilustrada*, BPE, Cod. CXXX/1-111, Tomo IV, fol. 903.

²⁰ DIVORVM HANC MOLEM DOMINAE POSVERE COLONI. / GRATIA, SUBTANTONVMINE, CERTA MANET.

²¹ A mais antiga referência documental conhecida do Divor data de 1321. Cf. *Tombo das Herdades e Capelas do Cabido*, Códice do Cabido da Sé de Évora, CEC-3-II (ACSE).

linhas de festo do Alentejo Central. Depois, pelo facto de nele se situar, além de bons solos agrícolas, um dos melhores aquíferos subterrâneos da região²², com água de excelente qualidade e pureza química²³. Finalmente, pela excepcional concentração de estruturas arqueológicas pré e proto-históricas, como são os casos dos núcleos de antas da Valeira e do Silval, dos recintos megalíticos de Portela de Mogos e Vale Maria do Meio, dos menires da Valeira, Casbarra e Oliveirinha, ou dos recintos ciclóticos de Vale de Sobrados, de Vale de El Rei de Cima e do “Cabeço dos Mouros” (Fig. 3).

No entanto, foi sob o domínio romano que a área do Divor parece ter tido uma profunda e estruturante rede de povoamento rural. Num perímetro limitado a norte pelo solar da Sempre Noiva, a nascente pelo *monte* da Parreira, a sul pelo solar da Oliveira e a poente pelas herdades de Paredes e Azinheira, observa-se uma das maiores taxas de concentração de vestígios arqueológicos romanos na região de Évora. Além de sítios de pequena dimensão, de tipo “casal”, abundam vestígios arqueológicos em extensão, alguns correspondendo a *villae*, de que a mais notável em grandeza e estado de conservação é a de Paredes/Azinheira²⁴, situada na extrema dos concelhos de Évora com Montemor-o-Novo.

No centro geográfico e espiritual do Divor, e a poucas centenas de metros da fonte da Água da Prata, ergue-se a igreja paroquial consagrada a N. Sra. da Graça, cuja antiguidade remonta, pelo menos, a 1536 (ESPANCA, 1966: 322). Observada de longe, revela na sua brancura e isolamento um fugaz vislumbre dos antigos *morabitos* islâmicos, circunstância que, a ser verdade, não estaria desajustada das tradições construtivas da arquitectura do sul do país e muito menos da familiaridade toponímica local, de que são bons exemplos os *montes* circunvizinhos de Benamarique, Alcanede, Almansor²⁵ e Carias. No entanto, esta aparência eremítica é ilusória quando vista de

²² “(...) As reservas aquíferas subterrâneas da região [do Divor] são constituídas por:

- toaíhas aquíferas superficiais ou pouco profundas nas rochas alteradas e permeáveis por causa da sua alteração;
- níveis aquíferos mais profundos e irregulares nas fendas das rochas pouco alteradas”.

“Relatório sobre as águas dos vales da Prata e do Divôr que abastecem a cidade de Évora”, in *Técnica*, N.º 14, 1928, pp. 177-183.

²³ Como consta do relatório de 1852, vertido no *Regimento Filipino* de 1606 (fols. 64v e 65): (...) *à vista d’isto (...) pode dizer-se que é uma excelente água potável*.

²⁴ Esta *villa* de grandes dimensões foi a dada a conhecer por Mário Saa no princípio dos anos sessenta do séc XX. No trabalho de campo que efectuámos no âmbito do levantamento do sistema viário antigo na região de Évora foi-nos possível recolher, ainda, da tradição oral, o nome pelo qual era conhecida esta estrutura habitacional romana – cidade de *Niça*. Em Outubro de 2007 e já no contexto do mestrado em Arqueologia e Ambiente, retornámos ao local aferindo algumas notas tomadas, alguns anos antes, no caderno de campo: para além de um significativo espólio de cerâmica de revestimento e comum onde sobressai a profusão de bordos, fundos e asas de ânforas, existem silhares de granito na passagem da ribeira de Capelos; um possível *podium* de um pequeno templo; um significativo troço de parede com cerca de 3 metros de altura que parece limitar, a sul, o perímetro da *pars urbana*; e uma possível estrutura de contenção de água (tanque/piscina?), a norte.

perto, não só pelo que se revela da estrutura complexa e contrafortada do templo mas, sobretudo, pelo que se observa da inesperada fachada, dominada por um imponente exonartex de três arcos de meio ponto, revestido a mármore contrastante e sobrepujado com a imagem da Virgem, inscrita num nicho de aparato clássico (**Fig. 4**). Sobre o arco da fachada uma inscrição latina de recorte bem renascentista:

DIVORUM HANC MOLEM DOMINAE POSVERE COLONI.
GRATIA, SVBTANTONVNIME, CERTA MANET

OS COLONOS DEDICARAM ESTE EDIFÍCIO À SENHORA DOS DEUSES.

A GRAÇA PERDURA SEM DÚVIDA SOB A PROTECÇÃO DE TÃO GRANDE NÚMEN²⁶

Há nesta estrutura porticada uma clara afinidade estilística com a da igreja de S. Mamede, em Évora, sublinhada pela solução muito “serliana” das formas clássicas e pelo uso contrastante de mármore da região. No entanto, ao contrário daquele templo eborense, edificado entre 1564 e 1566 (BRANCO, 1998: 240), a obra do Divor parece ser posterior (ESPANCA, 1966: 362).

Neste como em muitos outros casos, a ausência de dados documentais, mormente sobre os encomendadores e executantes da obra, inviabiliza qualquer tentame de interpretação definitiva sobre o contexto cultural e o significado programático da edificação. Talvez seja por esta razão que a historiografia sobre este espaço religioso se limita às páginas do *Inventário Artístico de Portugal* e à elegante descrição que dele faz Túlio Espanca: “O curioso nartex, de três arcos de volta perfeita e dois portados arquitravados, de mármore azuis e brancos, da região, com empena entrecortada e nicho composto pela imagem da padroeira, também marmórea, imprime certa nobreza de linhas ao edifício (...). Pináculos piramidais, muito alongados e concluídos por esferas, completam este corpo que é inspirado em modelos clássicos, tendo como próxima fonte de sugestão a galilé da igreja de S. Mamede, de Évora, dos fins do quinhentismo” (*Ibidem*)” (**Fig. 5**).

²⁵ Na reivindicação dos “reguengos e herdamentos” de D. Dinis (1285) nomeia-se o lugar de *Almaçor*, que pela descrição parece corresponder à localização do actual *monte de Almansor*: “(...) El Rey ha huum herdamento seu sem contenda devisado e marcado cõ nos vizios (vizinhos) dapres em logo que dizem Almaçor (...)”: PEREIRA, Gabriel (1998), *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, IN-CM, Lisboa, ed. *facsimilada*, p. 41.

²⁶ Leitura interpretativa por especial gentileza do Prof. Doutor José d’Encarnação.

Apesar de todos os indícios artísticos da reforma da igreja avançados por Espanca apontarem para as primeiras décadas de Seiscentos, em boa verdade a argumentação apresentada não clarifica, em definitivo, a antiguidade desta obra. Sobretudo se considerarmos apenas o caso da fachada. O seu aspecto formal de grande depuração clássica, em clara contradição com o contexto rural onde se insere, e a desproporção entre o aparato do templo e a pequenez da comunidade religiosa por ele servida, são dois factores que sugerem um programa artístico mais consentâneo com a segunda metade de Quinhentos. Com efeito, parece óbvio que esta obra de carácter vincadamente erudito só poderá ter sido patrocinada por iniciativa externa à comunidade religiosa local e dirigida sob mando de um arquitecto experiente. E isto é tanto mais evidente quanto o facto de nenhuma das outras igrejas paroquiais concelhias de igual dimensão atingirem uma tão elevada qualidade arquitectónica e um tão óbvio programa construtivo alicerçado na tratadística do Renascimento italiano.

Mais do que uma simples adaptação da linguagem estética dos tratados, o pórtico de N. Sra. da Graça do Divor parece copiá-los na íntegra. É neste contexto que devemos encontrar na edição veneziana do *Extraordinario libro di Architettura di Sebastiano Serlio (...)*²⁷, de 1560, mais do que uma actualização programática da formas de construir “ao romano” – um verdadeiro modelo de aplicação conceptual de onde parece proceder o desenho das arquitecturas do Divor e S. Mamede (Fig. 6).

Esta filiação aos cânones clássicos e aos tópicos eruditos da tratadística italiana não dispensou, ainda, um último e decisivo elemento de cumplicidade – a mensagem congratulatória incisa no friso. A sua rebuscada construção e o uso de linguagem metafórica, tão ao gosto do Humanismo renascentista, indiciam uma sólida formação literária do seu autor na cultura greco-latina. E é exactamente este carácter literário, de profundo recorte clássico, quem mais aproxima esta “mensagem” às experiências arquitectónicas do séc. XVI, como recordam as inscrições nas fachadas das igrejas eborenses de N. Sra. da Graça e de Santo Antão²⁸, ambas atribuídas a André de Resende. Se assim fosse, e na convicção que a epígrafe pudesse ter sido produzida antes de 1573²⁹, não surpreenderia ver nela ainda o contributo deste notável humanista.

²⁷ SERLIO, Sebastiano (1560), *Extraordinario libro di Architettura di Sebastiano Serli (...)*, *Fondos Digitalizados de la Universidad de Sevilla* (ed. digital).

²⁸ “No frontespicio do qual eetaa hum Letreyro que mandou fazer André de Rezende (...)”: FARINHA Bento José de Sousa (1740-1820), *Colleçam das Antiguidades de Évora*, fol.105. “(...) outro letreyro que fez Meftre Rezende, e eetaa entalhado no Alquitrave da fachada da Igreja de N. Senhora da Graça (...)”: FARINHA, *op. cit.*, fol.106.

²⁹ Ano da morte de André de Resende.

Neste inesperado contexto erudito a pontuar a paisagem rural do Divor, uma pergunta não poderá deixar de ser feita: que razões justificaram a elevação de uma pequena ermida paroquial à dignidade de um memorial clássico consagrado à “Senhora dos Deuses”, cujos dedicantes são tratados eufemisticamente por “colonos”? Serão os escassos setecentos e doze *fregueses* distribuídos pelo território do Divor e pela pequena aldeia vizinha que, ainda em meados do séc. XVIII, se chamava *Pumar do Lobo* (GRILO, 1988-93: 195), ou apenas uma metáfora ao povo cristão de Évora, agradecido, quem sabe, pela água que, brotando das nascentes perenes da prata, junto à igreja, lhe alimentava a cidade desde 1537? Ou, quem sabe, reminiscências de cultos aquáticos antigos, suficientemente vivos para perdurarem na lenda de fundação do local e contagiarem o criativo discurso de André de Resende. Cultos que ele não só conhecia como cultivara na sua fonte particular³⁰ – de que as nascentes que alimentavam os aquedutos eram dedicadas às ninfas ou a Neptuno, cuja invocação se cultuava nas imediações num pequeno templo ou capela (MARTÍNEZ, 1977: 151), e de que a memória de uma lápide enterrada com vestígios epigráficos *junto a madre do acueducto de Sertório, chamado da prata*³¹, poderia ser, ainda no séc. XVI, o único e efémero vestígio.

³⁰ Fonte chamada do Arcediago mandada erguer por André de Resende, cerca de 1536, junto ao Aqueduto. No interior da fonte conservam-se os vestígios da inscrição consagrada à ninfa aquática Náíade que originalmente tinha estes versos: EXERE, NAI, CAPVT TENEBROSA E RVPE LAETVMQUE / VISE TIBI SACRVM POMIFERVMQVE NEMVS, / PER QVOD VBI LAETO DISCVRRIS LIBERA FLVXV / ARBORIBVS VENIAT COPIA LAETA TVIS. *Levanta, Náíade, a cabeça por cima da rocha tenebrosa e visita este agradável bosque de abundantes frutos que te foi consagrado; quando já liberta flui por ele alegremente, produzam as tuas árvores abundância de frutos.* MANILS, Joan Carbonell (2000), *De Carmine Latino Epigraphico Lvsitano, a Resende Tradito*, Universitat Autònoma de Barcelona (ed. digital).

³¹ Diogo Mendes de Vasconcelos, biógrafo de Resende, discordando da interpretação de uma inscrição da Fonte do Abade “porque (lhe) faltavam na tefta aquelas palavras próprias das sepulturas”, diz que parte daquela pedra “eftaa enterrada, e parece que ainda tem algumas letras. / Veffe junto a madre do acueducto de Sertorio, chamado d’ agoa da prata (...)”: FARINHA, *op. cit.*, fol. 91.

2.2 ESTRUTURAS ARQUEOLÓGICAS DA ÁGUA NA ÉVORA ROMANA

No final da década de oitenta do século passado, duas campanhas arqueológicas vieram revelar à história da cidade o que há muito se insinuava em textos antigos. Para espanto de muitos, as referências a “tanques”³², “banhos”³³ e “canos”³⁴, tidos outrora como os derradeiros sinais do “aqueduto romano”, afinal não só corroboravam a cronologia e funcionalidade das estruturas arqueológicas encontradas como precisavam, ao rigor, a sua localização.

Com efeito, a descoberta acidental das termas romanas no subsolo dos Paços do Concelho (1987) e o reaparecimento dos “tanques”³⁵ junto ao templo durante a primeira campanha do Instituto Arqueológico Alemão (1989) vieram reabilitar alguma da credibilidade perdida desses textos antigos e suscitar a reflexão sobre a sua depreciada tese de que um aqueduto do tempo de “Quinto Sertório”³⁶ chegara ao mais alto da cidade, restando dele e da sua rede de distribuição urbana ténues vestígios materiais.

Além do importante ganho patrimonial, histórico e científico decorrente do sucesso destas duas campanhas arqueológicas (Figs.7-8), o inesperado ressurgimento de trechos da arquitectura da água de comprovada antiguidade romana, agora em consonância com os escritos antigos, trouxe um novo ânimo à discussão sobre a viabilidade de um aqueduto anterior ao séc. XVI. Na verdade, tornou-se óbvio que a dimensão das estruturas arqueológicas encontradas exigiam para o seu funcionamento

³² “Em tempo dos Romanos, estava repartido este aqueduto pela cidade em fontes, e lagos públicos. O primeiro cabia no pântano onde ora estão os açougues, em um grande pátio onde estava um tanque, cujos vestígios ainda hoje aparecem, no qual havia dois repartimentos, um mais fora do pátio, muito fundo, outro dentro menos fundo (...). Dai a um pequeno espaço do tanque caía a água em outra arca grande e profunda, onde tomava mor assento”: *Regimento do Aqueduto da Água da Prata*, 1606. CME, fl. 43.

“(…) Neste quazi mais alto da Cidade, entre o que agora he o Convento de São João Evangelista e outro edificio seu vizinho da parte do sul, se vem ainda humas argamassas que dizem são ainda vestígios de hum tanque, em que saía junta toda a agoa que trazia o aqueducto (...)”: FIALHO, Manuel, *Évora Ilustrada*, cod. CXXX, 1-9, Vol. II, Segunda Parte, fol.154-154v.

³³ “Desta arca ia um cano para onde hoje é a porta nova, para uns banhos, de que ainda hoje, se vê vestígios no quintal do morgado do esporão”: *Regimento*, *op. cit.*, fol. 43.

³⁴ “Outro cano ia ao Rocio de São Brás em que havia certos tanques (...). Deste cano há hoje sinais da Rua da Cellaria, e nas casas de Nuno Fernandes Lobo. Outro cano ia a porta de Moura e passava pelas casas do Conde de Vimioso. Outro tinha a sua arca onde hoje está o mosteiro de São João e corria a água em publico em uma fonte oitava da que se achou ao fazer do mosteiro”: *Regimento*, *op. cit.*, fol. 42.

³⁵ Além das notícias dos autores antigos, Cunha Rivara, referindo-se às intervenções arqueológicas que promoveu junto ao templo romano, por volta de 1840, recorda que se fizeram “escavações em redor do envazamento e descobriram-se os tanques adjacentes”: SILVA, António Carlos (1994-95), “A Restauração do templo Romano de Évora”, in *A Cidade de Évora, N.1, 2ª Série*, CME, p.69. Por seu turno, António Francisco Barata, revela-nos que “pelas escavações que em volta do templo (...) verificou-se a asserção de Resende. Ao templo vinham de facto, as aguas do Aqueducto: em volta d'elle appareceram grandes tanques, de cujas paredes se guardam hoje na Bibliotheca Publica de Évora porções de bitume ou de argamaça, que os forrava”: BARATA, António Francisco (1878), *Miscellanea Histórico-Romantica*, Barcelos, Typ. Aurora do Cavado, pp. 192-193.

³⁶ André de Resende (e na sua senda muitos outros) afunilou os séculos de presença romana em Évora à figura fundadora de Quinto Sertório (Norcia, 122 a.C. - Huesca, 72 a.C), convicto de que o general revoltoso tinha escolhido *Ebora* para seu bastião militar. Todas as evidências do passado clássico da cidade – *casa de Sertório, pântano, muralhas e aqueduto* – foram assim rotuladas a esta entidade tutelar.

um volume de água incompatível com o simples abastecimento proveniente de poços ou cisternas locais. E isto sem contar com a necessária renovação periódica de água, sobretudo tratando-se de banhos públicos. Com alguma parcimónia, estimaram-se as diferentes capacidades de retenção e, sem surpresa, a soma da cubicagem do *laconicum* e da *natatio* das termas com o tanque anexo ao templo acusou um volume de água próximo dos 1.100m³ (QUINTELA, *et al.*, 2005: 7).

Pese embora a incerteza sobre as práticas de renovação destes mananciais, um dado ficou absolutamente seguro, sobretudo se comparado, por exemplo, aos cerca de 847m³ de débito diário que o Aqueduto da Água da Prata “recebia de todos os seus nascentes”, em Julho de 1879 (MONTEIRO, 1880: 24): o de que uma tal quantidade de água só seria possível prover através do abastecimento regular e por condução hidráulica a partir de aquíferos externos à cidade.

Reforçando estes factos, a descoberta de um tubo de chumbo (*fistula plumbea*) de uma canalização doméstica com a marca *LIB IUL* (Fig. 9), no âmbito da intervenção arqueológica na *domus* da Rua de Burgos, ainda na década de oitenta do século passado, trouxe ao debate a perspectiva de que a cidade romana poderia dispor de uma rede de distribuição de água com algum significado urbano. Se assim fosse, seria admissível pensar num ponto de recepção e distribuição de água num ponto bastante elevado, que, claro está, só poderia ser coincidente com a parte mais alta da cidade, à cota próxima dos 307 m de altitude.

2.3 A QUESTÃO DA “IMPOSSIBILIDADE TOPOGRÁFICA” NA CONDUÇÃO DA ÁGUA AO PONTO MAIS ALTO DA CIDADE

Não obstante a evidência de que estas estruturas arqueológicas se localizavam em cotas muito elevadas³⁷ no contexto da malha urbana antiga, os cépticos do aqueduto romano acantonaram-se numa derradeira questão técnica – a da “impossibilidade topográfica”. É, pelo menos, o que se infere da leitura de alguns artigos recentes: “a hipótese do término [do aqueduto] a uma cota francamente mais elevada [do que a da

³⁷ A cota do pavimento das termas romanas situa-se nos 298,26 m; a do o templo situa-se nos 307 m: SARANTOPOULOS, Panagiotis (1994), “Os Banhos Públicos da *Liberalitas Iulia Eboracensis*. Algumas notas sobre o seu estudo”, in *1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 34 (3-4), Porto, pp. 273-278.

natatio das termas] (...) acarretaria necessariamente que a captação tivesse origem numa área também mais elevada, provavelmente a muito maior distância da cidade [do que a Graça do Divor]” (QUINTELA, *et al.*, 2005: 7); “é fortemente improvável a chegada de água à zona do *forum* de Évora antiga através de um aqueduto aéreo e por acção da gravidade, devido à reduzida diferença de cotas entre a área das captações na Graça do Divor e a do templo romano da urbe” (MONTEIRO, JORGE, 2007: 93).

Ora é pena que estes autores não tivessem tido oportunidade para analisar as cartas topográficas, as tecnologias digitais hoje universalmente disponíveis, ou os relatórios técnicos conhecidos que, apesar de produzidos numa época de pouca instrumentação cartográfica, sempre mostram a valia e o rigor das medidas tomadas *in loco*. Se assim fosse, teriam verificado, sem surpresa, que a cota do actual Aqueduto, tomada nas imediações do mosteiro de S. Bento de Cástris, está mais elevada do que a “esplanada” do templo romano, em cerca de onze metros (318 m e 307 m, respectivamente); também não lhes teria escapado o facto de que já o engenheiro civil Adriano Monteiro³⁸, em 1880, havia dado conta desta circunstância topográfica ao defender a proposta de construção de um depósito de água para abastecimento público da cidade sob o actual jardim, dito de Diana: *Sendo a diferença de nível entre o começo da grande arcada e a entrada do aqueducto na cidade (em cima da muralha) de 25m,93, – e sabendo-se, pelos encanamentos existentes na distribuição interior actual, que a agua passa ao começo das rampas d’acesso ao passeio de Dianna, isto é pela rua do Menino Jesus (...); por isto se mostra a evidente possibilidade d’estabelecer um syphão (conducto forçado) entre o princípio do grande viaducto e o terraplano do alludido passeio* (MONTEIRO, 1880: 25).

Pese embora a relevância destes testemunhos, quisemos obter dados absolutamente seguros, tomados *in loco*, a partir de medição feita com o teodolito digital. Nesta operação, onde contámos com a prestimosa colaboração do Prof. Doutor Jorge de Oliveira, tomou-se, a partir do chamado Jardim de Diana, o nível altimétrico da última caixa de água do Aqueduto situada em S. Bento de Cástris, visível a “olho nu” deste ponto alto da cidade. Servindo de referência o coroamento da caixa, que ainda

³⁸ Para colmatar o grave e crónico problema do abastecimento de água a Évora, sentido em especial nos meses da “estiagem”, o engenheiro civil Adriano Monteiro defendeu a construção de uma estrutura hidráulica por tubagem, aproveitando a arcaria do Aqueduto, desde o seu início, em S. Bento de Cástris, até à plataforma do chamado “Jardim de Diana”, local onde pretendia construir um grande depósito receptor. Ao apontar esta solução, constatada previamente a viabilidade topográfica, Adriano Monteiro propôs-se usar um “sifão”, técnica hidráulica que a engenharia romana tão bem conhecia e que Vitruvius não hesitou recomendar (VITRUVIO, VIII, VI, 6, 5). Cf. MONTEIRO, Adriano Augusto da Silva, (1880) *A Questão das Obras do Aqueducto Sertoriano d’Evora* (...), Évora, Typographia Eborensis.

assim fica abaixo da cota-limite registada nessa zona (318m, nas imediações do cruzeiro), foi possível “projectar” esse valor altimétrico em direcção ao templo romano, tendo-se verificado que o mesmo se situava cerca de 1,70 m acima da parte superior do *podium*, ou seja, perto de 6 m acima da cota média do Largo Conde de Vila Flor.

Fica assim provado que a alegada “impossibilidade topográfica” na condução da água desde as nascentes do Divor ao ponto mais alto da cidade, através de uma estrutura hidráulica aérea ligando S. Bento de Cástris ao Largo Conde de Vila Flor, é uma ideia preconcebida e sem fundamento técnico algum. Este facto não prova que os romanos alguma vez o tivessem feito, mas já é um bom indício saber que teria sido possível, caso o tentassem fazer. Porque, tendo condições topográficas para isso, talvez o desafio de trazer a água ao *forum* da cidade justificasse, só por si, um tão grande empenho colectivo na sua concretização: não era precisamente aí que o poder de Roma se afirmava através de um templo de invocação imperial ostentando como troféu a água em tanques envolventes; que a estrutura administrativa da *civitas* o exigia como símbolo da sua eficiência e glória; que os cidadãos o reclamavam como uma necessidade pública por ser essa a principal praça da cidade?

2.4 A TOPONÍMIA ANTIGA: OS CASOS DA RUA DO CANO E DOS “ARCOS DO DIVOR”

Nenhum outro indício do “aqueduto romano” tem concitado tanto interesse quanto aquele que se insinua na toponímia antiga. Dos vários topónimos conhecidos³⁹, os mais sugestivos são o da “Rua do Cano” e o dos “Arcos do Divor”. O primeiro, pela evidente similitude com a actual Rua do Cano, assim conhecida geralmente pela correspondência com o Aqueduto da Água da Prata, que só após 1537 passou a existir como elemento arquitectónico urbano; o segundo, por lembrar a arcaria de um aqueduto antigo, perto das nascentes do Divor.

Se a concordância geográfica de alguns topónimos com o actual traçado do aqueduto quinhentista pode ser legitimamente questionada por falta de documentação, a

³⁹ Além de “Rua do Cano” e “Arcos do Divor”, outros topónimos como “Quinta do Cano” e “Quinta do Arco” são citados antes da construção do aqueduto do séc. XVI. Para todos as seguintes fontes documentais e bibliográficas: ADE, *Fundo da Misericórdia, Livro 1796, Livro do Acenheiro*, fl.146 (1380); ADE, *Fundo da Misericórdia, Pergaminhos do Hospital de Jerusalém*, cód. 62, fl. 51 (1412) e fl. 142 (1463); BPE, *Cabido da Sé*, CEC 6-IX, fl. 81 (1518), fl. 104v (1522); LOURO, Henrique Padre, 1968-1969, “O Livro mais Antigo da Sé de Évora”, in *A Cidade de Évora*, N.os 51-52, Évora, pp. 177,178 e 188; PEREIRA, *op. cit.*, p. 43.

localização da antiga Rua do Cano nunca levantou dúvidas aos historiadores, sobretudo a Afonso de Carvalho, investigador local a quem mais devemos o conhecimento histórico da toponímia urbana de Évora. Este autor encontrou catorze citações desta rua anteriores a 1533, a mais antiga das quais com a data de 1290. Se muitas destas citações são vagas e imprecisas, outras há que clarificam o essencial da sua localização urbana: umas casas situadas *na Rua daujs que partem per a dita Rua e per Rua do Cano* (1377); *uma travessa onde se chama a Rua do Cano Junto com ho Cham das couas* (1512) (CARVALHO, 2004: 78).

Significa isto que a sobreposição geográfica entre a antiga Rua do Cano e o arruamento homónimo onde se situa o aqueduto quinhentista só pode ser explicada através de uma pré-existência, que, fosse qual fosse a fisionomia estrutural sobrevivente, teria uma carga simbólica, talvez fundada na tradição oral, que superaria decerto uma modestíssima “expressão patrimonial”. Com efeito, não acreditamos que este “cano” se materializasse numa estrutura arquitectónica e muito menos com algum grau de monumentalidade. Se assim fosse, André de Resende tê-la-ia reclamado aos pergaminhos da Antiguidade e talvez nem precisasse de outras “provas” arqueológicas que diligentemente recolheu em abono da sua tese.

Por outro lado, também não é verosímil imaginar que este “cano” se destinasse à evacuação de águas residuais para o exterior da muralha medieval. E por duas razões óbvias: a existência do topónimo antes da construção da *Cerca Nova*⁴⁰; e a implantação topográfica da rua, em concordância com a linha de cumeada, bastante vincada, entre as ruas da Lagoa e Avis, circunstância fisiográfica que a toponímia medieval registou através do expressivo nome de “outeiro das covas do Bispo” (actual largo do Chão das Covas) (BEIRANTE, 1995: 136).

Ainda que apenas fosse uma vaga memória urbana, o certo é que este antigo topónimo da “Rua do Cano”, sobrepondo-se ao actual arruamento do Aqueduto, parece situar-se no preciso local onde, em abstracto, um bom projecto de engenharia hidráulica tivesse por objectivo prover a cidade de água potável a partir das nascentes do Divor. Na verdade, é este o único arruamento (e alinhamento) que, projectado aos relevos do Alto de S. Bento, encurta o perfil altimétrico da coroa de um aqueduto, permitindo, deste modo, minimizar os custos técnicos e financeiros de uma arcaria dirigida ao coração da cidade (*vide Fig. 68*).

⁴⁰ Construída entre os anos 1345 de 1353. Cf. BRANCO, Manuel J. C. (2002), “Igreja e Convento de S. Francisco de Évora - Evolução do sítio do século XIII ao século XIX, in *Monumentos*, N. 17, DGEMN, pp. 8-17.

Mais curioso e intrigante é o caso do “Caminho dos Arcos” ou “Caminho dos Arcos do Divor”, citado pelo menos doze vezes entre 1321 e 1494 (*Idem*, 504). O contexto documental onde surge referido pela primeira vez é uma apetecida pista interpretativa: *ha o cabidoo hum herdamento en motrovegas [Metrogos] outrossi de preso // rya. e começasse hu entra a agua que vem de val covo no cami // nho que vay de Évora pera os archos do Divor. e parte com apariço // martinz filho de manuel rodriguiz e vay partindo por esse caminho // com o herdamento da Oliveira e desi vay aos archos do Divor a // hum regueiro pequeno que vay per su esses archos e desy // per esse rigueiro a enfesto como vay partindo com o herdamento // da Obra que he na fonte de prata. disi aa figueira merdosa. e de // sy ao chão de valeira. Indo per esse caminho de valeira // contra a vila ata afonte ferrenha e desi a val covo e desi afon // do ata hu se começou (...)* (Códice do Cabido da Sé de Évora, CEC-3-II).

Tentámos por diversas vezes interpretar este documento, mas sem sucesso. Não porque os topónimos citados tivessem desaparecido – dado que as herdades de Metrogos, Oliveira, Prata e Valeira ainda subsistem como unidades territoriais – mas porque tardámos em associar a leitura interpretativa do texto à curiosa circunstância de que a delimitação da propriedade rústica se manteve inalterada ao longo de setecentos anos. Uma rápida consulta ao cadastro da herdade de Metrogos⁴¹ mostra-o à evidência: extremas de propriedade, caminhos, ribeiras e fontes, configuram as mesmas referências geográficas que serviram de base à primitiva demarcação do “herdamento de Metrovegas”, pertença do Cabido da Sé de Évora (**Fig. 10**). Até mesmo o *caminho que vay de Évora pera os archos do Divor* se evidencia como um dos limites da propriedade. Prolongado, a Sul, em direcção a Évora e, a Norte, ao Divor, constitui um eixo viário racional e reconhecível no contexto da actual rede de caminhos, projectada a partir da muralha medieval da cidade. Saindo à Porta de Avis, o velho percurso deixou o seu “registo” na “azinhaga da Adega da Cartuxa” (limite das quintas da Soeira, Valbom e Manizola), na actual estrada do Sr. dos Aflitos, no caminho rural pela extrema das herdades de Metrogos e Oliveira e na herdade de Ximenes, perto do Divor.

O texto deixa claro que estes *arcos* se situavam na zona do Divor, que sob eles corria um “regueiro pequeno” (linha de água), que nesse preciso local a extrema de propriedade flectia para sudoeste, seguindo depois a “enfesto” pela linha de água

⁴¹ Instituto Geográfico Português, Secções Cadastrais do Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica, Secção F2, Herdade de Metrogos (edição digital).

contígua à herdade da Prata. Registados estes dados e transpostos à cartografia cadastral, a localização deste topónimo surpreende pela coincidência com o traçado actual do aqueduto na zona da herdade de Ximenes. Não por acaso, a solução encontrada pelo engenheiro Castro Cabrita para vencer as margens do estreito (mas extenso) vale onde corre a linha de água, aquando da reconstrução do Aqueduto, entre os anos de 1928-1933 (QUINTELA, *et al.*, 2005: 35), foi a de um cano aéreo sobre arcaria (**Fig. 11**). Concordando, ainda, com esta localização, explicita-se no *Regimento do Aqueduto da Água da Prata*, de 1606 (fol. 41v.), em discreta mas significativa nota, que (...) *em uma herdade que foi de D. Diogo de Sousa onde estão uns arcos e está outra fonte que entra no cano*.

Conclui-se assim que a localização topónimo “Arcos do Divor” sobre o traçado actual do Aqueduto (e também do cano quinhentista) não pode ser uma mera coincidência. Imaginar outra “função” para estes arcos – que ainda no séc. XIV se constituíam como uma referência visual com algum grau de monumentalidade – é não querer aceitar o óbvio. É verdade que não nos demonstra a antiguidade da obra, nem nos esclarece se a mesma, sendo um aqueduto romano, se dirigia a Évora ou a uma *villa* nas imediações⁴². Mas, não tenhamos dúvidas de que estes “arcos” consubstanciavam o vestígio estrutural de uma arcaria para transporte de água, justificada plenamente pelas condições topográficas do pequeno vale (e “regueiro”) que atravessavam.

2.5 OS “ACHADOS ARQUEOLÓGICOS” DE ANDRÉ DE RESENDE

A enumeração de indícios de um hipotético aqueduto antigo não pode deixar de incluir algumas referências literárias de achados arqueológicos que, com maior ou menor verosimilhança, concorrem para a defesa deste partido. Está, neste caso, a notícia da descoberta de uns “pegões” do aqueduto romano por André de Resende, que, segundo a tradição literária, legitimou a defesa da “refundação” do *aqueduto sertoriano* junto de D. João III. Na segunda parte deste estudo, aprofundaremos o conhecimento sobre a figura e o papel deste humanista eborense e a sua equivocada interpretação na

⁴² Existem algumas evidências arqueológicas de que o conjunto solarengo do Pátio da Oliveira está assente sobre uma estrutura romana de tipo *villa*, com indícios de arquitectura da água: SANTOS, Paula, 2006, *O Pátio da Oliveira, dossier de classificação a imóvel de Interesse Público*, Universidade de Évora, (polic.).

leitura de um *Q. Sertorius*⁴³ como o mítico general romano que, obviamente, nunca esteve ligado a Évora e muito menos à materialização de “obras fundadoras” nesta cidade. Por agora, tentaremos enquadrar a importância dos “achados arqueológicos” de André de Resende através dos escassos elementos históricos de que dispomos.

(...) Certo porém na verdade da sua resolução, e da sua existência, e serventia do cano da agoa da prata, saia então [Resende] mais do que nunca a campo (...). Poderia achar alguma couza, isto costumava elle ainda nas suas jornadas ordinárias, por descobrir algumas antigalhas; mas agora o fazia com maior, e singular empenho, e mandava cavar aonde lhe apontavão os descobridores, e se a elle lhe parecia que ali poderia achar o que buscava, indícios do aqueducto de Sertorio; e por onde poderia ter corrido; o que athe então só achara escondido no recondito de alguns papeis antigos, ou já nas ignoradas letras de alguns pedassos de mármore; Nisto gastou elle muitos dos dias (...); athe que teve ventura (...) de achar alguns pedassos do antigo aqueducto.(...) Nos cremos q. o mesmo Rey [D. João III] foi em pessoa a ver o que sobre a agoa vinha levantando tanta poeira, elle se persuadio, vendo os antiguos vestígios do aqueducto, e sinais de agoa ter corrido por elle algum dia; e observando também as medidas, em alguns lugares, que se lhe representavão mais dificultozos, se persuadio a que M.^e Rezende, em tudo se tinha mostrado Mestre (...).

(...) Todos aprovarão a possibilidade, e aos olhos de todos os que concorrião, a ver os vestígios do antigo aqueducto, achados pelo Mestre Rezende, vião q. realmente estavam indicando ter dado corrente, e serventia a agoa. Nenhum dos que o crião se atrevião já a negallo mais⁴⁴.

Foi com estas palavras que o padre Manuel Fialho se referiu, no início do séc. XVIII, à forma como André de Resende identificou os vestígios do “aqueduto de Sertório” e como terá persuadido o rei a trazer a água “novamente” a Évora, apoiado na incontestável evidência da antiguidade e original função da descoberta.

É óbvio que esta notícia retoma o essencial da tradição literária⁴⁵, nascida ainda no séc. XVI e que haveria de ter um prolongado eco nos séculos seguintes, inclusive,

⁴³ “Parece obvio que el problema com los epígrafes aparecidos en Évora de este Q. Sertorius es que los eborenses (incluso quizá el próprio Resende) lo confundieron con el célebre Sertório de época republicana”: CANTO, Alicia M. (2004), “Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 7, N.2, pp.265-364 (nota.90).

⁴⁴ FIALHO, Manuel, *Évora Ilustrada*, BPE, Cod. CXXX/1-9, Tomo II, fol. 105v e sgs.

⁴⁵ Sobretudo: Frei Bernardo de Brito (*Monarchia Lusitana*, 1597), Diogo Mendes de Vasconcelos (Livro Quinto das *Antiquidades da Lusitania*, 1593), Gaspar Estação (*Várias Antiquidades de Portugal*, 1625).

em autores estrangeiros: "Sertorius y conftruifit une bonne enceinte de murailles de groffes pierres de taille, & un magnifique Aqueduc, qui ayant et  ruin  par le tem(p)s, fue r par  au XVI Si cle para le Roi Jean III" (COLMENAR, 1741: 312). Mas, também   inegável que sobre a antiguidade romana do aqueduto e a sua "refundação" quinhentista sempre houve uma completa unanimidade entre os historiadores. Desde logo os contemporâneos da obra, como   o caso de João de Barros. No panegírico dirigido ao rei D. João III, provavelmente escrito já em 1534⁴⁶, em sinal de agradecimento pela sua nomeação para o cargo de feitor da Casa da  ndia (23/12/1533), explicita: "Que mor teftemunho do que digo queremos, que o que efte dia, e tempo prezente nos pode dar, em que não fomite faz mais rica, e populofa com fua preferen a a fua Cidade d' vora, mas ainda muy dezejofo de lhe fer caufa de mores bens lhe traz novamente a agoa de muy longe com muita abaftan a, vencendo com arte   natureza, reftituindo o cano d' goa tão neceffario, e tantos tempos h  efquecido, e com grande animo fuprindo os defeitos do lugar por dar faude, e contentamento aos homens" (FARIA, 1740: 330). Síntese perfeita da obra e do respectivo contexto cultural que então se vivia, profundamente marcado pelos valores do Renascimento.

No mesmo registo laudatório, Francisco de Andrada, biógrafo de D. João III, dirá também: "Fez [D. João III] outros muytos & suntuosos edificios com grande gasto de sua fazenda h  dos quais foy restaurar aquele famoso cano da agoa da cidade d' vora, que co discurso do tempo estava quasi de todo ruinado (...)"⁴⁷. António de Castilho, cronista mor do rei, acrescenta: "Restituiu o cano da água de prata de  vora, aqueduto antigo de Sertório, que o tempo em muitas partes tinha gastado (...)" (FARIA, 2003: 264).

A referência explícita   refundação de um aqueduto antigo, ao proceder de um registo contemporâneo dos factos, parece acentuar, quanto a nós, a autenticidade das diligências arqueológicas de Resende. Supomo-las, pelo menos, dignas de crédito. Tanto mais que o que afirma a tradição literária ter sido posto a descoberto com ajuda de numerosa brigada de trabalhadores foi o embasamento de alguns pilares do aqueduto romano (*pegões*) no exterior da muralha medieval, junto aos muros da barbacã, do lado ocidental (ESPANCA, 1944: 85). Achado que, a nosso ver, concorda muito com o tipo

⁴⁶ Tido genericamente como de 1533,   muito provável que o panegírico tenha sido escrito já em 1534.   o próprio João de Barros que o clarifica a dado momento: "paff  de doze annos que V. Alteza reyna, nos quaes fendo fempre tão excellente Rey, nunca can ou nem can a d'  ter cada dia mellhor": FARIA, Manuel Severim de, *Noticias de Portugal*, 2  Ed., Lisboa, 1740, fol. 358.

⁴⁷ ANDRADA, Francisco d' (1613), *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes reynos de Portugal Dom João o III. deste nome...*, Parte IV, Lisboa, fol. 155.

de vestígio arqueológico que seria expectável encontrar tratando-se de uma estrutura hidráulica romana há muito destruída até ao fundamento⁴⁸.

Infelizmente, nada ficamos a saber sobre a dimensão, composição estrutural e localização precisa, sendo este um dado de extrema importância para a confrontação com o actual traçado do aqueduto quinhentista. A duvidosa referência ao lado ocidental da muralha também não ajuda a um tentame de fixação geográfica, uma vez que, a terem existido tais testemunhos arqueológicos, eles deveriam estar situados a noroeste da cidade, no prolongamento da Rua do Cano, como certamente Resende deveria saber.

Se a identificação arqueológica dos “pegões” do aqueduto antigo configura um dado histórico credível, o mesmo não diremos da suposta descoberta da lápide original da fundação do aqueduto romano⁴⁹, a qual, após ter estado colocada no próprio aqueduto “in arcu (...) ad portam novam” (*Hispaniae Illustratae*, I, 610), foi posteriormente transposta para uma lápide monumental na época de Filipe II e que, conjuntamente com outras duas⁵⁰, passou a ornar a fachada dos antigos paços do concelho da *Praça Grande* (actual Praça de Giraldo) (**Fig. 12**). Tudo nela ressoa a falso, até mesmo a incontestada atribuição a Resende. Na verdade, surpreende que na *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, editada em 1553, esta lápide não seja referida no rol dos monumentos epigráficos “fundadores” com que Resende certifica a antiguidade e notabilidade da cidade, como aliás seria de esperar, sendo ela a prova absoluta de tudo quanto *Ebora* devia a Sertório na obra de edificação do seu palácio, das muralhas, do *pórtico* e, sobretudo, do aqueduto. É certo que a sua notícia surge pela primeira vez no Livro Quinto das *Antiguidades da Lusitânia* (1593), mas, como todos bem sabemos, esta parte da obra foi acrescentada por Diogo Mendes de Vasconcelos, segundo notas muito incompletas deixadas por Resende (cf. RESENDE, 1995: 41). Factos que, quanto a nós, parecem desagregar a imagem de falsário compulsivo com que muitos, habitualmente, rotulam a actividade de *antiquari* do humanista eborense.

⁴⁸ Sobre a destruição do aqueduto romano, o padre Manuel Fialho escreve o seguinte: *Não se sabe determinantemente quando e por q.^{ta} foi destruída esta obra de Sertorio, mas não se pode duvidar que foi em alguma das invazoens desses m.^{tes} barbaros, que lá dissemos entrarão a senhorear Hespanha (...). O certo hé que esta (obra) se arrazou de maneira que para lhe ficarem alguns sinais, e vestígios do que fora foi necessário cavar a m.^{ta} terra: FIALHO, op. cit., fol. 149.*

⁴⁹ Q. SERTOR... / HONOREM NOMINIS SVI ET... / COHORT FORT / EBORENSVM MVNIC VET EMER VIRTVTIS ERGO / DON DON BELLO CELTIBERICO DEQVE MANVBIIS / IN PVBLIC MVNIC EIVS VTILITATEM VRB / MOENIVIT EOQVEA AQVAM DIVERSEIS INDVCT / VNVM CONLECTEIS FONTIB PERDVCENDAM CVRAV. “Quinto Sertório, em honra do seu nome e da cohorte dos bravos eborenses, por seu valor na guerra celtibérica, cercou e fortificou a cidade, município de soldados veteranos e beneméritos e para utilidade pública fez conduzir à mesma por um aqueduto de muita água, recolhida de diversas nascentes”: Ficha do Museu de Évora (trad. Vilhena Barbosa).

⁵⁰ Lápides consagradas a D. João III e Filipe II, que conjuntamente com a de *Q. Sertorio*, formam uma unidade epigráfica, actualmente exposta no Museu de Évora com os números de inventário, respectivamente: ME1855, ME1850, ME1851.

Do que se disse, retemos agora que os “achados arqueológicos” de André de Resende configuram, substancialmente, a descoberta de uns “pegões” ou embasamentos dos pilares da arcaria de um hipotético aqueduto construído em época romana, circunstância que, segundo a tradição literária, terá persuadido o rei D. João III da exequibilidade da sua refundação.

2.6 O “TANQUE ROMANO” ENCONTRADO JUNTO AO DEPÓSITO DE ÁGUA DA CIDADE

Faltará, ainda, abordar um último e decisivo indício arqueológico que concorre para a tese da viabilidade de um aqueduto antigo em Évora, sobrevivendo discretamente de uma curiosidade jornalística: “Na travessa das Casas Pintadas, entre o antigo edifício da Inquisição e o depósito distribuidor de águas ultimamente construído, e nas escavações a que ali se procede para instalação de tubos de ferro para a canalização de água, foi descoberto um tanque da época romana, que mede, pouco mais ou menos, 16 metros de superfície. O revestimento do tanque é de duas camadas hidráulicas com fragmentos de cerâmica, processo equivalente ao cimento dos nossos dias. Ignora-se, por enquanto, qual seja a sua profundidade”⁵¹.

Em abono deste “achado arqueológico”, João Rosa, em anotação à colectânea dos “Estudos Diversos” de Gabriel Pereira e a propósito do artigo sobre o Aqueduto de Évora informa que “ultimamente fez-se uma grande reconstrução, tendo-se edificado um depósito junto de um outro antigo, talvez romano, perto do Templo”⁵².

A densidade e a coerência destas notícias arqueológicas apontam, claramente, para a localização destas estruturas hidráulicas entre o templo romano e a área do actual depósito de água, junto à travessa das Casas Pintadas, facto que a campanha arqueológica promovida pela Autarquia de Évora em 1996 parece também corroborar. Com efeito, nós próprios testemunhámos a existência de uma abertura circular na parede do tanque envolvente ao templo, junto ao canto noroeste, a qual mostrava, sem equívocos, que a alimentação do “espelho de água” era feita por conduta, vinda do lado

⁵¹ *Jornal Democracia do Sul*, N.4.080, 4 de Junho de 1931, p. 4.

⁵² PEREIRA, Gabriel (1934), *Estudos Diversos*, Coimbra, p.160.

do actual depósito. Apesar de nuclear à problemática da hidráulica romana em Évora, esta informação arqueológica mereceu apenas uma breve (e ambígua) notícia preliminar⁵³.

Se a todas estas evidências documentais e arqueológicas juntarmos o prolongamento racional do percurso do Aqueduto quinhentista, desde o Forte de Santo António até ao Largo do Chão das Covas, verificamos que o alinhamento ideal se direcciona a um hipotético ponto de chegada coincidente com o actual depósito de água, construído na década de trinta do séc. XX. Coincidência que não deve ser fortuita, como facilmente se depreende, mesmo fazendo coincidir o traçado do suposto Aqueduto antigo com as cotas mais elevadas⁵⁴ da topografia da cidade (**Fig. 13**).

A acreditar nesta concordância de dados objectivos, podemos admitir que este “tanque” com cerca de 16 metros de superfície (4 m x 4 m?), situado nas imediações da Travessa das Casas Pintadas e junto à estrutura do antigo depósito de água da cidade, é o melhor indício de um hipotético *castellum aquae* do aqueduto romano, e que dele derivava o cano adutor que, por gravidade, abastecia os tanques adjacentes do templo.

3. NOVOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

3.1 BASES E MARCAS DE ACERTO NO TROÇO DE ARCARIA ENTRE S. BENTO DE CÁSTRIS E A TORRALVA

No âmbito das prospecções realizadas no troço entre S. Bento de Cástris e a Torralva, identificámos várias fundações de pedra onde assentam os pilares da arcaria quinhentista, numa extensão de cerca de 50 m (**Fig.14**). Tais estruturas diferenciam-se por apresentarem uma plataforma regular de blocos de granito de talhe cuidado, ligeiramente ressaltada do nível médio do solo. Nos cantos de alguns destes embasamentos encontram-se marcas em forma de “L”, seguramente aí gravadas para delimitação e acerto de pilares (**Fig.15**).

⁵³ Aos autores da *notícia preliminar da intervenção arqueológica de 1996* não pareceu estranho que a “saída de água” tivesse um tão pequeno diâmetro e não se situasse no fundo do pavimento do tanque, como seria lógico: “No muro Oeste do tanque existe outro tubo de saída de água com 3,5 cm de diâmetro. Fica situado 10 cm acima do nível do pavimento do tanque, e esta sua localização aponta para uma saída de água”: HAUSCHILD, Theodor, SARANTOPOULOS, Panagiotis (1995-1997), “O Tanque de Água do Templo Romano de Évora”, in *O Arqueólogo Português* (Separata), Série IV, 13/15, Évora, p.435.

⁵⁴ Zona correspondente ao actual “Alto da Rua de Avis” situado precisamente na confluência desta rua com a Rua do Cano. Este “alto” (outeiro) era conhecido na Idade Média por “Monturo dos Oleiros”. Cf. CARVALHO, Afonso de (2004), *Da toponímia de Évora...*, Vol. I, Ed. Colibri, pp.237-238.

Não obstante apresentarem formas e dimensões desiguais, todos estes embasamentos têm em comum uma superfície plana e de nível constituída por blocos de granito local de visível antiguidade. Nos cantos de alguns deles conservam-se alguns registos de acerto talhados em sulco muito preciso e profundo. Esta excepcional circunstância permitiu aferir um módulo quadrado de 1.21 m de lado, inscrito numa das bases mais regulares, e um afastamento entre as marcas desta base e de outra contígua de 2,90 m, sugerindo esta medida o vão do arco original.

Se estas linhas de acerto são vulgares nos processos construtivos do mundo antigo⁵⁵, também as medidas observadas parecem concordar com a métrica do *pes* romano (0,296 m) e com os modelos arqueológicos conhecidos⁵⁶. Contudo, é o desfasamento entre as marcas de acerto e a modulação da obra quinhentista que mais concorre para datar a cronologia das bases do período romano. Como podemos observar – e casos há em que esta desconformidade ainda é mais notória –, a dimensão e a proporção da planta do pilar do séc. XVI (1 m x 1,10 m) diferem das marcas de acerto entalhadas no embasamento pétreo (**Fig. 16**). Esta tão evidente falta de comensurabilidade só pode significar que as marcas já existiam gravadas na pedra antes da empreitada de 1533-37 e que as bases onde se inscrevem foram reutilizadas na sua totalidade. Caso assim não fosse, teríamos que admitir, por um instante, que estas marcas representariam um esquema construtivo inicial, entretanto abandonado por força de algum contratempo técnico, isto apesar de nenhuma outra base, fora deste pequeno troço, mostrar sinais de semelhante exercício de correcção, mesmo em pilares construídos em locais onde o declive do terreno exigiu sólidas fundações e obrigou à construção de bases ressaltadas.

Por último, e se dúvidas restassem quanto à cronologia romana destas estruturas e à sua reutilização na obra quinhentista, registámos nas alvenarias de um dos pilares do Aqueduto um fragmento de silhar gravado com uma expressiva marca de acerto, mas desta vez na vertical (**Fig.17**).

⁵⁵ Veja-se por exemplo as linhas de acerto das bases das colunas do templo romano de Évora.

⁵⁶ Por exemplo na métrica do aqueduto romano de *Lucus Augusti* (Lugo) onde “as cimentações de sete pilares de *opus caementicium* (apresentam) dimensões de 1.20-30 x 1.20-30 metros”: ASOREY, Rubén Alvarez, *et al.* (2003), *Aqua Urbi, Historia do abastecimento de augua à cidade de Lugo (época romana – século XX)*, Trabalhos de Arqueoloxia, n.1, Lugo, p. 30.

3.2 REUTILIZAÇÃO DE ELEMENTOS DE CANTARIA

Um outro dado arqueológico que concorre para a atribuição da cronologia romana destas bases e respectivas marcas de acertos é a existência de alguns elementos de cantaria estranhos aos processos construtivos da obra do séc. XVI. Com efeito, no limite sul do troço onde se situam as bases com marcas de acerto, coincidindo com a primeira inflexão da arcaria do Aqueduto dirigida a Évora, a base do pilar, ao nível do solo, é robustecida por uma fiada de vários silhares almofadados com cerca de 2,33 m de comprimento (**Fig. 18**). Talhados em granito local, as suas formas originais apresentam-se muito erodidas pela acção do tempo. Ainda assim é possível identificar, em três dos quatro silhares contíguos, uma modulação de 0,47 m de comprimento por 0,30 m de altura, sequência estrutural a lembrar um pequeno troço de *opus quadratum*.

Um pouco mais à frente, entre a Torralva e a estrada de Arraiolos, na base de um pilar da arcada encontra-se um outro silhar almofadado de granito porfiróide reutilizado na estrutura quinhentista como elemento de cantaria. Apresenta uma dimensão aproximada de 0,30 m de altura por 0,60 m de comprimento e uma profundidade de 0,30 m (**Fig. 19**), dimensão muito próxima dos dois silhares⁵⁷ reutilizados nos paramentos do *podium* do templo romano de Évora (séc. I d.C.), facto que ilustra bem o uso alargado desta técnica construtiva nas grandes edificações da urbe eborense, desde a época da sua fundação (**Fig. 20**).

Se é certo que estes silhares almofadados embutidos nos paramentos do aqueduto quinhentista, isolados ou em associação estrutural, constituem um escasso vestígio arqueológico da obra original romana, não é menos verdade que eles representam, só por si, o primeiro esboço da monumentalidade desse aqueduto antigo, sinal da sua dimensão e dignidade, em sintonia com o estatuto político-administrativo da *Ebora Liberalitas Iulia* e com a sua mais notável realização arquitectónica – o templo. É, aliás, de equacionar, à luz do actual conhecimento, uma relação directa (funcional e fundacional) entre estas duas grandes obras públicas romanas consagradas à água, sendo de admitir, por hipótese, que a própria orientação do templo seja coincidente com o ponto mais notável da paisagem do Divor: a confluência das três bacias hidrográficas do Alentejo Central.

⁵⁷ É esta a sua dimensão: 0,30 m x 0,60 m; 0,30 m x 0,65 m.

3.3 OS “PEGÕES” DA CERCA DO MOSTEIRO DA CARTUXA

Confrontemo-nos, finalmente, com o último e decisivo elemento de prova.

Em Setembro de 2007, no âmbito de uma visita à caixa de água⁵⁸ do Convento da Cartuxa, observámos os vestígios de uma estrutura arqueológica junto ao Aqueduto que logo ali nos pareceu inédita e de grande significado histórico.

Localizada junto à referida caixa de água, no ponto de maior inflexão do Aqueduto depois do atravessamento da estrada de Arraiolos e prolongando-se cerca de 14.50 m ao longo da face Ocidental deste, a estrutura compõem-se de quatro bases argamassadas, aflorando, com ligeiro ressalto, do nível médio do terreno adjacente (Fig.21). Estas bases, orientadas no sentido Noroeste-Sudeste, mostram-se alinhadas e espaçadas em intervalos regulares de cerca de 2.95 m, apresentando a mais próxima do Aqueduto (a apenas 0,50 m de distância) uma dimensão de 1.40 m x 1.60 m (Fig. 22).

Pode parecer estranho só agora ter sido identificada esta estrutura, nomeadamente se tivermos em conta os vários estudos que obrigaram à análise detalhada do traçado do Aqueduto, bem como do seu património hidráulico mais relevante, como foi o caso, aliás, da referida caixa de água cartusiana. Mas, na verdade, estas quatro bases, desconhecidas até dos próprios frades cartuxos, foram sendo resguardadas pela cerca do mosteiro, pela função utilitária do espaço contíguo (exploração de gado bovino) e, sobretudo, pelas difíceis condições de observação verificadas na maior parte do ano⁵⁹.

Estas quatro bases, localizadas junto ao traçado do Aqueduto do séc. XVI, cedo nos sugeriram o registo arqueológico de uma arcaria de época mais antiga em comparação com a obra vizinha. Ideia que se acentuou com a observação da regularidade métrica com que se distribuíam no terreno, sensivelmente alinhada com a orientação do actual Aqueduto. Na posse desta evidência, ganhou força a percepção de que estes vestígios arqueológicos configuravam as fundações de uma obra hidráulica

⁵⁸ Esta caixa de água de dimensões invulgares foi construída, por volta de 1592, junto à maior inflexão do Aqueduto após o atravessamento da estrada de Arraiolos. A caixa está adossada a uma das torrinhas do Aqueduto da qual recebia a água por comportas. José de Mascarenhas e Virgolino Jorge descrevem-na do seguinte modo: “A água que passava por um anel descarregava num tanque coberto, com planta rectangular, de onde partia o pequeno aqueduto cartuxo. Este reservatório abre para uma plataforma revestida de tijoleira, sobre a qual assenta outra plataforma, apoiada em quatro arcos abatidos.

No terraço, que teria funções de mirante, há um depósito, com a capacidade de 4,20m³, coberto por uma abóbada com lanternim. Pelas suas características arquitectónicas, quer este depósito elevado, quer ainda a cisterna anexa à plataforma térrea, que era limitada pelo citado tanque colateral e tem a capacidade de 4,40m³, datam, provavelmente, do século XIX. O conjunto dos dois recipientes de água, formado pela cisterna e pelo reservatório do terraço, destinava-se a garantir uma reserva de emergência, nomeadamente nos períodos de estiagem. Sempre que fosse necessário, a água da cisterna era bombeada para o tanque do terraço e, daqui, conduzida para o aqueduto do mosteiro”: QUINTELA, *et al.*, *op. cit.*, p. 21.

⁵⁹ Com efeito, só início do Outono, desaparecida a vegetação herbácea espontânea, é que existem condições ideais para observar esta estrutura arqueológica.

romana, certamente constituída por arcos com algum grau de monumentalidade. A tudo isto juntava-se a discordância morfológica entre as duas estruturas, sinónimo, desde logo, de soluções diferenciadas no nível da água conduzida por cada uma das estruturas.

Com efeito, o Cano da Água da Prata, marginando estes vestígios arqueológicos, eleva-se a escassa altura do solo⁶⁰, não necessitando por isso de arcada (**Fig. 23**). Isto significa que o nível médio da água no seu interior é pouco mais elevado do que o terreno envolvente (à cota máxima de 300 m). Ao invés, a altura a que as bases parecem projectar o canal hidráulico do Aqueduto romano (*specus*) através de uma arcaria é consideravelmente maior. Esta disparidade de níveis não pode explicar-se através de uma obra coetânea do Cano da Água da Prata e muito menos de uma tentativa abortada da responsabilidade do arquitecto Francisco de Arruda. Como veremos no próximo capítulo, se dúvidas existiram sobre a “altura” do Aqueduto elas só poderão ter acontecido na fase inicial da construção da arcaria, junto à última caixa de água superficial, em S. Bento de Cástris.

A segunda discordância resulta da desconformidade das técnicas construtivas, dos materiais e das respectivas métricas, observada nas duas estruturas. Nada do que consubstancia estes vestígios arqueológicos parece concordar com a solução deixada pelos construtores de Quinhentos. Sem surpresa, o material que os enforma é idêntico ao que por todo o mundo romano se usou nas grandes realizações arquitectónicas, em especial nas obras hidráulicas – o *opus caementicium*. Este aglomerado de cascalho e argamassa de cal, de grande versatilidade na aplicação por cofragem e de elevada resistência depois de seco e carbonatado, encontra-se frequentemente em Évora como solução estrutural das alvenarias dos grandes edifícios públicos romanos, particularmente nas termas (QUINTELA, *et al.*, 2005: 6). Se excluirmos a análise comparativa da dimensão e granulometria dos materiais pétreos que compõem as duas alvenarias e apenas atendermos ao grau de consistência das suas argamassas, é notória a dissemelhança entre ambas: a do séc. XVI, de cal aérea e areia, é mais frágil e porosa do que a romana, esta muito mais compacta e resistente devido, certamente, a aditivos orgânicos⁶¹.

O mesmo diremos dos valores que resultam da análise da largura das duas secções hidráulicas: enquanto que na do aqueduto tércio-joanino se observa uma medida

⁶⁰ Entre a caixa de água da Cartuxa e o primeiro arco a distância é de c. 30 m; a altura do Aqueduto nesse troço varia entre 0,75 m e 1,85 m.

⁶¹ Vulgarmente aluminatos e silicatos reactivos provenientes das pozolanas e do pó de telha. Cf. ALVAREZ, J., *et al.* (2005), “Ensinamentos a retirar do passado histórico das argamassas”, in *1º Congresso Nacional de Argamassas de Construção*, APFAC, Lisboa (edição digital).

constante ao longo da arcaria de 1.10 m, na da base antiga, que está em melhor estado de conservação, o valor é de 1.60 m. Significa isto que a diferença métrica entre as duas secções também se deve traduzir, proporcionalmente, numa diferença estrutural entre os dois Aquedutos, facto perfeitamente concordante com o que se disse a propósito da variação altimétrica do nível da água.

Mas é em Lugo (*Lucus Augusti*), e no que resta do seu velho aqueduto romano, que encontramos as maiores semelhanças com a estrutura arqueológica da Cartuxa. Numa intervenção levada a cabo pelos serviços municipais de arqueologia da cidade galega, em 1997, “localizouse un sector de acueduto duns 26 metros de lonxitude, poñéndose ó descuberto as cimentacións de sete piares de *opus caementicium*, dunhas dimensións de 1,20-30 x 1,20-30 metros, entre muros corridos de lousa de 2,70/2.80 metros de lonxitude” (ASOREY, *et al.*, 2003: 30) (Fig. 24). Este testemunho, confirmado pessoalmente pelo arqueólogo Rubén Álvarez Asorey em Abril de 2007, por ocasião de uma visita a Lugo, permite-nos compreender o uso desta técnica de construção romana como um modelo de aplicação amplamente generalizado nas grandes obras públicas. Com efeito, não só as técnicas e os materiais de construção repetem programas arquitectónicos comuns como também a métrica parece regular os mesmos princípios de comensurabilidade (Fig. 25).

Face a este conjunto de evidências, parece não restar dúvida de que estes “pegões” em *opus caementicium*, as bases com marcas de acerto e os silhares almofadados são o resultado de um investimento hidráulico romano, erguido sob o actual traçado topográfico do Aqueduto da Água da Prata (Fig. 26). E se esta é uma nota comum a ambas as estruturas, parece também evidente que o aqueduto antigo seria mais elevado do que o seu congénere moderno. Nem poderia ser doutro modo: a centralidade pública da cidade romana situava-se a uma cota francamente mais elevada do que aquela que o Aqueduto quinhentista passou a servir, a partir de 1537 – a *Praça* (de Giraldo).

Na sequência do trabalho de campo levado a cabo no âmbito desta investigação, e já na fase final de elaboração desta tese, identificámos um conjunto notável de vestígios arqueológicos romanos e um painel inédito de gravados por incisão nas argamassas de revestimento do Aqueduto quinhentista, entre o Forte de Santo António e o parque de estacionamento da Porta da Lagoa. O primeiro constituído por várias bases em *opus caementicium* sob os pilares da actual estrutura hidráulica; o segundo apresentando a figuração de um barco de três mastros e várias assinaturas autógrafas, uma das quais, provavelmente, do pedreiro António Rodrigues (*an Roiz*), documentado, em 1538, na obra de construção da igreja da Graça, em Évora (BRANCO: 1990: 182).

Dada a transcendência destes novos elementos arqueológicos, sobretudo para o tema da hidráulica romana em Évora e, seguramente, o minucioso trabalho de investigação arqueológica que o seu estudo irá exigir, decidimos não incluir aqui mais do que a notícia da sua identificação, concordante em tudo com outros dados já recolhidos. Reservaremos a sua análise para um outro contexto de investigação, o qual tencionamos desde já prosseguir.

Satis diu sumus in vestris urbibus peregrinati. In sinum gremiumque patriae, optimi principis beneficio iam recipimur.

Por bastante tempo andámos peregrinando nas vossas cidades. Agora já somos recebidos no seio e no aconchego da Pátria pelo favor de príncipe magnífico.

André de Resende, *Oratio habita Conimbricae*, 1551

PARTE II

1. A (RE)FUNDAÇÃO DO AQUEDUTO DA ÁGUA DA PRATA (1533-37)

1.1 CONTROVÉRSIAS HISTORIOGRÁFICAS

Há muito que os historiadores eborenses circunscrevem a narrativa de fundação do Aqueduto da Água da Prata a três tópicos fundamentais: a atribuição do patrocínio da obra ao rei D. João III; a cronologia fundacional da mesma, remetida à prolongada estadia do monarca em Évora; e o papel do frade dominicano André de Resende no contexto de uma controversa “refundação” do Aqueduto sobre os vestígios de um outro de origem romana.

Tão marcantes se tornaram estes três referenciais na interpretação histórica do Aqueduto que até as autoridades camarárias do início do séc. XX não resistiram a perpetuá-los na lápide comemorativa⁶² que ainda hoje ornamenta o pilar central da arcaria, à passagem da estrada de Arraiolos (Fig. 27).

Todavia, não se julgue que este facto tenha propiciado uma unanimidade na descrição dos acontecimentos avocados. Se exceptuarmos o caso do patrocínio régio – por todos considerado indiscutível, porque bem documentado –, a atribuição da data de início da obra e, sobretudo, o papel de André de Resende na edificação da mesma *ab initio*, têm suscitado um interessante e longo debate historiográfico. Resumamo-lo.

⁶² AQUEDUCTO DE D. JOÃO III DAS AGUAS DA PRATA / A INSTANCIAS DE ANDRÉ DE REZENDE / CONSTRUIDO PELO REI E PELA FIDALGUIA EBORENSE / DE MCXXXIV A MCLVI / O MUNICIPIO EBORENSE MANDOU POR ESTA LAPIDE / MCMIV.

António Francisco Barata – não obstante ter defendido anteriormente uma outra cronologia⁶³ – apontou, na citada lápide comemorativa, o ano de 1534 para o início da construção. Já Gabriel Pereira, seu ilustre contemporâneo, defendeu que “os trabalhos começaram por 1530” (PEREIRA, 1934: 60), nisto afastando-se da tese que Túlio Espanca adoptaria com prudência e segurança: de que a gloriosa obra do rei D. João III “teve começo pouco depois de 1531” (ESPANCA, 1966: 106).

Depois dele, nenhum outro investigador da causa do Aqueduto se atreveu a contestar-lhe a autoridade, tanto mais que a data de 1531 parecia concordar com um facto histórico irrefutável – a chegada da corte de D. João III a Évora, em Maio desse ano (CASTILHO, 1589: 32).

No entanto, diferente opinião tinham os escritores antigos e bem mais acertada, como veremos. Desde logo reflectida nas palavras do jesuíta Manuel Fialho, atento e minucioso historiador eborense. Para ele a data de construção do Aqueduto pareceu ser, antes de mais, uma questão “providencial”, exultante de significados simbólicos: *Andava esta obra esperando por aquelle que estava destinado, para lograr em Évora o glorioso titulo de Pay da Pátria; D. João 3º esperava por este ano de 1533 que nos 15 seculos nos mostra os principais Misterios da Nossa Santa Feé, e nos 33 annos da vida do nosso Redentor*⁶⁴.

Na mesma linha discursiva, o padre António Franco, retomando a *Évora Ilustrada* de Fialho, descreveu com semelhante exaltação literária que “no ano de 1533 moveu esta empresa [do aqueduto] El-Rei D. João o terceiro”⁶⁵.

Mas, se a atribuição cronológica do início da empreitada dividiu os historiadores, a questão do protagonismo de André de Resende motivou uma das mais longas controvérsias historiográficas. Neste desencontro de opiniões muito ajudou a sentença proferida pelo erudito alemão Emil Hübner, no *Corpus Inscriptionum Latinarum* (1871), sobre a autenticidade das lápides romanas atribuídas a André de Resende. Argumento de peso no qual se escudaram os historiadores modernos face à obstinada crença dos antigos na existência de um “aqueduto sertoriano”, legitimado e louvado, entre outras coisas, por uma dessas inscrições apócrifas. Esta questão foi assim polemizada por Túlio Espanca: “Segundo uma tradição de tendências panegíricas creada

⁶³ “Começaram os trabalhos da edificação [do aqueduto] logo depois de 1531 (...)”: BARATA, A. Francisco (1871), *Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principais monumentos*, Évora, p. 27.

⁶⁴ FIALHO, Manuel, *Évora Ilustrada*, BPE., Códice CXXX/1-9, Tomo II, Segunda Parte, fol. 149v.

⁶⁵ FRANCO, António (1945), *Évora Ilustrada*, Edições Nazareth, Évora, p. 132.

ao que parece pelo Inquisidor Diogo Mendes de Vasconcelos, e imediatamente aceite por Gaspar Estaço (...) e muito em voga nos escritos dos padres jesuítas Manuel Fialho e Francisco da Fonseca (...) no fito absurdo de reivindicarem para Évora as bodas da antiguidade clássica (...) –, o licenciado André de Resende (...) teria uma intervenção profunda na feitura do Aqueduto da Água da Prata. Essa tradição, de apologia encomiástica (...) era a seguinte: – instalada a corte em Évora, D. João III atendeu aos rogos e instâncias do latinista arqueólogo eborense André de Resende, ex-dominicano – sobre estudos topográficos para se restabelecer o aqueduto romano (...). Para comprovar a sua teoria (...) Resende localisava alguns vestígios dos remotos canos (...) pegões dos arcos junto da muralha (...) e o fragmento da lápida célebre comemorativa da primeira fundação do Aqueduto. Esta pedra fora, porém, composta por mestre André de Resende (...). Ora é muito triste confessá-lo, e a memória do opulento polígrafo disso, profundamente se ressentiu na posteridade. Identificações epigráficas modernas e estudos idóneos, descobriram a fraude de Resende (...)” (ESPANCA, 1943: 85, 86).

Do balanço desta polémica resulta um dado curioso: o de que a sabedoria dos antigos – fundada, é certo, em equívocos e no logro dos testemunhos epigráficos –, reflecte melhor os acontecimentos históricos do que o contraditório usado pelos historiadores do séc. XX, estes parecendo mais preocupados em alimentar preconceitos científicos contra Resende do que em compulsar, verdadeiramente, as muitas evidências do seu mérito e pioneirismo. Este preconceito, também sustentado contra os defensores das teses resendianas, tolheu-os de explorar algumas pistas soltas, deixadas, precisamente, por aqueles que reivindicaram para Évora “as bodas da antiguidade clássica”. Desde logo, as malogradas tentativas para trazer água a Évora anteriores ao reinado do *Piedoso*.

1.2 AS TENTATIVAS DE TRAZER ÁGUA A ÉVORA NOS REINADOS DE D. JOÃO II E D. MANUEL I

Uma das teses que se insinua nos autores antigos e à qual poucos deram a devida atenção⁶⁶ é a de que já teria havido tentativas para construir o Aqueduto anteriores ao reinado de D. João III. E é estranho que assim seja, havendo para o facto alguma documentação conhecida e, pelo menos, um testemunho literário directo.

Com efeito, no mesmo ano em que Garcia de Resende ultimava a sua “Crónica de D. João II”⁶⁷, Évora assistia ao aparato construtivo do *Cano Real*, obra há muito esperada para solucionar o grave e recorrente problema de falta de água na cidade, sentido com especial agudeza nos meses de estiagem. É possível que este tão marcante sucesso (a ocorrer, então, já bem no interior da cidade) tenha levado o antigo *moço de escrivania* de D. João II a avivar as suas memórias de juventude e a lembrar, oportunamente, aquilo que o *Príncipe Perfeito* tentara fazer no ocaso da vida. Di-lo com estas palavras:

“Esteve el-rey com sua corte atee ho mes de Julho de mil e quatrocentos e noventa e cinco em Evora onde muyto folgava, e mandava muito enobrecer os paços, e a cidade, em que havia então quatro mil e quinhentos moradores, em que entravam muitos fidalgos honrrados e dos principaes do reyno: havia na cidade trezentos de cavallo e d' entam pera cá foy sempre mingoando. E tinha ja el-rey ordenado de fazer vir a ela agoa da Fonte da Prata, onde ja tinha muitas fontes compradas e feitas d' aboboda, e concertadas, e medida a agoa que aa cidade podia vir que era muita (...)” (RESENDE, 1991: 271).

Com a oportunidade desta memória literária, Garcia de Resende não só dava o testemunho da visão empreendedora de D. João II na construção de Évora como cidade de corte, como recordava aos contemporâneos e vindouros que a obra do “Cano”, que então se fazia, retomava, afinal, um projecto delineado pelo “seu” rei. O que não referiu, infelizmente, foi a circunstância em que D. João II o ordenou. E não seria indiferente sabê-lo: caso tivesse sido por ocasião do matrimónio do príncipe Afonso com Isabel de

⁶⁶ Excepção feita a Maria Ângela Beirante: “Não temos entretanto provas do funcionamento deste aqueduto na Idade Média, o que nos leva a admitir tratar-se do velho aqueduto romano que, nos finais do séc. XV, D. João II tentou reactivar a partir da captação de nova nascente numa herdade do cabido. De facto, em 1501, D. Manuel fazia mercê da água que el-rei D. João quisera trazer de junto da Quinta da Oliveira à cidade, com todos os canos e benfeitorias, a Jorge da Silveira, do seu conselho, para que a levasse para uma sua quinta.”. BEIRANTE, Maria Ângela Rocha (1995), *Évora na Idade Média*, FCG/JNICT, p.400.

⁶⁷ *Choronica que tracta da vida e grandíssimas virtudes e bondades, magnânimo esforço, excellentes costumes e manhas e claros feitos do Christianissimo Dom João ho segundo deste nome (...)*, Lisboa, 1545. Resende trabalhou no manuscrito da *Crónica de D. João II* até perto da morte, ocorrida em 2 de Março de 1536. No capítulo LVI, ao enunciar os filhos do bispo D. Afonso de Portugal, refere que “a filha se chamava dona Beatriz de Portugal”, ou seja, há época já falecida (havia morrido em Outubro de 1535).

Castela, no final de 1490, ganhava muita consistência a tese de que a obra fora como que uma “réplica” da decisão da rainha Isabel a *Católica* que, entre 1484-89, promoveu o restauro e a reactivação do monumental aqueduto romano de Segóvia, deixando, além do mais, um código de *Ordenanças*⁶⁸ que bem poderá ter servido de modelo ao *Regimento* do aqueduto de Setúbal (obra iniciada em 1487), lavrado em Évora por D. Manuel no ano de 1508 (MACHADO, 1746: 122), e ao *Regimento* do aqueduto de Évora, o qual D. João III haveria de mandar cumprir ao encarregar Francisco de Arruda, em 1542, de *vysytar o cano da agoa da prata da dita cidade* (VITERBO, 1988: I, 64).

Sobre esta primeira tentativa de trazer água à cidade e certamente repisando o testemunho de Garcia de Resende, diz também o padre Manuel Fialho que o rei D. João II querendo restituir *essa tão magnífica obra* [do “aqueduto de Sertório”] (...) *chegou a comprar muitas fontes de algumas Erdades de Senhorios particulares (...) e não só as comprou com esse intento, mas também, as preparou, e dispos, e lhe fes a cada huma dellas sua abobeda, para estarem mais resguardadas, e tomou as medidas a quantidade de agoa que poderia vir para a Cidade*⁶⁹.

São, no entanto, as achegas de um documento de 1501, trazidas a público pela primeira vez por Maria Ângela Beirante na sua *Évora na Idade Média*, e agora aqui reproduzidas na íntegra por cortesia do historiador Manuel Branco, que esclarecem um pouco mais sobre a extensão e funcionalidade deste cano inicial. No documento explicita-se que D. Manuel concede a Jorge da Silveira, fidalgo do seu conselho, a água que o rei seu antecessor quisera trazer “junto da quinta da Oliveira à cidade de Évora” bem como “todos os canos e benfeitoria (...) para ele trazer a uma quinta que aí tem” (Doc.1). Juntando a informação de Garcia de Resende com a de Manuel Fialho e a que se deduz da concessão a Jorge da Silveira, ficamos com a ideia de que a estrutura de captação e transporte de água desse primitivo cano da Água da Prata não se confinava apenas à área da quinta da Oliveira, cabeça ancestral do morgadio com o mesmo nome. É perfeitamente admissível que a obra tivesse alguma extensão ao ponto de chegar à proximidade da quinta de Jorge da Silveira, que confrontava com a herdade de

⁶⁸ Estas *Ordenanzas para el gobierno del guiamiento del agua del puente segoviano* contém várias disposições de gestão, salvaguarda, manutenção e fiscalização do aqueduto. Exemplarmente, o segundo artigo proíbe “bajo la grave pena de destruccion, construir edificio alguno, y plantar árboles dentro de quince pies de distancia de la cadera y la madre de agua, desde el origen de las fuentes, donde empieza á formarse la cadera, hasta que se distribuye, así fuera como dentro de la ciudad, y poner arquetas, ú outro edificio, sobre la madre de agua”. Cf. SOMORROSTRO, Andres Gomez de (2001), *El Acueducto y Otras Antigüedades de Segovia*, Madrid, Imprenta de D. Miguel de Burgos, 1820 (edição *fac-similada*, Valladolid, Editorial Maxtor).

⁶⁹ FIALHO, *op. cit.*, fol. 5v.

Metrogos, pertença do Cabido da Sé de Évora, facto que deve ter justificado a pretensão do fidalgo na utilização da água para rega do pomar de que era proprietário, através de uma canalização particular construída para o efeito⁷⁰. Diga-se, a propósito, que a quinta da Silveira, cabeça da herdade com o mesmo nome, já existia consolidada em 1491⁷¹, a qual, estendendo-se para Poente até às *cimalhas* (altos) de Valcovo, confrontava aí com a herdade do Pombal, pertença do Conde de Olivença, D. Rodrigo de Melo, limite territorial onde, anos mais tarde, assentaria o percurso do Cano da Água da Prata.

Dito assim, isto só pode significar que o investimento em “fontes” e “canos” patrocinado pelo rei D. João II, mais do que uma estrutura elementar de captação de nascentes perenes, também teve alguma expressão estrutural como “canalização” dirigida a Évora, numa extensão próxima dos 7 km. E tendo sido medido o seu caudal – “que era muito”, como refere Garcia de Resende –, é possível que essa água estivesse a ser lançada, sem préstimo, numa das várias ribeiras que atravessam a herdade de Metrogos, talvez na de Valcovo que a delimita do lado Sul e que corre, precisamente, junto à quinta da Silveira⁷².

Por outro lado, a salvaguarda que D. Manuel coloca na redacção do documento relativamente ao carácter “temporário” da doação da água⁷³, não só acentua a importância da obra do seu antecessor como faz parecer que a sua retoma é um assunto “pendente”. Mas não, necessariamente, urgente.

Pelo que hoje podemos deduzir, o recomeço da obra ficou dependente de um factor que só no final do reinado de D. Manuel se verificou – a prolongada estadia do monarca em Évora, de Junho de 1519 a Janeiro de 1521 (COSTA, 2005: 268). E, fosse por esta circunstância (em que seguramente pesou a provação da falta de água na cidade durante dois verões consecutivos) ou por uma genuína vontade política de dotar a “mui nobre e sempre leal cidade de Évora” com uma obra adequada à sua grandeza e estatuto, D.

⁷⁰ Estes *canos* de Jorge da Silveira foram identificados pela primeira vez no âmbito deste estudo. Vide neste capítulo, pp. 51-54.

⁷¹ No testamento do Conde de Olivença D. Rodrigo de Melo, lavrado a 15 de Novembro de 1491, refere-se que (...) *a herdade do pombal q. he de dois arados com aderencias, q. o Conde comprou em adro à dita herd. q. he no termo desta cid.º junto com onde chamam o Ayvado pello caminho do lagar derribado afsi como parte com herdade do cabido, e com herdade de Fernam da Silveira Regedor (...)*: ESPANCA, Túlio (1960-61), “História da Casa de Cadaval”, in *A Cidade de Évora*, N.43,44, Évora, p.158.

⁷² A quinta de Jorge da Silveira é a actual quinta da Silveira, em Valcovo (Sr. dos Aflitos). Subsistem elementos arquitectónicos que levam a supor que a antiga casa de campo desta família era, provavelmente, da mesma tipologia que se observa na Camoeira, Torre de Coelheiros ou Giesteira: torre com portal gótico de acesso e primeiro piso utilitário com arco de pleno centro a suportar a abóbada. No lado oposto ainda são visíveis os contrafortes do gótico final que escoravam a capela, projectados na diagonal do ângulo dos cantos do edifício.

⁷³ (...) *E esta merçee lhe fazemos com tal comdiçam que se per uemtura nos o nossos herdeiros em algum tempo quissermos a dita auguoa aa dita cidade ou fazer della alguma outra coussa que o possamos fazer sem lhe sermos obrigado nem nossos herdeiros a satisfaçam alguma por ello*: ANTT, Chancelaria de D. João III, L.º 3º, fol. 180v-181.

Manuel, em 28 de Dezembro de 1520, decidiu prosseguir o projecto do Aqueduto ordenando que Fernão de Macedo fosse *Veador e Recebedor da obra dos canos que se ham de fazer pera trazer aguoa da fomte das pratas a esta cydade d'evora*” (Doc. 2).

Pese embora a vontade de D. Manuel em prosseguir “a obra dos canos”, o projecto não avançou. É provável que este facto se explique pela inesperada morte do rei (logo a 13 de Dezembro de 1521) e pela perceptível indiferença com que o seu primogénito e sucessor, D. João III, passou a tratar as grandes obras paternas, inacabadas ou simplesmente pensadas para Évora⁷⁴. Acresce que, ao renovar o direito de utilização da Água da Prata aos herdeiros de Jorge da Silveira, em 1522, e nos mesmos termos que D. Manuel havia prescrito em 1501, D. João III dava um sinal claro de que não tinha a intenção de prosseguir, pelo menos no curto prazo, a obra do Aqueduto.

É admissível que a sua estada em Évora de quase um ano, entre 1524 e 1525 (BRANCO, 1998: 223), o tivesse recordado de que a cidade continuava a sofrer, ano após ano, a inclemência da estiagem e a consequente falta de água corrente e potável. No entanto, ainda em 1529 o projecto continuava parado, se bem que o “assunto” pudesse já estar a ser equacionado. É, pelo menos, o que se deduz do citado documento de renovação a Fernão de Macedo nos cargos de “vedor e recebedor da obra dos canos que se havia de fazer”, prerrogativa que fora outorgada por D. Manuel, em 1520, e em cuja concretização o beneficiário continuava expectante.

⁷⁴ Estão neste caso as obras do “castelo novo”, recomeçadas por Diogo de Arruda em 1518, e o projecto dos *Estudos* (Universidade), para os quais D. Manuel chegou a comprar os terrenos, em 1520.

1.3 CONTEXTOS, PROTAGONISTAS E POLÉMICAS

À entrada do segundo terço do séc. XVI, Évora atingiu uma vitalidade social, económica, cultural e política que há muito se insinuava na frequência e duração das visitas régias, no crescente prestígio e influência do seu bispado⁷⁵, no número de cortes gerais aqui reunidas⁷⁶, enfim, nas obras religiosas e civis que, crescendo pelo espaço urbano sob o patrocínio régio, tão bem se espelhavam na reforma da igreja de S. Francisco e na ampliação do palácio real contíguo.

A cidade, cingida desde meados do séc. XIV pela segunda maior cintura de muralhas medievais do país, logo a seguir a Lisboa, acolhia uma população em crescimento, estimada no *Enumeramento* de 1527-1532 em cerca de 13.000 habitantes, distribuídos por 2.813 fogos (BEIRANTE, 2002-2006: 88). Esta população era constituída por “uma forte nobreza urbana, por um clero poderoso e por um leque variado de elementos populares, como mercadores, homens de ofícios, serviçais e escravos”, na qual se integrava ainda “uma grande comuna de judeus e uma razoável comuna de mouros” (BEIRANTE, 2001: 23). A principal actividade dos mesteirais estava concentrada no transporte e transformação de matérias-primas de origem local. Além das indústrias alimentares do pão, do vinho e do azeite, a produção artesanal a partir do barro, da madeira e dos metais e, sobretudo, do couro, das peles e das lãs, tinha uma enorme expressão na economia urbana, a que se juntava a actividade comercial particularmente activa durante a permanência da corte régia na cidade (BEIRANTE, 2002-2006: 89). É precisamente a grandeza deste cenário urbano que se exhibe na iluminura que antecede o foral manuelino, outorgado a Évora no dia 1 de Setembro de 1501, e onde não falta a expressiva mensagem glorificadora do passado clássico da cidade: *Ebura Colonia Romana* (Fig. 28).

Todo este crescente dinamismo social e económico dependia de um parco e frágil conjunto de recursos hídricos, herdado da época muçulmana e mantido sem grande investimento durante toda a Idade Média. No ano de 1536, segundo o *Tombo das Demarcações da Câmara*, existiam dentro do espaço urbano e na sua imediata periferia seis poços e cinco chafarizes públicos (ESPANCA, 1944: 87-88), cujas reservas hídricas se

⁷⁵ Um dos factos mais decisivos da relevância cultural da cidade é, provavelmente, a entrega, em 1522, do bispado a D. Afonso, irmão do rei, como aposta evidente de D. João III na afirmação de Évora como a sua segunda cidade de corte.

⁷⁶ Entre 1435 e 1535 Évora recebeu cortes gerais por oito vezes. Por todos: BUESCO, Ana Isabel (2005), *D. João III, 1502-1557*, Círculo de Leitores, Lisboa, p. 242

mostravam insuficientes nos meses de Verão e nos períodos de maior seca, obrigando inclusive à construção de cisternas nas *alcarcovas* (fossos) da muralha para aprovisionamento de água, cujos vestígios foram ainda testemunhados por Gabriel Pereira, no final do séc. XIX (PEREIRA, 1998: 143). Este facto fazia com que a água pública fosse um bem escasso e muitas vezes difícil de alcançar, como relata com indisfarçável ironia o humanista Nicolau Clenardo nas suas *Cartas a Látomo*⁷⁷, escritas em Évora, em Março de 1535: “No mês de julho tudo aqui fica abrasado e a tal ponto, que na cidade inteira dificilmente se encontra um poço que não seque completamente. Para não se morrer à sede, é necessário mandar fora buscar água antes do romper de alva” (CEREJEIRA, 1974: 263, 264).

Imagina-se, pois, este incómodo para o séquito de cortesãos que acompanhava o rei, sobretudo a partir do momento em que este decide regressar definitivamente a Évora, em Novembro de 1532, depois de uma estadia forçada de um alguns meses na vila de Alvito⁷⁸. No entanto, mais do que os inconvenientes da escassez de água corrente e potável e da imagem pouco digna que esse facto transmitia de uma cidade de corte – onde se apresentavam com regularidade os grandes do reino e os embaixadores estrangeiros –, o maior receio público era o do aparecimento de surtos epidémicos⁷⁹, tidos então como *pestilências* próprias dos maus ares originados pelo calor e pelas águas inquinadas. Este, sim, um argumento de peso que deverá ter feito do projecto do Aqueduto um investimento público inadiável, sobretudo numa altura em que o rei dava mostras de prolongar a sua estadia, naquela que ele próprio afirmava ser uma *das mais principais cidades dos reinos de Portugal e do Algarve, e de mais povoação de gente nobre e de povo, tirando Lisboa* (LAVAJO, 1998: 52).

Com a permanência demorada da corte régia abriu-se para a cidade, além de uma renovada prosperidade urbana, um círculo cultural de ilustres personalidades. Na vanguarda deste movimento intelectual – que se observou também na mudança do gosto, do luxo e da ostentação ideológica de novos valores artísticos –, a arte assumiu

⁷⁷ De Tiago Masson ou Látomo, antigo professor de Clenardo em Lovaina. Cf. CEREJEIRA, M. Gonçalves (1974), *O Renascimento em Portugal, Clenardo e a sociedade portuguesa*, Volume I, Coimbra Editora.

⁷⁸ *Ao Primeiro dia de Novembro de 1531 em Alvito nasceo o Príncipe Dom Manoel filho del Rei dom Joam 3º e da Rinha dona Caterina estando retirados da peste que em evora onde a corte estava. Tornou a dita cidade o dito Snõr esta derradeira ves aos vinte dias de Novembro do anno de mil quinhentos e trinta e dous, esteve ate sete dias do mês de Agosto do anno de mil quinhentos e trinta e sete e se foi pera Lisboa. Esteve nesta cidade sinco annos, oito mezes e nove dias*: CASTILHO, António de (1598), *Vida del Rei Dom Joam III de Portugal tirada da chronica do seu tempo* (...), BPE., Cod. CIII/2-22, fol.33.

⁷⁹ Em Évora ocorreram três grandes surtos de peste em 1495, 1509 e 1523. Cf. ESPANCA, *op. cit.*, p. 87. Em Espanha, a irregularidade do clima e sobretudo a *sequía*, originou sucessivos surtos epidémicos entre os anos de 1515 e 1520 como a conhecida “murte negra” de 1519. Cf. LINÉS, Alberto (1998), “El clima en el siglo XVI”, in *Felipe II, Los Ingenios Y las máquinas* (...) (Catálogo da exposição), Sociedad Estatal para la Conmemoración de los Centenarios de Felipe II y Carlos V, pp. 401, 404.

sem hesitações o partido do “romano”. Insinuara-se em Évora, cerca de 1522, no apuro decorativo dos capitéis do claustro do mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, (SILVA, 1989: 114), no arco da capela de Nossa Senhora da Piedade ou do Esporão, dos Mendes de Vasconcelos, na Sé (1529-30) (BRANCO, 1998: 222); agora atingia a plenitude pela mão do próprio D. João III, educado nos valores do Humanismo, e pelo talento de notáveis intérpretes da arte concebida *ao modo de Itália*⁸⁰, como o arquitecto Miguel de Arruda, o escultor Nicolau de Chanterene ou o pintor Gregório Lopes.

Sem surpresa, foi em Évora que o melhor da produção artística nacional “ao modo antigo” se impôs por esses anos de presença cortesã. E tendo como fonte de inspiração a arte greco-latina, este novo gosto coabitou em harmonia com o discurso humanista de muitos e bons cultores: D. Francisco de Melo, João Petit, Vaseu, Jorge Coelho, Aires Barbosa, Pedro Margalho, Nicolau Clenardo, Gaspar Moreira de Altero, Damião de Góis, D. Francisco de Portugal e D. Martinho de Portugal.

Foi, justamente, no contexto de exaltação dos valores do Humanismo e da realização da obra artística ao gosto classicista e antiquizante, que brilhou, sobre todas, a personalidade de André de Resende. Resumamos alguns dos factos mais significativos da sua vida e obra, até ao regresso definitivo à sua “pátria”, ocorrido durante o ano de 1533.

Admirado pela historiografia como polígrafo, exegeta, filólogo, poeta, epigrafista, antiquário e coleccionador, André de Resende nasceu em Évora, na rua da Oliveira, por volta do ano de 1500⁸¹.

Os pais, André Vaz de Resende e Ângela Leonor Vaz Góis, cedo entregaram a sua formação escolar ao mestre de Gramática Estêvão Cavaleiro⁸², ilustre pedagogo contratado pela câmara da cidade⁸³. Com cerca de dez anos de idade e já órfão de pai, Resende entrou para o Convento de S. Domingos de Évora. Esta opção pelo hábito dominicano, fosse pela natural vocação espiritual ou pela escolha deliberada do restrito

⁸⁰ É deste modo que Francisco de Holanda refere na obra *Da Pintura Antiga* (I-XIII/96): “(...) E o conhecer isto me fez desejar de ir ver Roma, e quando d’ella tornei não conhecia esta terra, como quer que não achei pedreiro nem pintor que não dicesse que o antigo (a que elles chamão modo de Italia) que esse levava a tudo”: VILELA, José Stichini (1982), *Francisco de Holanda – Vida, Pensamento e Obra*, Biblioteca Breve, ICLP, Vol. 62, 1ª Edição, p. 15.

⁸¹ Data seguida pela maioria dos biógrafos. Sobre a síntese da vida e obra de Lúcio André de Resende: REBELO, Luís de Sousa (1992), *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto, p.p 304-305.

⁸² Ele próprio o afirma no discurso de sapiência *Oratio pro rostris* por ocasião da cerimónia de abertura do novo ano académico da Universidade de Lisboa (1 de Outubro de 1534) quando afirma que *não esquecerei Estêvão, varão incontestavelmente doutíssimo em gramática, que ouvi em menino, apenas com oito anos*: LAVAJO, Joaquim (1998), “As Humanidades em Évora”, *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora*, CNPDP, Lisboa, p. 56.

⁸³ Estêvão Cavaleiro substituiu no ensino público de Gramática o bacharel Afonso Linhares por carta dirigida à câmara da cidade de Évora, assinada pelo príncipe D. João (futuro D. João II), em 10 de Agosto de 1481: PEREIRA, *op.cit.*, p. 155.

caminho de acesso aos estudos superiores proporcionado pela vida eclesiástica, haveria de lhe proporcionar um contacto directo com o emergente campo dos *studia humanitatis* das mais reputadas universidades europeias da época.

Entre 1513 e 1517, Resende cursou na prestigiada universidade espanhola de Alcalá de Henares, na periferia de Madrid, tendo aí estudado com o mestre Antonio de Nebrija (1441-1522), figura maior do renascimento espanhol, filólogo, pedagogo, gramático, historiador e antiquário, cujo exemplo de vida e obra⁸⁴ não poderá ter deixado de constituir, além de um sólido modelo conceptual, uma fonte inspiradora para o jovem discípulo eborense.

Nos anos seguintes, André de Resende frequentou sucessivamente as universidades de Salamanca, Lovaina e Paris, convivendo e aprendendo com destacados mestres entre os quais Aires de Barbosa, Nicolau Clenardo, Conrado Goclénio, Rugero Réscio e João Campense⁸⁵. No decurso da sua estadia francesa recebeu, na cidade de Aix-en-Provence, as ordens de subdiácono e diácono⁸⁶.

No entanto, foi a permanência na Flandres que marcou definitivamente a sua grande admiração intelectual por Erasmo de Roterdão, um dos mais influentes protagonistas do movimento de renovação cultural do séc. XVI. Ao insigne humanista dedicou Resende o seu *Erasmi Encomium* (1531), no qual o considerou o “Cícero supremo” do seu tempo.

No auge da sua experiência europeia, André de Resende foi acolhido por D. Pedro de Mascarenhas, embaixador português junto da corte de Carlos V. Este vínculo ao diplomata obrigou-o a uma permanente deambulação ao sabor dos itinerários régios: de 1532 a 1533, Resende viajará sucessivamente entre Colónia, Ratisbona, Viena, Veneza, Bolonha e Barcelona.

O convite de D. João III para o importante cargo de preceptor dos infantes D. Duarte, D. Henrique e D. Afonso⁸⁷ precipitou o regresso definitivo do mestre eborense a Portugal e à sua “pátria” no final de 1533. Este saudado regresso a Évora, após duas décadas de ausência, marcou um novo ciclo de actividade intelectual do humanista e,

⁸⁴ Referimo-nos à *Muestra de la Historia de la Antigüedades de España*, obra editada em Burgos, em 1499, e que poderá ter representado um modelo conceptual para as “Antigüedades” de Resende.

⁸⁵ SOUSA, Ivo Carneiro de (1998), “Duas vidas e um pequeno livro que André de Resende ofereceu à sua cidade de Évora”, *Do Mundo Antigo* (...), CNPDP, Lisboa, p. 77.

⁸⁶ REBELO, *op. cit.* p. 304.

⁸⁷ FERREIRA, Francisco Leitão (1906), “Notícias da vida de André de Resende”, in *Arquivo Histórico Português*, Vol. VII, Lisboa, p. 353.

desde logo, posto ao serviço do rei e da obra que a ambos havia de conceder a suprema coroa de glória – a “refundação do Aqueduto da Água da Prata”.

No entanto, D. Miguel da Silva⁸⁸, bispo de Viseu, natural de Évora – também ele um distinto erudito e íntimo da corte e do rei pelo cargo que desempenhava por esses anos como escrivão da puridade – haveria de ter um papel importante no debate em torno da obra do Aqueduto; neste caso em clara contradição com as “certezas arqueológicas” de Resende. A disputa entre ambos sobre a existência de um aqueduto antigo e a possibilidade de trazer a água das fontes do Divor “por desaffette mil paffos ate o átrio do templo de Diana, que ficava no mais alto da cidade” (FONSECA, 1728: 23), ficou celebrizada nos anais da obra e na memória de muitos historiadores. A quem não escapou foi ao avisado padre Manuel Fialho, perspicaz e atento polígrafo da história da cidade que assim compôs o essencial da discussão:

(...) Porem [André de Resende] fazendo mais exaustas diligencias, pesquisas, e observaçoens veio finalmente a conhecer não só que erão [vestígios] do cano [romano], mas que vinhão coincidentes de sua sequencia de algum dia. Exultou de prazer, e veio correndo a Cidade, veio ao Rey, e ao Bispo a dar lhe as novas do seu achado, e a quantos de caminho encontrava (...) o Bispo tudo negou, e os seus sequazes. (...) Depois disto em outra ocasião e não tardou ela muito, levando consigo quem soubesse tomar as medidas, e altura; sendo elle [Resende] o guia de por onde, foi e veio designando, porque caminhos, voltas, e rodeos, poderia ter vindo aquella agoa a cidade (...) acharão se as medidas iguais ao seu pensamento voltou outra ves, ao Rey, e de novo o informou de tudo (...) e ainda assim não pode clamar vitoria [por opinião contrária do bispo]. (...) Nos cremos q. o mesmo Rey foi em pessoa a ver o que sobre a agoa vinha levantando tanta poeira, elle se persuadio, vendo os antiquos vestígios do aqueducto, e sinais de agoa ter corrido por elle algum dia, e observando também as medidas, em alguns lugares que se lhe representavão mais deficultozos, se persuadio a

⁸⁸ D. Miguel da Silva, filho de D. Diogo da Silva e Menezes, aio de D. Manuel I, 1.º Conde de Portalegre e de D. Maria de Aiala, nasceu em Évora em 1480. Foi bolseiro de D. Manuel em Paris. Nomeado embaixador junto do Papa Leão X em 1514, D. Miguel da Silva só regressará a Portugal em 1526, para obter o bispado de Viseu e o título de escrivão da puridade. A sua enorme reputação na corte papal traduziu-se na obra *Il libro del Cortegiano* (1528) que Baltazar Castiglioni lhe dedicou. Como homem de cultura e frequentador dos cenáculos intelectuais dos Medicis e dos Farnese em Itália, recriou na sua estada em Portugal um ambiente classicista e antiquizante, cujos melhores exemplos foram a igreja de S. João da Foz (Porto) o claustro e o coro alto da sé de Viseu e a quinta do Fontelo, paradigma do jardim renascentista à italiana. Em consequência da violenta disputa pelo barrete cardinalício, na qual D. João III se empenhará na causa do irmão (D. Henrique), D. Miguel da Silva foge para Roma, em 1540, onde se acolhe sob protecção do papa Paulo III. Como represália, D. João III retirou-lhe a nacionalidade e destituiu-o de todos os bens e prerrogativas que tinha em Portugal. Cf. DESWARTE, Sylvie (1987), *Il “Perfetto Cortegiano” D. Miguel da Silva*, Roma: Bulzoni.

que M.^e Rezende, em tudo se tinha mostrado Mestre (...) Esta tal uniformidade cremos obrigou ao Bispo a mandar também aos seus, a tomar as medidas, e achando as deste iguais com as dos mais, ainda que lhe não podia dar credito, se resolveo (assim o cremos) a dar credito só aos seus olhos (...) fuisse lá, (e cremos que as escondidas, e com algum outro disfarce) e foi com os mais afeiçoados a sua opinião (...) [Mas, não conseguindo provar o contrário e] não podendo já negar a possibilidade da obra, cuja grandeza tanto assombrava, não se atrevendo já a resistir, ao que os seus virão de perto cedeo finalmente o Bispo: e ainda cremos que com a reflexão, que se não chegasse a agoa ao mais alto da cidade, chegaria aos menos aos arredores, e se não chegasse a entrar na Cidade sempre ficaria mais perto o uso e conveniência⁸⁹.

É bem provável que este episódio tenha sido efabulado por Fialho, pese embora a segurança com que o descreve. O facto de o situar antes do arranque da obra é um claro sintoma de que a sua fonte de informação está mais comprometida com o colorido da tradição oral do que com a rigor da documentação histórica. Mas, com maior ou menor grau de fantasia, parece seguro o fundamento histórico desta polémica, pois o próprio André de Resende a declara na sua *História da Antiguidade da Cidade de Évora*⁹⁰. Porém, já o mesmo não diremos do “momento” em que terá acontecido: imaginá-lo numa fase muito adiantada da construção parece contraditório com a própria natureza da polémica; recuá-lo ao início de 1533 (ou antes, como insinua Fialho) parece insensato, porque improvável, já que um dos contendores estava ausente do país⁹¹ e a obra, como agora se sabe, só começou em Outubro desse ano.

⁸⁹ FIALHO, *op. cit.*, fol. 150v e sgs.

⁹⁰ “Quomo eu declarei en huma apologia ou resposta contra ho bispo de Viseu screvi: que exortava a elRei nosso senhor tornar a trazer a dicta agua: dizendo lhe que nem há agoa ca viera jamais, nem podia vijr nem Sertório aqui stevera: nem ha obra era romana”: RESENDE, André de, *Historia da Antiguidade da Cidade de Évora*, Évora, 1553, fls. 10v-11. Sabemos por Diogo Barbosa Machado (*Bibliotheca Lusitana...*, Tomo 1, fol.169) que Resende deixou manuscrita esta *Apologia pelo Aqueducto de Sertorio contra D. Miguel da Sylva Bispo de Viseu*. Investigações bibliográficas recentes por nós efectuadas levam-nos a acreditar que este manuscrito terá sido impresso fora de Portugal, como indica a referência no catálogo universal de obras impressas da Biblioteca Marucelliana, de Florença (*Mare Magnum*, vol. 111): *Apologia contra visensis Episcop. de Aqueductu a Sertori fabrica*. Infelizmente as diligências junto de Biblioteca italiana no sentido de identificar a obra revelaram-se inconsequentes. Na segunda metade do séc. XIX, Vilhena Barbosa fala de “um manuscrito que ha tempos vi e tive em meu poder, o qual era cópia da *Apologia pelo aqueducto de Sertorio contra D. Miguel da Silva, bispo de Vizeu*, original do proprio André de Rezende”. Infelizmente o mesmo autor, explicando-se melhor, acabará por confessar: “Quanto á cópia da *Apologia* e das cartas de andré de Rezende que vimos, fica demonstrado que era apochrypha (...) Intitulava-se cópia da cópia dos referidos manuscritos, que se guardava na livraria do conde do Vimieiro. Foi talvez uma fraude armada á boa fé d'aquelle fidalgo, que, sendo possuidor de uma das mais selectas e ricas livrarias de Portugal, pagava generosamente os manuscritos raros, e na falta dos originaes as suas cópias. Cf. *Archivo Pictresco*, Vol. X, Lisboa, 1867, pp. 33-35 e 46-48.

⁹¹ Mesmo considerando a hipótese “apertada” de que Resende regressa a Évora na Primavera ou Verão de 1533, só devemos considerar o humanista plenamente integrado na sua cidade natal em Dezembro desse ano, pois que no mês anterior ele vai a Salamanca “arrancar” à cátedra universitária o seu antigo professor de Grego, Nicolau Clenardo, para professor do infante D. Henrique. Cf. CEREJEIRA, *op. cit.* (especialmente a nota 1da p. 64).

Como conciliar, então, o início da obra do Aqueduto com a chegada de Resende a Évora e o “momento” exacto desta “disputa famosa”, como lhe chama o padre Francisco da Fonseca?

Fixemo-la, de novo, para melhor clarificar o essencial dos argumentos em confronto: Resende exorta o rei a “refundar” o aqueduto antigo (convicto de que é do tempo de Q. Sertório) e, naturalmente, considerando ser possível “reconduzir” a água ao ponto mais alto da cidade pelo nível romano, pois aí tem ele a certeza de que terá chegado pelas evidências arqueológicas dos tanques do “pórtico” (templo); em apoio desta tese, descobre os vestígios dessa estrutura romana (*pegões*), o seu traçado topográfico e (segundo Fialho) toma as medidas da “altura” da água; contra tais argumentos, D. Miguel da Silva, Bispo de Viseu, sustenta a tese contrária defendendo a impossibilidade topográfica da água poder chegar à cota mais alta da cidade, tão-pouco ter existido um aqueduto romano; D. João III, confrontado com duas opiniões contraditórias, hesita; só após a evidência da exequibilidade da obra, garantida por inequívocas provas arqueológicas e topográficas, se decide pela sua concretização.

Estamos convencidos que, mais do que uma disputa erudita sobre o passado latino de Évora, a polémica emanava de uma qualquer dúvida capital que ensombrava o sucesso do projecto. E essa só poderia ser convocada pela incerteza dos dados topográficos do troço final do Aqueduto e da localização do ponto terminal da Água da Prata, no interior da cidade. É, pelo menos, o que se depreende das próprias palavras de Resende: ao enfatizar e hierarquizar o desacordo com o Bispo através da expressão “nem a agoa ca viera jamais, nem podia vir”, parece colocar a raiz da discordância na questão da “altura” a que era possível trazer a água, tendo como referência o ponto mais alto da topografia urbana e, naturalmente, a cota limite do aqueduto romano. E a dúvida, verdadeiramente, não poderia ser senão essa. Se assim não fosse, que sentido faria uma discussão sobre o “nível” dos canos que, direccionados ao relevo de S. Bento, já então serpenteavam pelas férteis terras do Divor, Oliveira, Metrogos e Valcovo? Aliás, admitindo a hipótese de que ambos conheciam o projecto inacabado de D. João II para “trazer a água à cidade”, haveria de parecer risível aos olhos da corte⁹² uma desavença sobre a viabilidade de o fazer, estando a água já tão perto de Évora.

Não custa, pois, imaginar que as “medidas” que então se debatiam com tanto fervor – e, nelas sim, já pesando o escrutínio sobre os fundamentos da sua antiguidade

⁹² Onde pontuavam homens de ciência como o ilustre matemático Pedro Nunes, então ao serviço da casa de D. Henrique.

romana – eram as que se haveriam de projectar sobre a coroa de majestosos arcos, necessários, como todos bem sabiam, para vencer o único desnível significativo da obra. E se este argumento está correcto, a dúvida (e a consequente polémica) só poderia residir na incerteza do perfil altimétrico da arcaria à passagem do longo vale que se interpunha entre o ponto-limite⁹³ de S. Bento e a colina da cidade. E não se julgue menor esta questão: sob a inexorável corrida contra o tempo e o destino incerto do financiamento público e privado⁹⁴ recolhido para o efeito, nela se repartia com igual peso, o sucesso áulico do projecto e o fracasso político de D. João III.

Julgamos que foi neste cenário de hesitação técnica e política que se jogaram os argumentos dos dois ilustres adversários. E, estamos convictos, dirimidos logo em começos de 1534, quando a obra atingiu, finalmente, o campo fronteiro das monjas bernardas e D. João III se viu confrontado com o mais angustiante desafio do seu majestoso projecto: decidir sobre qual o melhor percurso topográfico para assentamento e minimização da altura dos pilares da arcada e para onde o dirigir, uma vez chegado aos muros da cidade. Com ele e, sobretudo, com a certeza do seu fundamento romano, já seria mais seguro, senão “reencaminhar” a água ao ponto mais alto da urbe (onde Resende o admitia e o Bispo o negava), ao menos fazê-la chegar à *Praça Grande*, onde o povo a haveria de louvar como um benefício público e a oligarquia local como a mais lídima glória da cidade.

Neste contexto de dúvida e de inadiáveis diligências técnicas não custa admitir que a obra, uma vez chegada à proximidade de S. Bento, tivesse sido suspensa por breve tempo: estritamente o necessário para que Resende “persuadisse” o rei com as perspectivas de sucesso que as provas arqueológicas e topográficas exumadas garantiam e D. Miguel da Silva se convencesse, por fim, que “se não chegasse a água ao mais alto da cidade, chegaria aos menos aos arredores, e se não chegasse a entrar na cidade sempre ficaria mais perto o seu uso e conveniência”⁹⁵...

⁹³ Túlio Espanca fala deste ponto situado no “sopé do monte de S. Bento” como “cota máxima”: ESPANCA, *op. cit.*, p. 95.

⁹⁴ Data do ano de 1534 a grande “finta” à nobreza eborense, no valor 691.640 reais, como contributo privado para as obras do cano da Prata: ESPANCA, *op. cit.*, p. 89.

⁹⁵ O melhor sintoma que D. Miguel da Silva ficou convencido com os argumentos da antiguidade do Aqueduto e, naturalmente, com a possibilidade de a água, algum dia, ter chegado à cidade romana, é o longo poema que lhe dedicou, talvez escrito por ocasião do lançamento da primeira água no chafariz da Praça. Redigido em latim com o título *Michaelis Sylvii Cardinalis Visensis de Aqua Argentea ad Johannem Portugalliae Regem Carmen*, nele se enaltece o rei e a obra que com os seus “mais de quatrocentos arcos” foi edificada sobre as “fundações de uma obra antiga e dos restos de um velho aqueduto”. Cf. COELHO, H. Trindade, BATTELLI, Guido (1935), *Documentos para o estudo das relações culturais entre Portugal e Itália*, Vol. IV, Florença, Tip. Alfani e Venturi, pp. 17-22. Existe cópia da versão em latim e da tradução em francês no Núcleo de Documentação da C.M.E. (cota: S2 725.193).

1.4 DÚVIDAS E CERTEZAS SOBRE O INÍCIO DA OBRA

Tudo leva a crer que a obra do Aqueduto já se desenvolvia a bom ritmo quando esta polémica se declarou. Um precioso documento dado a conhecer recentemente pelo historiador Manuel Branco é disso testemunha. Datado de 1553, nele se faz a quitação aos herdeiros de Duarte Moniz do dinheiro da “obra do cano d’agoa da prata” que este havia recebido durante “çimquo annos quatro meses e quatro dias” entre “trimta d’outubro de mjjl quynhemtos trjmta e três” e “tres de março de quynhenmtos trjnta e nove” (Doc. 3).

Além de precisar as balizas cronológicas da empreitada, esta carta de quitação descreve minuciosamente as quantidades dos materiais gastos, as receitas obtidas com a venda de alguns materiais sobrantes e, ainda, o valor total de 15.021.590 reais empregue na obra durante o referido espaço de tempo.

Conhecida a data de início da obra e o “recebedor” da verba que nela se despendeu, parece definitivamente solucionada a questão da cronologia fundacional do empreendimento tércio-joanino. Porém, é bom que se diga que esta data assinala o início da construção, não necessariamente o momento da decisão régia, a qual deve ter sido proferida com alguma antecedência.

Com efeito, um projecto desta envergadura não dispensaria estudos topográficos prévios, o recrutamento de mão-de-obra especializada, o fabrico e aprovisionamento de materiais de construção, a emissão de determinações régias para devassar as propriedades particulares atravessadas pelo Cano e a definição das clausulas contratuais da empreitada. E, mesmo que algumas destas condições já tivessem sido observadas ao longo dos muitos anos que precederam o recomeço da obra, ainda assim seria necessário um período mínimo de tempo para implementar uma infraestutura básica de construção.

É bem verdade que o próprio *Regimento* filipino sugere que a decisão foi tomada logo em 1531, a coincidir com a chegada da corte a Évora (a 24 de Maio). E di-lo sem equívocos: D. João III, “movido da piedade, e amor paternal, e por fazer mercê a esta cidade estando nella o Anno de mil quinhentos, e trinta, e hum (...) mandou reedificar o ditto aqueducto (...) pellos lugares por onde os vestígios antigos mostrarão, que viera” (ESPANCA, 1944: 109). Esta referência – onde por certo muitos se apoiaram para datar o início das obras –, não pode, pois, ser ignorada, tratando-se, além do mais, de um documento oficial do próprio Aqueduto. Mas, um outro facto, também ele incontornável, parece reforçar a ideia de que a decisão de D. João III terá sido proferida um pouco depois, talvez a coincidir com a sua fixação em Évora a partir do dia 20 de

Novembro de 1532 e por um período ininterrupto de cinco anos. Com efeito, a lápide comemorativa do sucesso tércio-joanino, mandada colocar na principal praça da cidade no tempo de Filipe II, como consta do mesmo *Regimento*⁹⁶, assim o refere expressamente (*vide* Fig. 12). Não vemos motivos para duvidar da sua autenticidade, dado tratar-se de um monumento epigráfico evocativo de um acontecimento histórico tão celebrado e, além do mais, mandado lavrar a expensas do erário régio.

Dito isto e com a autoridade que os documentos conferem, tudo leva a crer que, depois de uma decisão tomada alguns meses antes, a obra do Aqueduto teve início finalmente a 30 de Outubro de 1533. E, pelo que já vimos a propósito do investimento de D. João II e dos canos de Jorge da Silveira, a retoma da construção do Aqueduto pode muito bem ter acontecido no limite sul da herdade de Metrogos, junto à linha de água, onde também estrema a freguesia de N. Sra. da Graça do Divor.

Porém, nada do que é hoje possível observar da estrutura quinhentista do Aqueduto – quase toda ela sacrificada à grande obra de reconstrução de 1873-79⁹⁷ – permite aduzir grandes conclusões sobre o local exacto onde os operários recomeçaram o projecto de D. João II, em Outubro de 1533. Nem mesmo o que resta da caixa de água⁹⁸, em cujo interior se revela um curioso painel de gravados produzidos por incisão na argamassa fresca, nos pode garantir a marcação desse momento fundacional que, provavelmente, terá tido algum tipo de manifestação pictográfica apropriada. Infelizmente, a degradação da superfície já não permite uma leitura que aclare o significado e a cronologia dos elementos alfanuméricos visíveis (**Fig. 29**). Acresce que, do pouco que se distingue, os elementos gráficos parecem ter sido executados numa das várias intervenções posteriores à obra original de 1533-37⁹⁹.

Uma outra questão pouco clara, em resultado da escassez documental, prende-se com a autoria da obra. É certo que Francisco de Arruda, nomeado em 1531 para o cargo

⁹⁶ E para, que se não perdesse a memoria assy da primeira, e antiga trazida / desta Agoa a cidade per ordem de Sertório como da reedificaçam, e restauraçam / della por mandado do ditto Rey (D. João III) mandei que as pedras (...) / fossem tiradas de lugares particulares onde estavam encubertas, e restituídas a / praça publica onde hora estão, e mandei, que se pusesse, outra pedra na qual se fizesse menção da restituição, e reedificaçam, que o ditto Rey fez, e outra da mes/ma maneira, per que conste do tempo em que eu isto ordenei (...). *Regimento* (1606), fól. 1 e 1v.

⁹⁷ Esta obra de reconstrução, iniciada a 27 de Outubro de 1873, teve como principal objectivo solucionar o grave problema de falta de água sentido na cidade, devido sobretudo ao estado de ruína do Aqueduto quinhentista. Além da construção de uma nova estrutura de transporte, esta obra “encurtou” o percurso muito sinuoso do velho Aqueduto. Cf. QUINTELA, *et al.*, *O Aqueduto da Água da Prata e o Abastecimento de Água a Évora*, CME/APRH, 2005, pp. 27-31.

⁹⁸ Localizada a montante da actual caixa 181, a pouca distância da ribeira de Valcovo.

⁹⁹ A primeira das quais ocorrida logo em 1576, por iniciativa do Cardeal D. Henrique, onde se despenderam 4.000 cruzados. Cf. ESPANCA, *op. cit.*, p. 99.

de mestre das obras da Comarca do Alentejo¹⁰⁰, tem sido considerado por este facto, e unanimemente, o responsável pela construção do Aqueduto de Évora. Mas, também não deixa de ser verdade que nenhum documento conhecido o liga directamente à obra, fazendo com que outras hipóteses sejam, porventura, de admitir. Todavia, há pelo menos um dado histórico que reforça muito a atribuição da empreitada de construção do aqueduto eborense a Francisco de Arruda: em Julho de 1530, o rei D. João III fez saber ao Corregedor, Juiz, Vereadores e Procurador da Cidade de Elvas que se havia inteirado de como Francisco de Arruda se certificara da viabilidade técnica da *obra d'agoa da fonte d'Amoreira*¹⁰¹. Isto prova que o arquitecto, além do estatuto próprio do cargo que passou a desempenhar a partir de Maio de 1531, também tinha conhecimentos técnicos que o habilitavam à direcção de obras hidráulicas, nomeadamente no levantamento topográfico para definição dos diferentes níveis de água e respectivas pendentes (trabalho não isento de risco se tivermos em conta que o percurso do aqueduto de Évora tem de mais de 19 km de extensão).

Finalmente, e ainda em abono da entrega da autoria da obra a Francisco de Arruda, não se deve negligenciar o facto de ele ter vivido em Évora até ao final da vida (BRANCO, 1990: 110), em casa própria, isenta de aposentadoria¹⁰²; e que, logo em Julho de 1537, D. João III o ter enviado, uma vez mais, a *ver como se poderá fazer a obra, para a agua da Amoreira poder vir a essa cidade* (de Elvas)¹⁰³.

Por tudo isto, seria muito estranho que Francisco de Arruda, mestre das obras da comarca do Alentejo, dos paços de Évora e medidor das obras, entre os anos de 1531 e 1547 (ano da sua morte) não fosse o escolhido para dirigir tão grandioso projecto, ainda por cima sendo ele suportado, substancialmente, pelo erário régio.

¹⁰⁰ “Dom Joham &c. A quantos esta minha carta virem faço saber que comfiando eu do saber de Francisco Daruda, pedreyro (...), querendolhe fazer graça e merce, tenho por bem e o dou ora daquy em diante por mestre de todas as obras que eu mandar fazer em toda a esta comarca dalemtejo e asy das obras dpos meus paços da cydade devora, asy e pela maneyra que o ele deue ser e como o era Diogo Daruda, seu irmão, per cujo falecimento o dito officio vagou (...)”: ANTT, *Chancelaria de D. João III*, liv.9, fol. 44v. *Apud*, VITERBO, Sousa (1988), *Dicionário histórico e documental* (...), Vol. I, INCM (ed. fac-símile), p.61.

¹⁰¹ “Corregedor, Juiz, Vereadores, e Procurador da Cidade de Elvas. Eu El Rey vos envio muyto saudar. Vi a carta, q me escrevestes em q, dizeis, q na pratica q, tivestes com Francisco d’Arruda sobre a obra d’agoa da fonte d’Amoreira: elle assentou, q poderá muyto bem ir á praça da maneira q me escrevestes. E por q eu quero ver isso com elle lhe escrevo, q venha a mim; dai lhe minha carta, q com esta vos será dada; como vier, assentarey com elle, o q a cerca disso me bem parecer. Jorge Roiz a fez em Lisboa a 28 de Julho de 1530”: MACHADO, Inácio Barbosa (1745), *Historia Iuridica Panegirica ou Discripção Thopographico Architectonica do Famoso, e Magnifico Aqueducto...*, (Manuscrito), Biblioteca Nacional do Brasil, fols. 118, 119.

¹⁰² “Dom Joham etc. a quantos esta minha carta vyrem faço saber que eu ey por bem que as casas, que Francisco Daruda, caualeiro de minha caza, tem nesta cidade devora, em que ele pousava e asy sua filha, lhe não sejam tomadas da pousentadoria pera nenhuma pessoa (...)”: VITERBO, *op. cit.*, I, p. 62.

¹⁰³ MASCARENHAS, José Manuel e QUINTELA, António de Carvalho (2008), “O Aqueduto da Amoreira e o sistema de abastecimento de água a Elvas”, in *Monumentos*, N. 28, IHRU, p. 93.

2. MATERIAIS, ESTRUTURAS E ESTRATÉGIAS DE CONSTRUÇÃO

2.1 O CANO DA QUINTA DA SILVEIRA

O encontro fortuito de fontes documentais com a observação directa do local revelou-nos, com surpreendente vigor, o património histórico da ancestral quinta de recreio dos Silveiras, em Valcovo. Para isso, muito contribuiu a informação do actual proprietário sobre uma intrigante estrutura que supunha ser de um “cano antigo”. Para nosso espanto, tais vestígios arqueológicos revelaram, além da muita antiguidade e indiscutível função hidráulica, uma orientação particularmente interessante, pois que, correspondendo à coroa de um longo talude artificial, pareciam dirigidos às “cimalhas de Valcovo”, ao encontro do Aqueduto da Água da Prata.

Esta feliz ocorrência, registada nos inícios de 2008, levou-nos a uma recolha mais profunda sobre o passado histórico da Quinta da Silveira e do seu longínquo proprietário, bem como a uma prospecção de campo centrada, sobretudo, nas estruturas hidráulicas antigas sobreviventes.

Jorge da Silveira, segundo filho varão do coudel-mor Fernão da Silveira¹⁰⁴, foi camareiro e guarda-mor do infante D. Fernando¹⁰⁵, filho de D. Manuel. Fidalgo do Conselho do Rei, protegido e beneficiado com generosas tenças nos reinados de D. João II e D. Manuel, casou com D. Margarida Furtado de Mendoça, filha do anadel-mor Duarte Furtado de Mendoça. Estão ambos sepultados na igreja de Nossa Senhora do Espinheiro de Évora (PEREIRA, 1947: 23).

Deverá ser ainda do seu tempo a primitiva construção solarenga que hoje pouco transparece nos volumes altivos do edifício oitocentista (**Fig. 30**). Segundo opinião crítica de Manuel Branco, “esta casa de campo deve ter evoluído, como em muitos outros casos do aro eborense, a partir de uma torre primitiva do século XV (portal gótico de acesso e primeiro piso utilitário e muito robusto com arco de pleno centro a suportar a abóbada) (**Fig. 31**); (...) mas no extremo oposto à torre ainda são visíveis os contrafortes do gótico final que escoravam a capela (saindo na diagonal do ângulo das esquinas da construção), estrategicamente colocada para que a ela se acesse a partir

¹⁰⁴ Fernão da Silveira, coudel-mor do reino e regedor da Casa da Suplicação foi o embaixador que negociou os termos do casamento de D. Isabel, primogénita dos Reis Católicos, com D. Afonso, herdeiro da coroa portuguesa. Em Março de 1489, *estando el Rey y la rreyna en la ciudad de Sevilla el Rey don Juº de Portugal les embio sus embaxadores con un caballero que se llamava don fernando de silveyra y a un dotor sachanller a los qualles el Rey y la rreyna mandaron Recebyr y tratar honorablemente (...)*: PULGAR, Hernando del, *La cronica de los Chath[oli]cos Reyes Don Fernando y Dona Ysabel*, Ms., séc. XVI, fol. 257v (ed. digital da Biblioteca Virtual del Patrimoni Bibliográfico).

¹⁰⁵ A 15 de Junho de 1515, D. Manuel I emite “provisão para se pagar a Jorge da Silveira, camareiro e guarda-mor do infante D. Fernando, 50.000 réis de ordenado”: ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte II, mç. 58, n.º 72.

do interior da casa senhorial, mas de modo a proporcionar uma porta para o exterior para utilização da criadagem e gentes das vizinhanças sem que fosse devassada a intimidade do senhor”¹⁰⁶.

A actual Quinta da Silveira tem cerca de 15 hectares, sendo ainda hoje uma das maiores à “guarda de Valcovo”, para usar uma designação oitocentista¹⁰⁷. Está situada no limite norte deste território, estremando com a herdade e antigo morgado da Oliveira pela ribeira de Valcovo (**Fig. 32**).

A residência, que conserva ainda o aspecto altivo e fidalgo, ocupa a parte central e mais elevada da propriedade rústica, junto da qual ainda é possível observar o “pomar de espinho” (laranjal) com uma área quadrangular de cerca de 60 metros de lado. Na envolvente, destaca-se uma faixa longitudinal de “terra de sementeira” correspondendo a terrenos aluviais ao longo da ribeira de Valcovo; já o olival domina na parte “enxuta”. Certamente que esta quinta terá tido outrora um “pomar de caroço” e o seu *quartel* de vinha, investimento agrícola bem documentado nesta zona do território concelhio¹⁰⁸.

Das várias estruturas e materiais arqueológicos identificados destaca-se a área de um antigo lagar (**Fig. 33**) e, muito provavelmente, um tanque do complexo hidráulico construído em tempo de Jorge da Silveira, na sequência da referida concessão régia da água das fontes da Prata e da Oliveira (**Fig. 34**).

Contudo, o património com maior significado histórico para a obra de construção do Aqueduto da Água da Prata é o “cano” que transportava a água desde a zona de Metrogos até ao pomar dos Silveiras. A sondagem feita ao troço que se encontra em melhor estado de conservação revelou uma estrutura em alvenaria simples de tijolo e argamassa de cal, com cerca de 6 m de comprimento por uma largura média de 0,45 m (**Fig. 35**). Apresenta um embasamento sobre o qual se projecta uma das espaldas (a outra está inteiramente amputada), com cerca de 0,30 m de altura. As duas formavam inicialmente um canal de secção em “V” de ângulo muito aberto, com pouco mais de 0,20 m de profundidade, reforçado na base por uma caleira composta por telhas,

¹⁰⁶ BILOU, Francisco e BRANCO, Manuel J. C., “A obra do Aqueduto da Água da Prata, em Évora: dois testemunhos inéditos”, in *A Cidade de Évora*, N.º 7, II Série (no prelo).

¹⁰⁷ Cf. MONIZ, Manuel Carvalho (1995), “Os subúrbios de Évora nos princípios do século XIX”, in *Revista de Guimarães*, n.º 105, pp. 219-250.

¹⁰⁸ Por exemplo: *Escritura de venda de uma vinha situada em Valcovo, que faz Luis Pires e mulher a André Dias e mulher* (1560); *Escritura de compra de um foro de 300 reis imposto numa vinha em Valcovo que faz Catarina Vieira a 2ª mulher de André Dias a D. Violante de Noronha* (1576); *Escritura de venda de um quartel de vinha em Valcovo que faz, Diogo de Brito ao Padre Simão Pires* (1624); *Escritura de venda de um quartel de vinha com olival situado em Valcovo que faz Miguel Pais Carrilho e mulher a Jácome António Cordovil de Brito Valadares* (1773): ANTT, fundo da Família Cordovil, Arquivo Distrital de Évora (TTonline).

sem vestígio de encaixe entre elas, medindo cerca de 0,15 m de largura por 0,60m de comprimento e 0,012 m de espessura (**Fig. 36**).

O interior deste pequeno troço de cano encontra-se, surpreendentemente, preenchido por uma argamassa grosseira de cal misturada com fragmentos de tijolo e telha, colocada de forma a inviabilizar a condução de água. O modo compacto com que esta argamassa obstrui o canal cerâmico em todo o seu comprimento não parece accidental e o mais óbvio é que tenha sido aplicada em época muito posterior. No entanto, desconhecemos a data e a circunstância em que terá sido produzida uma tal obstrução. Tendo em conta a forma intencional com que foi feita para impedir a passagem de água, admitimos a hipótese de que corresponda à aplicação de uma decisão régia – quiçá preventiva ou mesmo punitiva – na sequência da entrada em funcionamento do Aqueduto da Água da Prata, após 1537. Não seria despropositada nem inédita uma tal sentença, mesmo tratando-se de uma ilustre família cortesã. Digase, a propósito, de que as “penas para os que furtavam achegas do cano”, prática ilícita muito comum no historial do Aqueduto, estavam contempladas no capítulo XXVII do *Regimento*, de 1606 (ESPANCA, 1943: 111), cláusula punitiva reforçada, mais tarde, por alvará régio de 18 de Outubro de 1618: “que nenhum privilegiado esteja isento de pagar as penas e condenações em que incorrer pelo Regimento dos canos da Água da Prata de Évora”¹⁰⁹.

2.2 O CANO REAL

Os vestígios arqueológicos do cano quinhentista, nos diferentes pontos do percurso onde afloram, revelam alguma variabilidade estrutural, dentro de um programa construtivo caracterizado pela simplicidade e economia de meios técnicos. Pese embora este facto e tendo em conta as modificações operadas nas diferentes campanhas de restauro e conservação que decorreram até à grande reforma de 1873-79, a qual visou obstar à ruína em que se encontrava a estrutura hidráulica quinhentista em quase todo o percurso rural (QUINTELA, *et al.*, 2005: 27), é possível definir o modelo básico adoptado na obra do *Cano Real*, entre as nascentes do Divor e S. Bento de Cástris (**Fig. 37**).

¹⁰⁹ SILVA, José Justino de Andrade (1854), *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1613-1619*, Lisboa, pp. 340, 341; *Ius Lusitaniae*, Fontes Históricas do Direito Português (ed. digital).

Um dos aspectos mais reveladores desse programa construtivo (e que atesta exemplarmente o carácter célere da execução da obra) é a ausência de estrutura em alvenaria sob a soleira do cano. No “estudo de abastecimento de águas da cidade de Évora”, elaborado em 1930, o engenheiro Castro Cabrita já observava que, no lanço Graça-Metrogos, “tanto a soleira como as espaldas (do cano estavam) assentes sobre terra, sem qualquer espécie de alvenaria que desse à construção a estabilidade tão necessária a uma obra que (devia) perdurar” (CABRITA, 1930: 19). Isto significa que, com maior ou menor grau de precariedade, a caleira foi colocada directamente sobre a terra e apenas consolidada sobre uma fina camada de argamassa. É esta a solução que podemos observar nos vestígios arqueológicos que subsistem a montante do *Cano Alto* (Fig. 38). Esta opção técnica acabou por originar com o decurso dos anos, além de permanentes problemas estruturais, reconhecidas “anomalias” do perfil longitudinal do cano por cedência dos terrenos, com “pontos a jusante mais elevados que outros a montante deles” (*Ibidem*).

Outra característica que podemos considerar intrínseca à obra do séc. XVI é o aspecto “recortado” do seu traçado. E não nos referimos aos inúmeros lacetes ao sabor das curvas de nível, que dão ao percurso do Cano um aspecto sinuoso muito característico, expressivamente registado pelo padre Francisco da Fonseca do seguinte modo: “vem girando e enroscando-se, como ferpente, à roda dos montes, para evitar nos valles a defeza dos arcos” (FONSECA, 1728: 107); falamos de segmentos de recta sem qualquer secção curva a suavizar a mudança de trajectória. Casos há em que o ângulo do desvio de trajectória do Cano se aproxima dos 90°, como se pode observar na planta do Aqueduto¹¹⁰, lavrada no último quartel do séc. XIX pela Direcção das Obras Públicas do Distrito de Évora (Fig. 39).

Porém, a característica mais surpreende do *Cano Real* é o seu perfil altimétrico. Fosse por deficiente conhecimento técnico, por opção deliberada na retoma da obra de D. João II ou, mais plausível, por acatamento da “altura” deixada pelos vestígios romanos¹¹¹, o certo é que o desnível do Aqueduto “entre o seu início na Herdade das Figueiras, próxima da Graça do Divor, e a caixa em S. Bento em que começa a arcaria é de apenas 4,64 m” (QUINTELA, *et al.*, 2005: 13). Se atendermos à distância total deste

¹¹⁰ B.P.E, Arm.15-16, Est.2, Hem II-53.

¹¹¹ Segundo Vitruvius, o declive de um aqueduto deveria ser calculado de tal modo que a inclinação não fosse menor que um *sicilio* (6,35 mm) por cada cem pés (296 mm): VITRUVIO, VIII, 6, 2. A aplicação destes valores de inclinação a um trajecto de 19.000 m daria um valor próximo dos 4,07m, resultado muito próximo dos 4,64m observados no Aqueduto da Água da Prata.

troço de 19.138,120 m (*Ibidem*), verificamos que este desnível se traduz num declive médio de 0,20 m por quilómetro, valor de referência também adoptado na obra posterior a 1873 (CABRITA, 1930: 353).

Do ponto de vista estrutural, o cano tércio-joanino foi construído em alvenaria de pedra irregular, escoando-se a água através de uma caleira de secção semicircular com 0,27 m de largura, constituída por peças cerâmicas unidas por encaixe macho-fêmea com 0,45 m de comprimento por 0,02 m de espessura, designadas na documentação antiga por *telhões* (**Fig. 40**). As espaldas do canal, de secção em forma de "V", foram revestidas até, sensivelmente, metade da altura com duas fiadas de ladrilhos rectangulares (*tijolos mazarines*), medindo individualmente 0,23 m por 0,44 m; a restante metade foi deixada em reboco liso. Em toda a sua extensão o canal foi coberto por *cascões*, lajes grosseiras de granito extraídas de afloramentos circunvizinhos do percurso do Aqueduto¹¹², posteriormente reutilizadas com idêntica função na obra do séc. XIX.

Seguindo uma tradição clássica herdada da tratadística romana que aconselhava a construção de *putei* nas obras hidráulicas para arejamento da água, a estrutura de Quinhentos fez uso de caixas de ventilação, decantação e visita ao longo de todo o percurso. Subsistem algumas em diferente estado de conservação e complexidade arquitectónica: as que acompanham os troços subterrâneos são estruturas elementares de ventilação (**Fig. 41**), por vezes também de decantação, com a respectiva *cuvette* de planta circular para depósito de areias (QUINTELA, *et al.*, 2005:13); as que se situam ao nível do solo são maiores e mais elaboradas (**Fig. 42**). Destas, foi possível fazer o levantamento arqueológico da caixa que se situa a montante da quinta do Serrado, entre as actuais caixas 180 e 181 (**Fig. 43**). Truncada a meio e já sem a abóbada de tijolo que a cobria integralmente, esta caixa apresenta uma planta rectangular de 0,865 m x 0,775 m e uma altura interior, medida da soleira ao início da abóbada, de aproximadamente 2,07 m. Sobre o forro de ladrilhos com 0,80 m de altura, duas das três paredes subsistentes apresentam gravados nas argamassas de revestimento, que, como já referimos anteriormente, revelam um hábito muito comum dos pedreiros e alvanéus que participaram nas empreitas de construção e reparação do Aqueduto.

¹¹² Como ainda é visível nos terrenos da quinta de S. José do Cano, no sítio que a documentação antiga designa por "Peito da Galé", agora pontuado pelo *monte de Vale de Maria* (informação dos proprietários): no talude sobranceiro ao Aqueduto conservam-se alguns afloramentos graníticos com marcas de extracção (cunhas e planos de corte).

2.3 A PONTE AO CANO ALTO

O *Cano Alto* localiza-se no maior acidente geológico que o Aqueduto da Água da Prata encontra antes de S. Bento de Cástris. Neste lugar, a ribeira de Pombal rasga um vale alcantilado que só a densidade do arvoredado faz parecer mais suave. O nome vulgar pelo qual é conhecido provém, justamente, da passagem aérea do Aqueduto sobre a ribeira, a uma altura máxima de 8,70 m (Fig. 44-45).

A estrutura actual é obra do final do séc. XIX, e substituiu integralmente a original, edificada entre os anos de 1533-34. Por este facto desconhecemos qual o aspecto do cano quinhentista neste ponto do percurso, bem como a sua exacta localização. A aparente ausência de vestígios arqueológicos do lado Poente e a análise do registo gráfico do traçado em plantas antigas fazem supor que o primitivo ponto de passagem seria coincidente com o actual. Se for este o caso, e tendo em conta o comprimento do vão de 27 m, é provável que a solução encontrada fosse a de uma ponte-aqueduto formada por pilares em alvenaria a suportarem arcos em tijolo. Nesta suposição, é ainda verosímil que a estrutura original tivesse sofrido alguma importante obra de conservação por volta de 1733¹¹³, investimento que não evitou o seu integral desmantelamento na grande empreitada do século seguinte.

Na dúvida sobre qual o aspecto da passagem aérea do aqueduto quinhentista, o certo é que ela não permitiria o trânsito de uma ponte convencional entre as margens da ribeira, e muito menos o transporte dos pesados materiais de construção da obra do Cano. Com essa única finalidade foi construída, a cerca de 120 m a nascente do *Cano Alto*, uma robusta ponte de alvenaria (Fig. 46).

Actualmente muito dissimulada na vegetação ripícola e já sem qualquer caminho associado, em particular na margem esquerda da ribeira, esta ponte de boa construção em alvenaria apresenta um só arco abatido, sobre o qual se desenvolve um tabuleiro com 1,90 m de largura por 12,5 m de comprimento¹¹⁴, composto por duas rampas empedradas, protegidas integralmente por guardas espessas de topo arredondado, na base das quais se abrem goteiras (Fig. 47).

¹¹³ É o que podemos depreender desta nota de inventário de 1903: “Tijolo de barro vermelho, aparecido no cano alto do Aqueducto Sertoriano, como impropriamente é conhecido, no sítio da quinta da família Torres. Tem a data de 1733 (...)”. BARATA, A. Francisco, *Catalogo do Museu Archeologico da cidade de Evora*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p.55. Este mesmo fragmento de tijolo encontra-se hoje nos depósitos do Museu de Évora com o n.º de inventário ME4289, conservando bem visível a inscrição **L733** numa das faces. Apesar de anormal, julgamos que o primeiro algarismo é a representação de “1” invertido.

¹¹⁴ Seguimos a informação de Túlio Espanca, dado que a ponte se encontra parcialmente obstruída por densa vegetação: ESPANCA, Túlio (1966), *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, volume VII, Lisboa, ANBA, p.327.

Confirmando o uso tradicional de “siglas artesanais”, também nesta obra existem grafitos abertos nas argamassas de revestimento, produzidos certamente pelos pedreiros e alvanéus no remate da empreitada. As únicas que conseguimos identificar¹¹⁵, circunscrevem-se ao intradorso do arco, destacando-se do conjunto uma sigla, talvez autógrafa, de difícil interpretação (Fig. 48).

2.4 A FONTE DE ANDRÉ DE RESENDE

Ao evocarmos a fonte de André de Resende no âmbito deste estudo, fazemo-lo convictos de que ela é indissociável do contexto histórico-cultural que produziu a notável obra do Aqueduto da Água da Prata. Tanto mais que o momento da sua construção, coincidindo, aliás, com o levantamento dos *arcos reais*, marcou o início da aceitação plena dos valores clássicos e antiquizantes no seio da corte de D. João III, facto que tão largas repercussões teve na qualidade do património artístico e arquitectónico produzido em Évora por esses anos. Acresce que na sua construção os tijolos que compõem as alvenarias são do mesmo tipo e dimensão dos que se observam nos paramentos da arcada, na zona de S. Bento de Cástris/Torralva, facto que pode indiciar uma correspondência temporal e uma afinidade construtiva entre as duas obras.

Desconhecem-se as circunstâncias que levaram Resende a adquirir uma casa de campo junto ao Aqueduto da Água da Prata. Talvez não seja abusivo admitir que o contacto directo com a obra o tivesse concitado à escolha de um recanto bucólico, dos muitos que, seguramente, bordejavam o percurso do Cano. Até é possível imaginar que a “casinha de campo”¹¹⁶ tivesse sido adquirida imediatamente após o seu regresso a Évora e talvez com os primeiros rendimentos do cargo de preceptor dos infantes. Sabemos, com mais certeza, de que ele já a utilizava, em 1535, como espaço de recreio campestre, pois aí celebrou o seu aniversário, na companhia de Julião de Alva (RAMALHO, 1982-83: 7).

¹¹⁵ “Nos rebocos das suas faces subsistem vestígios de rude decoração constituída por volutas, florões, círculos concêntricos e possivelmente siglas artesanais”: ESPANCA, *op. cit.*, p.327.

¹¹⁶ Expressão que Resende usava carinhosamente para se referir à sua modesta casa de campo (*villula*): RAMALHO, A. Costa (1982-83), “Algumas figuras de Évora no Renascimento”, in *A Cidade de Évora*, N. 65-66, CME, p.9.

Junto a esta casa de campo, mandou edificar André de Resende uma “Fonte das Musas”, obra certamente executada com a colaboração de alguém do seu círculo de amizade e já formado (ou pelo menos integrado) na nova linguagem arquitectónica dita *ao romano*, não sendo descabido imaginar, neste contexto muito particular, algum protagonismo artístico do jovem Francisco de Holanda, discípulo de Resende por esses anos. Mais certa é a baliza temporal da sua construção, pois sabe-se que em 1537 já é referida, no terceiro livro do Diálogo de Santo Dom Gil, como o local onde Resende e os seus convidados se sentam a compor versos latinos (DESWARTE, 1992: 168).

Fundada junto ao Aqueduto mas sem ter qualquer relação estrutural com ele, a fonte, vulgarmente conhecida por “Fonte do Arcediago”, em deferência ao topónimo moderno da “quinta” de Resende (Fig. 49), é um dos mais esquecidos legados culturais do notável humanista eborense. Diz António Francisco Barata, no início do séc. XX, que a fonte foi edificada na pendente de uma suave colina aproveitando a “excelente agua brotante de pedras” (BARATA, 1904: 25); e que em redor (ainda) existia “um pequeno pomar murado” composto por “laranjeiras e figueiras edosas” (*Ibidem*). Para este “delicioso domicilio” retirava-se Resende “alguns dias onde acompanhado dos feus familiares paffava o tempo altercando com elles varias queftões litterarias” (MACHADO, 1741: 162).

Desaparecido o pomar e quase todo o muro de pedra que o circundava, a fonte chegou até aos nossos dias em avançado estado de degradação (Fig. 50). Subsistem ainda, mas muito degradadas, duas inscrições abertas no reboco. A que encima a entrada reproduz, em cartela de aparto, os mesmos versos que outrora estavam lavrados numa lápide de mármore à entrada da sua casa de campo¹¹⁷ (Fig. 51). Em ambas as inscrições os versos encontravam-se sobrepujados por uma cruz que, no caso da fonte, ainda se encontrava cravada sobre lanternim no final do séc. XIX (VASCONCELOS, 1898: 123-124). Os versos do interior, hoje quase ilegíveis, talvez substituam os originais, lavrados “em hum mármore” (*Ibidem*).

¹¹⁷ “Pouco distante de Évora possuia Resende uma quinta em que havia uma fonte com uma cruz e duas inscrições latinas entre elas a seguinte, que hoje se conserva no Museu do Palacio de D. Manoel”: VASCONCELHOS, Leite de, “Évora e arredores”, in *O Arqueólogo Português*, N. IV, 1898, pp. 123-124.

Já antes, Cunha Rivara, em Maio de 1823, numa visita ao “Jardim de Resende” situado no “Bairro das Alcaçarias” (Rua Mestre Resende), dava desta lápide a seguinte descrição: “é de mármore branco, e por cima della está uma cruz de lousa *chisto argilloso* (*thonschiefer* dos mineralogistas alemães), a que no Provincia se dá o nome de *Pedra de Mourão* (...)”: BARATA, António Francisco (1987), *Noites de Évora: Miscellanea poética, romântica e de varia historia*, Évora, Minerva Eborense, p.7.

Curiosamente em nota aos versos desta lápide, Cunha Rivara parece desconhecer que a fonte do Arcediago pertencera a Resende: “(...) Na Quinta do Arcediago, do sr. Visconde da Esperança, existe a mesma inscrição á entrada de uma fonte, sobre um arco do século XVI. Teria sido de Resende esta Quinta?”

Está lápide encontra-se actualmente recolhida no Museu de Évora com o n.º de Inv. ME236.

Dos vários autores que estudaram e publicaram estas inscrições latinas, seguimos a transcrição mais recente de Joan Carbonell Manils¹¹⁸, da Universitat Autònoma de Barcelona, vertendo do castelhano a seu significado em português:

FLECTE GENV. EN SIGNVM PER QVOD VIS VI
CTA TIRANNI ANTIQVI ATQVE EREBI
CONCIDIT IMPERIVM;
HOC TV SIVE PIVS FRONTEM SIVE PECTORA SIGNES
NEC LEMORVM INSIDIAS EXPECTAR AQVE VANA TIME

*Ajoelha-te. Estás diante do símbolo pela qual foi vencida a
força do tirano antigo e se desmoronou o império de Érebo.
Com ele benze devotamente a tua fronte e peito e não temas as
insídias dos Lemures nem dos falsos espectros.*

EXERE, NAI, CAPVT TENEBROSA E RVPE LAETVMQUE
VISE TIBI SACRVM POMIFERVMQVE NEMVS,
PER QVOD VBI LAETO DISCVRRIS LIBERA FLVXV
ARBORIBVS VENIAT COPIA LAETA TVIS.

*Levanta, Náíade, a cabeça por cima da rocha tenebrosa e visita este agradável
bosque de abundantes frutos que te foi consagrado; quando liberta, flui por
ele alegremente, produzam as tuas árvores abundância de frutos.*

A estrutura – toda ela construída em alvenaria de pedra e tijolo – apresenta uma geometria elementar, muito semelhante à solução utilizada nas coetâneas caixas de água do Aqueduto: um corpo de planta quadrada, coberto por cúpula rematada por lanternim. Robustecem este corpo dois contrafortes simétricos (um deles em adiantado estado de ruína) que se desenvolvem em plano inclinado a toda a altura da fachada. Pela observação de uma imagem antiga publicada por Francisco Barata, em 1904 (Fig. 52), julgamos que estes dois contrafortes sejam o resultado da iniciativa de restauro levada a cabo pelo Visconde da Esperança¹¹⁹. A entrada, virada a nascente e flanqueada pelos

¹¹⁸ MANILS, Joan Carbonell (sd), *De carmine latino epigraphico Ivsitano a Resende tradito* (ed. digital).

volumes dos contrafortes que lhe acentuam a profundidade, é rematada por um arco de meio ponto, em tijolo, sobre o qual e a todo o comprimento do vão se lê a citada inscrição latina enquadrada por moldura de argamassa. As duas pilastras de alvenaria que simulam suportar o arco de entrada são rematadas pela sugestão de capitéis de ábacos salientes, cujo recorte pronunciado prolonga-se pelo interior, em faixa, num único sinal de ornamentação, sabiamente localizado à altura da mediana da fachada. A cúpula de tijolo, mal resolvida sobre os cantos por pendentes que lhe dão dum aspecto exterior muito ovalado e assimétrico, está encimada por um lanternim hexaédrico, em muito mau estado de conservação, outrora sobrepujado por uma cruz, talvez de ferro.

No interior, onde subsistem lateralmente bancos muito baixos em alvenaria, a parede de fundo enquadra os vestígios de uma inscrição latina gravada na argamassa, dedicada à ninfa aquática Náíade. A um canto abre-se a fonte de mergulho escavada na rocha que só no Inverno se enche de “água brotante”, a qual verte, em caleira aberta no pavimento argamassado, para uma vala de escoamento, outrora terminando num tanque de que já não restam vestígios. O interior apresenta planta quadrada de 2,04 m de lado e um pé direito com aproximadamente 3,20 m, medidos ao arranque da abóbada.

¹¹⁹ “(A fonte está) hoje reparada por seu ilustre possuidor por modo a lhe obstar á queda, sem lhe tomar nada da primitiva característica”: BARATA, A. Francisco (1904), *Évora e seus arredores*, Tip. do Notícias de Évora, p. 25.

3. A CAMPANHA DE OBRAS DE 1534-37

3.1 O TROÇO ENTRE S. BENTO DE CÁSTRIS E A TORRALVA

A arcaria do Aqueduto, entre a caixa de água de S. Bento e a cota mais alta da Torralva, numa extensão de cerca de 446 m, apresenta uma alvenaria simples, composta por blocos irregulares de pedra miúda extraída dos afloramentos graníticos limítrofes¹²⁰ (Figs. 53-54). Estes panos de alvenaria de acabamento grosseiro são, por vezes, intercalados com fiadas de tijolo do mesmo tipo e dimensão¹²¹ dos que conformam, em cutelo, os arcos de meio ponto, técnica construtiva com grande afinidade aos modelos romanos conhecidos e apenas utilizada neste pequeno lanço de arcada (Fig. 55). Para regularização e protecção da superfície foi aplicada uma fina capa de argamassa de cal, cuja textura e cor se distinguem facilmente dos escassos rebocos posteriores.

Muitos pilares assentam em sólidas fundações de pedra, algumas delas constituídas, ao nível do solo, por blocos de granito de talhe cuidado, como referimos no primeiro capítulo. Os rebocos mais homogéneos circunscrevem-se às faces dos pilares, não ultrapassando a altura do arranque dos arcos, apresentando-se as do intradorso e as do lado nascente em melhor estado de conservação. É nestas que se conserva um surpreendente número de inscrições, todas elas executadas sobre a argamassa ainda fresca por marcação digital e incisão fina e profunda de dois tipos de objecto: um de ponta aguçada, outro de gume metálico, provavelmente o da própria colher de pedreiro.

A reforçar este carácter espontâneo (quase lúdico) com que parecem ter sido executados, estes grafitos incisos partilham o mesmo princípio formal, qual seja o de estarem localizados preferencialmente à altura dos nossos olhos. Isto não significa que os seus autores tivessem o propósito de os expor ostensivamente como mensagens públicas, mas tão só por lhes terá dado mais jeito produzi-los, a partir do chão, aproveitando a amplitude dos seus gestos manuais.

Da análise feita às diferentes inscrições resultou a individualização de quatro grupos temáticos: marcas ou siglas de pedreiros, registos, cronogramas e assinaturas (algumas autógrafas). As marcas ou siglas de pedreiro são numerosas e estão

¹²⁰ A maioria das pedras tem origem local, sendo identificáveis as ocorrências mineralógicas do Alto de S. Bento, nomeadamente o granodiorito de textura porfíroide, filões de aplito-pegmatitos e migmatitos: FERREIRA, Mário Rodrigues *et al.* (2006), *Relatório da Implantação Arqueológica e Geológica do Aqueduto da Água de Prata entre Évora e Graça do Divor*, Projecto de Recuperação Arqueológica do Traçado do Aqueduto, UAL/CME, pp.15-18 (políc.).

¹²¹ Têm estes tijolos uma dimensão de 0,30 m x 0,30 m e duas espessuras normalizadas: 0,06 m e 0,05 m.

relativamente bem distribuídas por todo este troço do Aqueduto. Predominam as figuras geométricas de losangos esquartelados (**Fig. 56**) e pentagramas, estes largamente representados no imaginário medieval das obras religiosas, civis e militares de grande aparato público¹²², estando geralmente associados a símbolos de boa fortuna e a talismãs protectores usados amiúde por pedreiros e canteiros (**Fig. 57**).

A diversidade e distribuição destas marcas criptográficas pressupõem a existência de um activo numeroso de oficiais de pedraria e de uma prática regular de “assinatura” das suas empreitadas, eventualmente após certificação presencial do medidor, procedimento habitual de que temos notícia nas chancelarias régias e que pressupunha, normalmente, a presença do vedor, escrivão da obra e empreito¹²³.

A maioria dos registos examinados parecem associar-se a aspectos práticos da obra. Identificam-se dois tipos: nominativos e numéricos. Os primeiros apresentam iniciais cursivas e letras características da escrita vulgar do séc. XVI (**Fig. 58**). Infelizmente a degradação da superfície e o próprio carácter espontâneo da escrita não permitem as melhores condições de leitura.

A inscrição numérica, ainda que parcialmente amputada, revela uma soma de duas parcelas e o respectivo resultado. É possível que corresponda a um valor pecuniário expresso em *reais* (**Fig. 59**), talvez o montante de um pagamento (84.150 reais), não sendo inverosímil a coincidência de o mesmo estar associado ao fecho de um ciclo anual, já que é precisamente perto desta zona que estão inscritas as datas de 1534 e 1535. Por outro lado, o pilar onde está impresso este “acerto de contas” marca o limite de um troço de reboco mais homogéneo e de tonalidade mais escura. Esta característica é bem visível à distância e em boas condições de exposição solar (**Fig. 60**).

A data de 1534 (**Figs. 61-62**) surge em duas ocasiões no intradorso da arcaria, curiosamente as duas na face norte (montante), antecedendo o cronograma de 1535 (**Fig. 63**), este em composição de aparato na face nascente do pilar, sublinhando talvez, pela sua dimensão e exposição visual, o arranque de um novo ano da empreitada¹²⁴.

¹²² Além dos descobertos no Mosteiro da Batalha e dos que recentemente identificámos no castelo de Arraiolos, veja-se, por exemplo, os da muralha de Albayzín e os do Castelo de San Miguel de Almuñécar (Granada): MATURANA, José Ignacio Barrera (2008), “Grafitos medievales en Granada”, in *Revista Medieval*, N.º 22, pp. 30-39, e as do castelo de Olivença: MARQUES, Alfredo Pinheiro (2000), *Inscrições Medievais no Castelo de Olivença* (...), Centro de Estudos do Mar.

¹²³ Veja-se, por exemplo, o caso de Diogo de Arruda que era “obrigado a hyr as ditas obras omde quer que forem e o mandarmos que va medir (...), e quando quer que asy medir as ditas obras sera peramte os veadores e espriuem delas e asy dos empreiteiros”: ANTT, *Chancelaria de D. Manuel*, Liv. 18, fol. 113v, *Apud* VITERBO, *op.cit.*, p.51.

¹²⁴ Que deverá ter ocorrido a 25 de Dezembro, como era usual, seguindo a regra então em vigor – a do *Nascimento*. Só posteriormente se usará a data da *Circuncisão* (oitavo dia após o nascimento, segundo o rito judaico), coincidente com o primeiro dia de Janeiro. Cf. RIBEIRO, João Pedro (1798), *Observações históricas e críticas*, p. 131, *Apud*, CEREJEIRA, *op. cit.*, p. 66 (nota 1).

A localização sequencial destas duas datas vem clarificar não só a situação da frente de obra por esses anos como esclarecer que a mesma, avançando já perto de Évora, progredia de montante para jusante, no mesmo sentido, afinal, em que iria correr a tão desejada *Água da Prata*.

Por fim, identificámos um conjunto interessante de registos autógrafos de que foi possível reconhecer os nomes *Lopo* (duas vezes), *Simões* (?), e *Bras Gaspar*, este último gravado no interior da primeira caixa de água ornamentada sobre a arcaria monumental (**Fig. 64**), perto da quinta da Torralva, e que, além do nome, também revela o cargo ocupado pelo titular na empreitada do Aqueduto: *era veador desta obra*¹²⁵.

3.2 A ARCARIA MONUMENTAL

Se a pendente do Cano trouxe a água até S. Bento de Cástris a uns escassíssimos 4,64 m de desnível (0,20 m por km), tal facto não se repercutiu na construção da arcaria monumental. Sobre os arcos, o nível da água baixa consideravelmente ao ponto de, medido na caixa de água da Rua Nova, 2.618 m volvidos, apresentar um desnível médio de cerca de 10 m por quilómetro (**Fig. 65**).

Já abordámos a situação das cotas do Aqueduto a propósito da “impossibilidade topográfica”, e até já vimos neste capítulo, no contexto da polémica entre André de Resende e o Bispo de Viseu, que a passagem deste “ponto-limite” garantiu decisivamente o sucesso do empreendimento, certificado, além do mais, pelas evidências arqueológicas romanas postas a descoberto pelo frade dominicano. Em boa verdade podemos dizer que o prodígio técnico da obra se esgotou na forma “cirúrgica” como a água foi conduzida de tão longe até a S. Bento, revolteando tantas vezes quantas o desnível topográfico exigiu, entre as cotas 322 e 317, permitindo assim conduzir a água, caso fosse essa a opção, até ao ponto mais alto da colina da cidade (**Fig. 66**).

Mas, estando o centro da cidade há muito deslocalizado para a *Praça Grande*, a opção não poderia ser outra do que aquela que se tomou. Infelizmente, a ausência de documentação não permite aclarar os processos topográficos usados no troço da obra entre S. Bento e o interior da cidade, sobretudo no que diz respeito à definição do principal ponto de cota intramuros, coincidente com a última caixa de água do Aqueduto, a mesma que os tratadistas antigos chamavam “castelo” e os engenheiros

¹²⁵ *brras gaspar Erra veador desta obrra*. Agradecemos a Manuel Branco a interpretação paleográfica.

oitocentistas conheciam pela designação de "cálce" (MACHADO, 1745: 205, 205v). Esta preocupação era, aliás, nuclear à construção das grandes obras hidráulicas como testemunha Inácio Barbosa Machado referindo-se aos estudos topográficos do Aqueduto das Águas Livres, de Lisboa, nos quais *se devia primeiro ainda determinar o Calice, em q' a agoa havia cahir junto a Lisboa, para delle se principiar o nivelamento para a parte do nascimento, levando siglanado, e marcado no terreno, té o seu extremo, ou incile; observandose os valles, q' se hão de passar com pontes, e arcos, e algu'as porções de montes, q' se hajão de furar, minar, ou talhar, as quaes primeiras cousas erão as q' pedião mayor attenção, porq' dellas pendião todo o acerto da obra, sem o qual seria vir as palpadellas (Ibidem).*

Num contexto técnico semelhante é de admitir que o arquitecto Francisco de Arruda tenha optado por unir os pontos altimétricos entre o local onde haveria de ser construída a última caixa de água no interior da cidade (Rua Nova), à cota de 297,39 m (MONTEIRO, 1995: 104), elevando-a, assim, à dignidade simbólica de *castelum aquae*, e a caixa de água de S. Bento¹²⁶, à cota de c. 317 m. Este desnível, estimado em mais de 20 m, obrigou o arquitecto eborense, não só a ponderar valores máximos para a altura do canal hidráulico, que só junto à muralha medieval exigia uma estrutura portante com cerca de 12,10 m de altura (*Idem*, 28) (**Fig. 67**), como a alicerçar o trajecto do Aqueduto nos pontos de maior altitude ao longo do trajecto, seguindo de perto os vestígios arqueológicos romanos, os mesmos, afinal, que Mestre Resende ia mostrando com as suas certeiras "sondagens" arqueológicas.

Fosse qual fosse a metodologia seguida na ligação entre estes dois pontos-chave, o certo é que a obra da arcaria arrancou nos últimos meses de 1534 a partir da última caixa de água superficial, junto a S. Bento de Cástris. Com o pragmatismo que o traçado topográfico romano lhe ensinava e com a altimetria máxima de coroamento que certamente calculou para a obra, Arruda escolheu o percurso do Aqueduto em quatro colinas, à época bem mais visíveis na paisagem: Torralva (cota 309), Cartuxa (cota 300), Forte de Santo António (cota 297) e *Outeiro das Covas do Bispo* (Chão das Covas) (cota 298), este último já bem dentro da malha urbana de Évora (**Fig. 68**).

¹²⁶ Sobre esta caixa, o padre Manuel Fialho registou esta curiosa anotação: *Dizem que a arca (...) que está mais próxima e para cá de São Bento, tomado fielmente o nivel, vem demandar os pés do Anjo, que na mais alta torre da Sé, hé indice da variedade dos ventos deste nivel, e dessa precipitada corrente.* FIALHO, *op. cit.*, fol.154. Este "anjo" é o antigo cata-vento que foi colocado no topo do zimbório da Sé, em 1588. Chamava-se-lhe então *grimpa* e parece que a figura do anjo estava originalmente pintada de dourado: Cf. BARATA, António Francisco (1883), *Catacumbas...*, Évora, Typ. Minerva, pp. 8-9.

À passagem da antiga estrada de Santarém (hoje de Arraiolos), a obra atinge o seu primeiro registo de monumentalidade, sublinhado pela torrinha do pilar central, onde a cúpula, de recorte ainda manuelino, contrasta com as formas clássicas das pilastras e dos nichos concheados que abrigam as imagens modernas de S. Bruno e S. Bento, patronos dos dois mosteiros vizinhos (**Fig. 69**).

É muito provável que esta parte da obra tivesse sido executada nos primeiros meses de 1535, num contexto de grande júbilo, motivado pelo nascimento do infante D. Dinis (Abril) e pela celebração de cortes em Évora (Junho), coincidentes com a cerimónia de juramento do pequeno príncipe D. Manuel à coroa portuguesa.

Numa corrida contra o tempo, entre o final de 1535 e o início de 1536, a obra galgou as muralhas medievais, alcançando a velha Rua do Cano (**Fig. 70**). Em Janeiro deste mesmo ano sabemos que a obra avançava, certamente utilizando abundante mão-de-obra local¹²⁷ sob mando de pedreiros experientes, como testemunha João de Barros, na Gramática da Língua Portuguesa: “Elrey dom Ioam (...), per mãos de muitos e boons oficiais de pedraria, que mandou buscar per todo o seu reyno: mandou fazer muy fôrtes arcos de pedraria com que veo agua da fõte da práta á çidáde de Evora”¹²⁸.

Ao ultrapassar o antigo *Outeiro das Covas do Bispo* (Largo do Chão das Covas) (**Fig. 71**), em direcção ao *Monturo de Pero Loução*¹²⁹ (“Alto da Rua de Avis”), o cano atingiu uma colina ligeiramente mais alta que o nível do cano, facto que obrigou a um curto trajecto subterrâneo até à actual rua Pedro Simões (**Fig. 72**).

¹²⁷ Alvará de D. João 3º para que Manoel Velho dê a João Alvares, seu Moço do Monte que anda na Agoa da Prata, a vestimenta que no mesmo se declara. 09/01/1536. ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 56, n.º 123.

¹²⁸ BARROS, João de (1540), *Grammatica da lingua portuguesa*, Olyssipone, fol. 36v e 37 (edição digital, BND).

¹²⁹ Num documento do Arquivo da Sé, datado de 1334, o tesoureiro da Sé manda fazer umas casas junto a uma igreja a par das covas do bispo e do cabido Sobre o monturo de pêro loução: CARVALHO, *op. cit.*, p. 157.

3.3 A INSCRIÇÃO DA RUA PEDRO SIMÕES

Se as inscrições na zona de S. Bento/Torralva transcendem largamente o que seria expectável encontrar da memória dos construtores do Aqueduto, a identificação do cronograma inciso no intradorso do arco da Rua Pedro Simões personifica bem a excepcionalidade histórica e documental deste conjunto de achados. Tanto mais que nada o fazia supor tão perto do *terminus* do Aqueduto e, ainda por cima, num contexto urbano onde a longevidade dos rebocos originais é, naturalmente, muito reduzida.

Pese embora a exposição do local onde se encontra e a utilização actual do espaço envolvente (esplanada de restaurante), é notável como este painel de inscrições se manteve incólume e incógnito ao longo de quase cinco séculos. Pela textura característica do reboco, expressão gráfica e destreza dos gestos, a identificação dos elementos numéricos não levantou qualquer dúvida. No entanto, confirmámos a argamassa com o cuidado que as circunstâncias impunham: era primária e os traços haviam sido feitos por incisão antes da sua secagem.

A inscrição mais expressiva está amputada à esquerda e muito deteriorada à direita. Do registo original apenas se consegue visualizar com facilidade um “5” e um “3”. Da restante sequência numérica já dificilmente se percebe o enrolamento do “6”, o único algarismo, aliás, que pode deixar uma tal forma impressa (Fig. 73). Na verdade, a única data expectável é já a de 1536: percebida a lógica de construção da empreitada e o tempo disponível para a executar, seria quase impossível encontrar outra. No entanto, registre-se que na mesma composição numérica se encontra um “5”, imediatamente abaixo do “6”, sugerindo aquele fazer parte integrante do mesmo cronograma. Se assim for, e salvo outra explicação mais convincente, é possível que este facto mostre uma precisão temporal que os seus autores não quiseram negligenciar: a de que a obra, neste ponto do percurso, ficou concluída na “passagem de ano” de 1535 para 1536, o mesmo é dizer no Natal de 1535 (*vide* nota 123). E se assim for, ganha consistência a ideia de que houve uma clara intencionalidade na marcação das datas do início e do fim do troço monumental da arcaria, todo ele edificado durante o ano de 1535.

3.4 A CAIXA DE ÁGUA DA RUA NOVA

O registo do ano de 1536 no intradorso do arco da Rua Pedro Simões é bem revelador do ritmo de construção do Aqueduto. Em escasso tempo a arcaria ultrapassou os muros da *Cerca Nova* e rasgou boa parte da Rua do Cano (**Fig. 74**). É bem verdade que esta zona da cidade não era, por essa época, tão densamente povoada, particularidade ainda hoje observável na escassez de arruamentos travessos do lado nascente, ao longo das duas centenas de metros que separam a muralha do final do troço aéreo do Aqueduto, na embocadura da Travessa do Serpe.

Contudo, se a passagem do Aqueduto pela Rua do Cano foi feita sem grandes conflitos com a estrutura urbana existente, a partir daqui tornaram-se inevitáveis as expropriações de *chaãos e assentos das casas (...) pa. a obra da serventia do cano da aguoa da prata* (ESPANCA, 1944: 92). Neste cenário, imagina-se a dimensão e o impacto público da frente de obra rompendo pelo interior da cidade, a que muito acrescia, seguramente, o constante transporte de materiais de construção.

Terá sido esta a fase do projecto que concentrou o maior número de trabalhadores: pedreiros, alvanéus, carpinteiros, cabouqueiros e servidores de toda a sorte de tarefas braçais. Sob orientação do mestre-de-obras e a atenção permanente de um corpo administrativo constituído pelo *vedor* (Brás Gaspar), *recebedor* (Duarte Moniz), *escrivão*, *medidor* e *avaliador*, este contingente dava corpo à estrutura hidráulica que, por esse ano de 1536 e depois de transpor o chão da Porta Nova (**Fig. 75**), em direcção à Praça e Travessa de Sertório (**Fig. 76**), chegava aos muros romanos da *Cerca Velha*. Não por acaso, foi precisamente aí que se edificou a mais “romana” de todas as estruturas sobreviventes do Aqueduto – a caixa de água da Rua Nova.

Do ponto de vista formal, esta caixa de água de planta quadrangular (2,45 m x 2,85 m) apresenta um corpo lavrado em granito local com altura máxima de 6,30 m, hoje apenas visível de três lados, no qual se distribui um pórtico falso de colunata toscana, assente em sugestivo *podium*. Construída originalmente para ser vista como peça isolada, os seus cantos apresentam conjuntos de três colunas equidistantes, sugerindo ao observador uma métrica regular de quatro colunas por face.

Sempre admirada como peça arquitectónica de puro Renascimento, a primeira em Évora a tomar integralmente o partido da arte concebida *ao modo antigo*, esta caixa de água surpreende pela forma inusitada de um templo em miniatura. É essa, pelo menos, a primeira impressão. No entanto, não nos parece que a matriz conceptual da caixa de

água da Rua Nova proceda, em abstracto, dos modelos arquitectónicos do mundo antigo, mas de uma *imitatio* da própria estrutura do templo romano de Évora, à época emparedado nas alvenarias medievais do *Açougue das Carnes* (Fig. 77).

Foi Rafael Moreira quem, na sua tese de doutoramento e pela primeira vez, sugeriu que André de Resende viu na estrutura “porticada” do templo os volumes de um *castellum aquae*, hipótese corroborada, além do mais, pelos “tanques” envolventes (que o humanista eborense certamente conheceu, se não mesmo ajudou a descobrir)¹³⁰. De facto, Resende sempre usou a ambígua designação de *pórtico* para se referir ao templo romano¹³¹. E não só o fez, como, ao precisar que Sertório aí trouxe a Água da Prata, lhe conferiu uma clara função hidráulica como ponto de recepção e distribuição da água do aqueduto antigo. Ora, parece-nos bastante curioso que, comparando o registo fotográfico que nos ficou do *Açougue* com a caixa de água da Rua Nova, se revelem tão evidentes semelhanças estruturais, até mesmo a orientação a Noroeste e o terraço rodeado por platibanda (Fig. 78).

Tratando-se de obras afins na percepção de Resende, talvez não seja descabido pensar que o distinto humanista usou o mesmo argumento histórico-arqueológico para fazer da caixa de água da Rua Nova uma *imitatio* do “pórtico”, que ele julgava parte integrante do sistema hidráulico romano, qual *castellum aquae* simbólico do novo aqueduto que atingia aí o ponto de contacto com um dos elementos mais visíveis da “muralha sertoriana” – a torre da Rua Nova, também dita de Sisebuto. Pena é que se tenha perdido a lápide evocativa¹³² que, seguramente, ornamentou na origem esta pequena obra de arte. Talvez lavrada em mármore, ou mais modestamente aberta num simples fundo de argamassa, a inscrição que nela figurava (composta certamente por Resende) estava enquadrada pela moldura de fino perfil, a mesma que ainda hoje subsiste no intercolúnio, do lado nascente, e que, até meados do século passado, circunscreveu a placa toponímica da “Travessa de Sertório”. Caso tivesse perdurado, ou dela tivesse restado alguma notícia histórica, talvez

¹³⁰ MOREIRA, Rafael de Faria Domingues (1991), *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*. Lisboa, F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento, policopiada, *Apud*: ABREU, Susana Matos (sd), *De Roma a Évora, com André de Resende: Cidade e “Património” na História da Antiguidade da cidade de Évora*, p.10 (ed. digital).

¹³¹ “& affi fez trazer ha agua da Pratta a ho portico en ho mais alto da ciidade”: RESENDE, André de (1553), *História da Antiguidade da Cidade Évora*, (BPE), fol.10v.

¹³² Tanto quanto julgamos saber só Túlio Espanca se referiu a este facto: “Mais além e no local em que cortou a *cerca velha* e fez surgir a Rua Nova (de Sant’Iago), Francisco de Arruda construiu, cerca de 1536, o mais delicado ornamento subsistente, a *caixa de água*, desenhada quadrangularmente em grande pureza de estilo renascentista, de granito, acantonada por doze colunas toscanas e eirado moldurado, na qual inseriu no intercolúnio oriental uma moldura de finos perfis, certamente destinada para receber, em evocação aos vindouros, a lápide que a memória dos homens perdeu!”: ESPANCA, Túlio (1993), *Évora*, Editorial Presença, p. 66.

fosse hoje possível aclarar o significado desta peça miniatural no contexto da obra de (re)fundação do Aqueduto da Água da Prata (**Fig. 79**).

Desconhece-se o autor do projecto, não obstante tudo apontar para alguém próximo da corte, com sólida formação clássica e do círculo intelectual eborense. Excluído Francisco de Holanda¹³³ pela sua juventude, Diogo de Torralva e Miguel de Arruda parecem ser os nomes mais consensuais, sobretudo este último¹³⁴. Também nós admitimos esta última hipótese, pois não parece possível que Francisco de Arruda (seu tio) o possa ter sido, mormente depois de lhe termos atribuído a autoria da torrinha do Aqueduto à passagem da estrada de Arraiolos, na qual, como vimos, prevalecem algumas “resistências estéticas” aos tópicos renascentistas.

Mais do que um simples contributo autoral, esta preciosa obra parece ser o primeiro exemplo de um ambicioso programa erudito de experimentalismo arquitectónico patrocinado por D. João III, em Évora. Programa que não só pressupôs a colaboração de outras disciplinas artísticas (sobretudo a escultura) como exigiu ainda uma retaguarda histórica e arqueológica de legitimação, pois, não tenhamos dúvidas de que o uso do prestígio do passado latino de Évora – tão largamente fundado nas provas epigráficas recolhidas (e adaptadas) por André de Resende – foi posto ao serviço da cidade que então se “restaurava” por iniciativa régia, através de obras monumentais concebidas inteiramente “ao modo antigo”.

Se a fachada da igreja da Graça, levantada por volta de 1537-38, tem sido encarada como o exemplo máximo deste experimentalismo onde, além do arquitecto Miguel de Arruda, parecem ter colaborado Nicolau de Chanterene e André de Resende (BRANCO, 1998: 228-231) (**Fig. 80**), também a caixa de água da Rua Nova (1536), o chafariz da *Praça Grande* (1536-37) e a caixa de água do Paço Real de S. Francisco (c.1539) (**Fig. 81**) parecem fazer parte deste ambicioso programa de edificações urbanas. E, com maior ou menor grau de protagonismo, julgamos serem os mesmos os seus intérpretes.

¹³³ Francisco de Holanda (1517-1585), depois da morte do infante D. Fernando (ocorrida a 7 de Novembro de 1534) vivia em Évora, servindo *como moço da câmara* na casa do cardeal-infante D. Afonso, “onde teve como mestre o eborense André de Resende”: DESWARTE, Sylvie (1992), *Ideias e Imagens em Portugal na época dos Descobrimentos*, Difel, pp. 148-149.

¹³⁴ Foi o historiador Manuel Branco quem, pela primeira vez, atribuiu a autoria da caixa de água da Rua Nova ao arquitecto Miguel de Arruda e os argumentos que evoca parecem ser bastante convincentes: Cf. BRANCO, *op. cit.*, p.87. Não se conhece nenhuma obra de Miguel de Arruda, em Évora, anterior a 1538, ano em que se documenta a sua ligação à obra da igreja da Graça. No entanto, em 1535, Arruda parece residir na cidade, onde a 26 de Agosto, baptiza a filha Hipólita, na Sé, sendo oficiante frei André de Resende e padrinho Diogo de Castilho: ADE, *Livros Paroquiais*, Livro 1.º de Registos de Baptismos, fl. 20v.

3.5 RUA NOVA, ARCO DA RUA ANCHA E CHAFARIZ DA PRAÇA GRANDE

O interior da caixa de água da Rua Nova revela bem, no despojamento ornamental, a sua elementar utilidade – limpeza e decantação (Fig. 82). As quatro saídas que nela se detectam “são, nitidamente, executadas em fases posteriores devido à qualidade e diversidade de formas, materiais e tubagens e à falta de cuidado postos nas suas aberturas” (MONTEIRO, 1995: 103). Não obstante o que se disse para o significado simbólico desta estrutura, o seu propósito funcional foi o de assegurar, sobretudo, o último controlo da qualidade da água a montante do chafariz da *Praça Grande*.

No percurso final do Cano, a morfologia do terreno obrigou, uma vez mais, ao levantamento de robustos arcos ao longo da *Rua Nova de Santiago*. Felizmente, os pormenores desta parte da obra foram preservados em extenso documento, lavrado a 16 de Abril de 1537. Através dele, sabe-se que foram muitos os moradores afectados pela obra do Cano, sintoma de que o urbanismo nesta parte da cidade estava há muito consolidado. Na zona onde se abriu a “Rua Nova” existiam casas, quintais e serventias (*corredoiras*), e na embocadura da *Rua Ancha* (actual Rua João de Deus)¹³⁵ foi demolida uma *camara* (que) *estava armada sobre os arcos que vão ao longo da dita rua Ancha* (ESPANCA, 1943: 92-94). Para ressarcir os moradores afectados pela obra, D. João III, em Julho desse mesmo ano (23/7/1537), fez saber ao corregedor da Comarca que tinha *por bem que as pessoas que tyverem casas ou quyntaes que partyrem com a Rua de Santiago que se ora novamente fez nesta cydade da banda da obra do cano posam abryr portaes debaixo do vñao dos arcos do dito Cano*¹³⁶.

Contrariamente ao que propôs Filomena Monteiro, escudada na leitura de um documento datado de 1616¹³⁷, julgamos que o prolongamento do cano em direcção ao desaparecido *chafariz da Praça* não se fazia através do atravessamento da actual Rua João de Deus, seguindo o enfiamento da Rua Nova. Com efeito, no referido documento, de que a respectiva nota de rodapé não esclarece a proveniência (admitimos que do obituário de Santo Antão), a alusão ao *arco da parte de S. Antam* não nos parece prova

¹³⁵ A primeira referência a este topónimo que temos conhecimento é de 31 de Dezembro de 1436: “aforamento de casa e chão com árvores na R. Ancha que vai da Porta Nova para a Praça”. ANTT, *Chancelaria de D. Duarte*, Lº 1, fol. 202.

¹³⁶ ANTT, *Chancelaria de D. João III*, Lº 23, fol. 63v. Por cortesia do Dr. Manuel Branco.

¹³⁷ “Pode-se defender a tese que esta ligação de água se terá feito, num primeiro troço, sobre arcaria, a qual atravessando a Ruancha na direcção da igreja de Santo Antão, seguia depois por esta rua para noroeste até à antiga Rua dos Gayos hoje desaparecida. Tal teoria fundamenta-se num documento que relata um óbido (*sic*), ocorrido em Évora, e onde se refere a existência da arcaria do lado da Igreja de Santo Antão: *Aos 2 de Abril de 1616 falleceo maria mendes casada m.ra na Ruancha debaixo do arco da parte de S. Antam molher dehum alfaiate*”: MONTEIRO, *op. cit.*, p. 109.

suficiente para concluir tratar-se de um arco do Cano. Porque “arcos” eram primeiramente os da arcada que, sustentando “câmaras”, corriam ao longo da *Rua Ancha* em direcção à *Praça*. Ainda hoje assim é. A existência de um arco do lado de Santo Antão só prova que dessa parte da rua e abaixo da igreja também existia um troço de arcada¹³⁸, como acontecia, aliás, na Rua do Paço (actual Rua da República) e do lado Poente da *Praça Grande*. Acresce que a tese do atravessamento da *Rua Ancha* pelo Cano da Água da Prata direccionado a Santo Antão tem contra ela o maior de todos os imponderáveis: a existência de casas do lado da igreja. Como refere Gabriel Pereira, citando os apontamentos do deão A. Oliveira, “Manuel Castro que era procurador do cardeal comprou em 1549 a Roque de Almada e outros, várias casas na rua Ancha para o alargamento da igreja” (PEREIRA, 1947: 304-305). Quer isto dizer que na ampliação da primitiva igreja medieval de Santantoninho, já então conhecida pela designação de Santo Antão¹³⁹, obra que decorreu entre 1557-1563 (BRANCO, 1998: 238), foi necessário demolir todo o casario que deitava para a *Rua Ancha* do lado da igreja, na zona afectada pela futura planta basilical, facto incompatível com a presença de “arcos” do Aqueduto.

Para entendermos o modo como o cano da Água da Prata chegou à *Praça*, basta uma observação cuidada aos indícios estruturais existentes. O primeiro pilar do lado Sul, ao início da Rua Nova, conserva integralmente as características construtivas e a mesma prumada daquele que se situa do lado Norte, onde assenta a actual “caixa de registo”, esta uma obra posterior a 1570. Isto significa que a estrutura hidráulica original atravessava em cotovelo o vão da Rua Nova e seguia pelo alinhamento da arcada até ao limite da actual Rua João de Deus (**Fig. 83**). Era aqui que se situava o derradeiro ponto de inflexão. Duas boas razões ajudam a balizá-lo. A primeira, a existência de um arco quebrado na arcada da actual Praça de Giraldo, seguramente anterior à obra do Cano, a segunda uma inusitada moldura em granito, de fundo rebaixado, talvez aberto para nele figurar alguma inscrição evocativa, quem sabe se alusiva à grande obra de reconstrução de 1570-71 na qual foi erigida a actual fonte, dita henriquina por deferência ao seu promotor, o Cardeal D. Henrique. E, sendo esta a lógica do percurso, julgamos que a

¹³⁸ Veja-se, por exemplo, a estrutura do edifício que faz canto com a Rua do Imaginário, do lado Sul. Apesar de obstruídos, ainda se conservam integralmente os arcos de cantaria da antiga “arcada”.

¹³⁹ Antes da grande obra de reformulação da igreja já a designação de Santantoninho caíra em desuso, como prova o alvará do cardeal-infante, de 15 de Outubro de 1538, no qual se ordena “dar 2 arrobas de cera de esmola à Confraria do Santíssimo Sacramento da Igreja de Santo Antão da cidade de Évora”: ANTT, *Corpo Cronológico*, Parte I, mç. 63, n.º 12

ligação hidráulica da Água da Prata ao chafariz de D. João III só poderia ser feita através de um arco de bom vão sobre a via pública – “o arco da Rua Ancha”.

1570

P.^a se faser a fonte grande da Praça de Evora

Juiz vereadores e Procurador da cidade Devora o Cardeal Iff.te vos envio // muito saudar. Afonso alvz [Alvares] cavaleiro fidalgo de minha casa vay a essa // çidade de mandado del Rey meu s.^{or} à dar ordem ao assento da fonte que tem // mandado fazer, no lugar da praça onde convosco e com ò provedor do cano // praticarà, conforme à tenção de sua altesa. e tambem pera mandar desfa // zer ò arco que atravessa a Rua ancha, e o chafariz e portico onde agora // corre agoa da prata, atte ò fundamento pera ficar terreiro diante da porta // principal da igreja de sancto Antão. e porque ha de mandar levar // pera ò collegio da companhia, as collūnas grandes e as maes que servirem // do ditto portico vos agradeçerei parecervos bem, por que el Rey meu s.^{or} // lhe tem dellas feito merce. de cintra a 21 dag.^{to} L.^{co} [Lourenço] de Figueiredo a fez ãno de 1570.

[Ass.] *O Cardeal Iff.te*¹⁴⁰

É através deste único documento, à guarda do Arquivo Distrital de Évora, que se sabe ter acontecido a demolição do chafariz, do *pórtico* e do *Arco da Rua Ancha*, todas estas estruturas construídas de raiz no decurso da empreitada do Aqueduto, na época de D. João III, e que, após a construção da igreja de Santo Antão, se tornaram, compreensivelmente, discordantes do programa arquitectónico idealizado pelo Cardeal D. Henrique para o fundo norte da *Praça Grande*.

Da leitura do documento parece não restarem dúvidas quanto ao objecto arquitectónico que Afonso Alvares¹⁴¹ tem o encargo de demolir no Verão de 1570, situado perto da fachada da igreja de Santo Antão¹⁴² e composto por três elementos

¹⁴⁰ A.D.E., *Livro dos Originais da Câmara*, 6.º Vol., fol. 258.

¹⁴¹ A 8 de Agosto de 1570, D. Sebastião faz mercê a Afonso Alvares, “cavaleiro fidalgo da casa do cardeal Iffante dom Amrique” e “mestre das obras das fortificações” do reino, “do officio de mestre das obras do cano dagoa da prata da cidade deuora, que vagou por falecimento de Manuel Pires, que o dito officio tinha”: ANTT, *D. Sebastião e D. Henrique*, liv.27, fol. 85, *Apud*, VITERBO, *op. cit.*, I, p.13.

¹⁴² Fosse qual fosse a localização desta estrutura, ela só pode ter sido construída fora do perímetro da igreja, na embocadura da *Rua Ancha* e, seguramente, junto às casas, entretanto demolidas no decurso da obra de ampliação de Santo Antão.

distintos mas articulados entre si: chafariz, pórtico e arco. E aqui surge um primeiro dado a reter: a palavra “fonte” (a construir) aparece em contraponto ao “chafariz” (a demolir). Porque, tratando-se de duas estruturas hidráulicas, a precisão posta na redacção do documento define com segurança a diferença entre ambas¹⁴³. Com efeito, este “chafariz”, à imagem de muitos outros, deveria ser composto por um tanque de retenção, localizado num plano de água relativamente mais baixo do que as bicas, e “encostado” a uma estrutura mural cenografada em forma de pórtico, na qual terminaria a conduta aérea da água, transportada sobre o arco que “atravessava a Rua Ancha”.

Chegados aqui, vale a pena desfazer um equívoco historiográfico nascido pela mão do padre Manuel Fialho e logo replicado ao exagero por diligentes seguidores¹⁴⁴. Na sua *Évora Ilustrada* diz ele que (...) *do portico so agora ouvimos falar, e supomos que era couza magnifica, como frontespicio de algum templo, ou couza semelhante, e era todo de marmores que tomava a largura da praça que tinha três serventias ou portoens por bacho* (...) (Doc. 4).

Com esta exuberante descrição (assim “suposta” por quem do assunto “só agora ouvira falar”), nasceu e foi alimentado um dos maiores logros da historiografia eborense: o da existência de um arco de triunfo romano em plena Praça de Giraldo. Apesar de nunca ter sido possível demonstrar a sua evidência arqueológica¹⁴⁵ e André de Resende nunca o ter referido nas obras que dele se conhecem – sendo dos poucos autores antigos¹⁴⁶ que, com propriedade, o poderia ter feito –, perdurou até aos nossos dias esta tradição literária sem fundamento histórico algum.

¹⁴³ Bastará observar a fonte da Porta de Moura e o Chafariz del'Rei, por exemplo, para facilmente se entender a diferença de aspecto entre as duas estruturas hidráulicas.

¹⁴⁴ Entre os quais Bento José de Sousa Farinha, compilador da *Collecção das Antiguidades de Évora*, de 1785. Em anotação ao texto de Gaspar Estaço (*Varias Antiguidades de Portugal*, 1625) e a propósito da lacónica descrição que este autor faz dos vestígios romanos que existiam em Évora, dos quais um “fermoso portico de columnas Corinthias” (templo romano), Farinha, julgando tratar-se do *portico* que fora demolido em 1570, na *Praça Grande*, escreve: “Era este Portico, huma das mais famozas peças dos Romanos que se conservava, nam digo eu nas Hespanhas, mas do Mundo: era composto de três arcos triunfaes ornados de diversas ordens de columnas, alquitraves, frizos, nichos, e estatuas de precioso mármore, occupava toda a largueza da Praça: passavam de trezentas as columnas que delle se arrancaram e dellas se conservam ainda muitas nos Paços da Inquiziçam, nos Conventos de S. Francisco, e Espirito Santo, e nas cazas particulares dos Cidadãos; das quaes eu conservo huma, no Pateo das que tenho na Carreira do Menino Jesus: e parece-me que o Atrio da Igreja da Cartucha de Évora se compoz de muitas pessas do dito Portico”. Como facilmente se percebe pelo exagero, este “pórtico” de Sousa Farinha – certamente respigado a partir dos comentários do padre Francisco da Fonseca (*Évora Gloriosa*, 1728) – nunca existiu para além da sua própria imaginação. Cf. *Collecção das Antiguidades de Évora*, 1785 (Organização de Manuel Gomes), Edição *fac-similada*, Julho de 2008, pp.124-126.

¹⁴⁵ Como demonstrou a grande intervenção arqueológica de 2000-2002. Cf. BALLESTEROS, Carmen, e GONÇALVES, Gerardo Vidal, “Intervenções arqueológicas no centro histórico de Évora, 2000-2002”, in *Monumentos*, N.º 26, 2007, pp. 156-163.

¹⁴⁶ Veja-se, por antítese à *Collecção das Antiguidades de Évora* (1785), a *Chorographia* de Gaspar Barreiros (1546). A propósito dos vestígios arqueológicos romanos emeritenses que observa e regista com grande exactidão, diz de um certo arco (certamente o de Trajano) a que os locais chamam “triunfal”: “Dentro na cidade junto da igreja de Sanctiagio fta hum arco de cantaria fingelo, a que os da terra chamam arco triumphal. E nam fomite enganou efla opiniam a muitos prefentes, mas tâbem alguns paffados: entre os quaes Lucio Marineo, que lhe nam foubé dar o feu verdadeiro nome, porque triumphal q lhe poferam, nam lhe couem por muitas razões (...). A primeira é q os arcos triumphaes tem mais obra & outra forma, porque tem torres, colunas & molduras, com toda a fua perfeiçam de architectura, com q logo a vifta tem outro respecto e acatamento: & affi tem hiftorias & fectos d’aquelles em cuja

Estamos em crer que este *pórtico* mais não fosse que uma estrutura mural com colunata adossada e arquivada, talvez com remate em frontão, à imagem de uma fachada de um edifício da época clássica, construído propositadamente, como se disse, para receber a *Água da Prata*. E, como é de supor, virado para a *Praça*, preenchendo o espaço entre a porta da igreja de Santo Antão e o início da actual Rua João de Deus, muito próximo da fachada da igreja, ocupando parcialmente o espaço do actual tabuleiro¹⁴⁷ (**Fig. 84**). Quatro leões de mármore, estes sim, de comprovada antiguidade¹⁴⁸, decoravam o chafariz, num único registo arqueológico romano a sublinhar uma intencionalidade estética e ideológica em que triunfava, agora, o empreendimento tércio-joanino: a refundação do aqueduto romano de Sertório.

Estes quatro leões, talvez originalmente distribuídos paralelamente ao pórtico, no intercolúnio das (oito?) colunas maiores, foram dispersos pela cidade depois de 1570. Um deles, após reutilização com fins similares no desaparecido tanque (*lavadouro*)¹⁴⁹ do Rossio de S. Brás, acabou no acervo do Museu de Évora onde Francisco Barata o inventariou do seguinte modo: “Grande leão de mármore, por cuja boca saíam águas da Prata no antigo pórtico romano, que o Cardeal D. Henrique (...) mandou demolir na praça desta cidade” (BARATA, 1904: 70).

Para imaginarmos como seria a “tipologia” do chafariz da Praça de fundo cenografado, serve-nos de referência imagética – certamente abusiva pela dimensão e anacronismo – a fonte com quatro leões dedicada ao papa Sistus V, obra levantada na cidade de Roma, em 1587, vulgarmente conhecida por “Fonte de Moisés” (**Fig. 85**).

Voltemos ao documento de 1570 para lhe compulsar uma derradeira nota. Na última indicação do cardeal D. Henrique dirigida às autoridades municipais, o prelado ordena expressamente que *as collūnas grandes e as maes que servirem do ditto portico* sejam

memoria fe fizeram fculpidos nas paredes dos dictos arcos. (...) E alem d'ifto tem letras q dizem o nome da peffoa em cuja memoria fe fez o dicto arco triumphal, cõ os nomes dos q lho alevantaram. (...) A outra razam e, q os arcos triumphaes nunca foram viftos fora de Roma, por q antre as outras leis do triumpho era hua q fe nam podia triumphar fenam dentro d'ella (...): BARREIROS, Gaspar (1561), *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros ó anno MDxxxvj começado na cidade de Badajoz em Castella, te á de Milam em Italia* (...) Coimbra, pp.78-79 (*Fondos Digitalizados de la Universidad de Sevilla*, edição digital).

Gaspar Barreiros (? - 1573), filho de uma irmã de João de Barros, foi secretário do cabido da Sé de Évora e fidalgo da casa de D. Henrique a quem serviu durante 25 anos, cinco dos quais em Roma (1543-1548). A 10 de Março de 1548 já se encontra em Évora onde assina uma disposição sobre celebração de missas por defuntos: cf. PEREIRA, *op. cit.*, p. 390.

¹⁴⁷ Construído após a demolição do chafariz e pórtico. “A última conta com Brás Godinho, do lageamento e degraus do tabuleiro, tem a data de 20 de Junho de 1577”: PEREIRA, Gabriel (1947), *Estudos Eborenses*, Vol. I, Ed. Nazareth, p. 312.

¹⁴⁸ Está bem documentada a simbólica do leão nos rituais funerários romanos, facto que pode explicar a existência destas peças em Évora. Não excluimos a hipótese de que estes quatro leões tivessem sido recuperados por ocasião da abertura das fundações dos pilares do Aqueduto, talvez na zona da Rua do Cano. Sobre a temática: GASCÓ, Cármen Aranegui (2004), “Leones funerários de época iberorromana (...)”, in *IV Reunión sobre Escultura Romana en Hispânia*, Ministerio de Cultura, SGT, pp.213-227.

¹⁴⁹ O qual recebia a água que sobejava do chafariz construído no reinado de Filipe II. Cf. ESPANCA, Túlio (1948), “Foros e Próprios do Concelho”, in *A Cidade de Évora*, N. 115-16, Évora, pp. 303-304. Este tanque foi demolido no início do séc. XX.

levadas para o Colégio do Espírito Santo (actual Universidade de Évora). Nada mais parece interessar. Nem mesmo o precioso mármore que decerto revestia boa parte da estrutura. Daqui se pode concluir que os únicos elementos “reutilizáveis” foram as colunas, talvez pela sua dimensão e apuro estético, imaginando-se de mármore e com capitéis dóricos; pelo menos se acreditarmos no paradeiro que o padre Manuel Fialho nos propõe: *das columnas maiores; certamente vierão para o Collegio 8. São as que estão no Refeitório*¹⁵⁰. Por sua vez, o padre Francisco da Fonseca, que compôs a *Évora Gloriosa* a partir das informações de Fialho, avança aí, mas sem certezas, que “as Coluñetas, que eſtão no tranzito da ſacriftia de ſan francifco da meſma Cidade” também fossem do pórtico da Praça (FONSECA, 1728: 106). Já o que nos diz Sousa Farinha sobre o aproveitamento de algumas destas colunas – nos Paços da Inquisição, no Espírito Santo e no átrio da Igreja da Cartuxa, além de “cazas particulares dos Cidadãos” (FARINHA, 1785: 124) – parece um completo exagero, a que também podemos juntar a informação do padre Domingos Cardoso, nas suas *Memórias Paroquiais* de Santo Antão (1758), de que do pórtico romano também *se aproveytarão as grandes colunas (...) na Igreja do Convento de Valverde* (GRILO, 1994-95: 135).

Todos os restantes materiais de decoração e de revestimento, ou se perderam irremediavelmente ou foram reaproveitados de acordo com as necessidades. Gabriel Pereira assevera que a “pedra de alvenaria que saiu dos desmanchos da água da prata vendeu-se (...) para a obra da igreja de S. Tiago, que então começava a reconstituir-se” (PEREIRA, 1947: 312). Já António Francisco Barata, apoiando-se na tradição local, refere que os “dois leões, menores na corpulência e mais imperfeitos, por cujas bocas sae agua no chafariz chamado dos Leões, extramuros da cidade, também fossem do mesmo pórtico da praça” (BARATA, 1904: 70) (**Figs. 86-87**).

¹⁵⁰ FIALHO, *op. cit.*, fol. 162. O Refeitório do Colégio do Espírito Santo foi inaugurado em 1589, facto que ajuda a contextualizar este pedido do cardeal D. Henrique.

3.6 EPÍLOGOS

À entrada de 1537, o quotidiano cortesão eborense voltava a ser sobressaltado pela notícia da morte. Depois de Garcia de Resende¹⁵¹, D. Francisco de Melo¹⁵² e Gil Vicente¹⁵³, chegava agora a vez do infante D. Dinis, sétimo filho varão de D. João III e de D. Catarina de Bragança, não resistir a uma doença congénita, falecendo no primeiro dia de Janeiro, ainda sem ter completado dois anos de idade¹⁵⁴.

Apesar de mais este nefasto acontecimento familiar, D. João III não deixou de acautelar a celebração pública da chegada da água à *Praça* da cidade. E, tal como o brilho imposto dois anos antes nas Cortes Gerais e no juramento do príncipe D. Manuel, este sucesso não deve ter dispensado a encenação dos grandes momentos áulicos onde a oratória constituía, então, o melhor instrumento de propaganda régia. Apesar da mudez dos documentos, talvez não seja despropositado admitir que um tal momento tenha sido entregue ao próprio André de Resende, sucedendo nessa tarefa ao mais admirado tribuno da época, D. Francisco de Melo, falecido em Abril de 1536.

Faltando o essencial da informação histórica sobre esse dia – que *não poderia deichar de ser muito festivo*, como intui o Padre Manuel Fialho –, diz-nos um biógrafo de D. João III, António de Castilho, em curto mas significativo testemunho, que *a 28 de Março de 1537 – en hua quinta fr.^a delava peis, lançarão a pr.^a ves a agoa da prata na praça desta cidade e correrão quatro touros q os mercadores derão* (BPE, Cod. CIII/2-22, fol. 33v). Túlio Espanca, por sua vez, dando uma achega colorida a esta nota documental, acrescenta que “foi dia febril de anseio e expectativa no Senado e côrte, e júbilo intenso dos cidadãos, rematado em festas de toiros, corridos livremente, assistindo el-rei nos balcões das antigas aposentadorias dos Estáus, sendo os quatro toiros oferecidos pelos mercadores do pôvo” (ESPANCA, 1944: 94, 95).

Mas, durou pouco o júbilo geral: o do rei, interrompido logo no princípio de Abril pela morte de mais um filho, agora o herdeiro jurado ao trono, D. Manuel¹⁵⁵; o da

¹⁵¹ Garcia de Resende morreu em Évora no dia 3 de Fevereiro de 1536, tendo ficado sepultado na sua ermida particular na cerca do mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro.

¹⁵² D. Francisco de Melo, um dos mais reputados oradores do seu tempo, morreu em Évora no dia 27 de Abril de 1536, tendo sido sepultado na Igreja dos Lóios (panteão dos Melos), na capela do Santíssimo Sacramento, num despojado túmulo da autoria do escultor francês Nicolau de Chanterene.

¹⁵³ Os biógrafos de Gil Vicente apontam o ano de 1536 como a data mais provável da sua morte, que muitos crêem ter acontecido em Évora pouco depois da sua última representação teatral, *Floresta de Enganos*. Não é certo que tenha sido sepultado na Igreja de S. Francisco de Évora.

¹⁵⁴ Havia nascido, em Évora, no dia 26 de Abril de 1535.

cidade, silenciado bruscamente com saída da corte para Lisboa, a sete de Agosto desse mesmo ano¹⁵⁶, epílogo de um longo período de *sinco annos, oito meses e nove dias*¹⁵⁷ de presença ininterrupta da família real em Évora.

Em consequência deste súbito abandono da corte, a cidade perdeu definitivamente o protagonismo político-administrativo para Lisboa¹⁵⁸. Isso mesmo pareceu pressentir Garcia de Resende pouco tempo antes, quando, já velho e impedido pela doença, exortou os procuradores da cidade de Évora às cortes de 1535 a reclamarem do rei *todos os privilégios que tem e tiver a cidade de Lisboa* (BUESCO, 2005: 242).

Contrabalançando este inesperado desamparo político e cultural, os eborenses viram emergir em defesa da sua cidade a figura do Cardeal-infante D. Henrique. Este prelado, sucedendo no arcebispado de Évora a seu irmão D. Afonso, após o falecimento deste, em 1540, irá executar por vontade expressa, influência ou autorização, “quase todas as obras públicas, sacras ou profanas, construídas em Évora desde os anos quarenta aos setenta do século de quinhentos” (BRANCO, 1988-93: 40). E muitas delas ligadas à ampliação da estrutura urbana do Aqueduto bem como ao restauro das partes mais degradadas do seu trajecto rural. Além da elegantíssima fonte e chafariz da Porta de Moura, de 1556, a sua maior realização foi consumada com a edificação da *fonte grande da Praça de Evora*, em 1571, substituindo, como vimos, o chafariz de D. João III que fora construído para receber a primeira Água da Prata, em 1537. Este chafariz, edificado junto ao velho casario da *Praça*, do lado de *Santantoninho*, tornou-se aos olhos do Cardeal D. Henrique como que uma excrescência visual na austera fachada de Santo Antão, sobretudo depois da conclusão desta, ocorrida em 1563. Para mais, numa época em que a Água da Prata já chegava a várias zonas da cidade e a fonte da Porta de Moura tinha merecido, inclusivamente, o elogio de D. João III como *a cousa mais nobre que* (havia) *nesta cidade* (CARVALHO, 2004: 70). E ainda que Manuel Fialho tenha considerado a reserva de que, se o chafariz fosse uma obra de D. João III *era impossível que o cardeal a desfizesse*, o certo é que este mostrou-se decidido em dotar a sua cidade

¹⁵⁵ Faleceu em Évora no dia 4 de Abril de 1537, tendo ficado sepultado temporariamente na igreja do Espinheiro.

¹⁵⁶ É sintomática a urgência: D. Catarina, a 27 de Julho de 1537, onze dias antes da partida para Lisboa, encomenda a Diogo Salema que *mande fazer duas arcas p.^a sua guardarropas*: ANTT, *Corpo Cronológico*, parte I, maç.58, N. 121.

¹⁵⁷ *Tomou a dita cidade o dito Snõr esta derradeira ves aos vinte dias de Novembro do anno de mil quinhentos e trinta e dous, esteve ate sete dias do mes de agosto do anno de mil quinhentos e trinta e sete e se foi pera Lisboa. esteve nesta cidade sinco annos, oito meses e nove dias*: BPE, Cod. CIII/2-22, fol. 33.

¹⁵⁸ A grave situação das finanças públicas a isso deve ter obrigado. Já em 1535, durante as cortes realizadas em Évora, a carência de numerário levou a que os procuradores solicitassem do rei que *mandasse prover sobre as moedas de ouro destes Reynos as quais se levão pera fora, de maneira que se não acha já hum cruzado nem Portugueses nem moeda de ouro dos ditos Reynos*: Cf. *Dicionário de História de Portugal* (direcção de Joel Serrão), Vol. II, Porto, Livraria Figueirinhas, 1992, pp. 499-500.

de uma fonte digna de um (novo) rei – o jovem soberano D. Sebastião, a quem a dedicou¹⁵⁹ – e deste modo “desafrontar” a fachada da igreja *pera ficar terreiro diante da porta principal*.

Como que numa derradeira memória do *chafariz da Praça*, a quem o *Sereníssimo* mandou subtrair oito colunas grandes e quatro leões de mármore, ainda hoje lá estão, como que de propósito, oito bicas¹⁶⁰ na forma simbólica de outras tantas carrancas de leão (Figs. 88-89), por cuja boca jorra a água em fios de prata.

¹⁵⁹ SEBASTIANO - LVSIT - REGI / PIO - FELICI - INVICTO - VITA. Pura romanidade, a lembrar ainda o contributo de André de Resende (falecerá em 1573). Muito tempo antes, em 1534, na *Oratio pro Rostris*, Resende refere-se ao infante D. Henrique (o Navegador) como “filho do divino João (I), **rei pio, feliz e invicto** (...)”: DESWART, *op. cit.*, p. 168.

¹⁶⁰ Diz a tradição literária (nascida, ao que supomos, pela mão do padre Manuel Fialho) que as oito bicas da fonte representam as oito ruas que convergem para a Praça. Mesmo para a sua época a contagem parece forçada: Rua da Selaria (Cinco de Outubro); Rua do Paço (República); Rua da Cadeia (antiga Rua das Estalagens, hoje Romão Ramalho); Rua do Mau Foro (Bernardo Matos); Rua do Raimundo; Rua dos Mercadores; Rua do Tinhoso (Moeda); Rua de Alconchel (Serpa Pinto); Rua Ancha (João de Deus).

*Si quis ueteres tum Graecorum tum Romanorum historias euoluat,
uix principem aliquem, qui tecum conferri possit reperiet.*

Se alguém ler as velhas histórias tanto dos Gregos como dos Romanos, a custo encontrará algum príncipe que possa comparar-se contigo.

Inácio de Moraes, *Panegírico de D. João III* (Or. pan: fls. C-Cv^o)

PARTE III

CONCLUSÕES

Pelo que aqui fica dito, é agora possível concluir que a edificação do Aqueduto da Água da Prata, em Évora, após quatro décadas de espera e duas tentativas inconsequentes, foi finalmente concretizada, em escasso tempo, sobre o traçado topográfico de uma obra mais antiga, da qual restam, ainda, escassos vestígios materiais. Entre Outubro de 1533 e Março de 1537, D. João III mobilizou importantes recursos técnicos, humanos e financeiros para dotar a segunda cidade de corte com o mais extenso e complexo projecto de engenharia hidráulica do seu tempo. Ao decidir fazê-lo, durante a sua estadia em Évora e no auge da influência da cultura renascentista em Portugal, o rei contou com um forte estímulo circunstancial: a descoberta dos vestígios arqueológicos do aqueduto romano, oportunamente resgatados por André de Resende ao passado clássico da cidade.

Ao aprofundar o enquadramento histórico e cultural em que decorreu a edificação do aqueduto de Évora, julgamos ter contribuído para um melhor esclarecimento da génese fundacional da obra, do papel dos seus protagonistas e do emergente contexto arqueológico que se lhe juntou, este último um aspecto decisivo para a legitimação do empreendimento régio como sinal da “restauração” da nobreza e antiguidade da cidade e louvor da acção governativa de D. João III.

Vimos, primeiramente, como uma série de indícios topográficos, documentais, toponímicos e arqueológicos se materializaram nas evidências estruturais de um aqueduto que terá abastecido a cidade romana; seguramente o mesmo que André de

Resende julgou ter sido edificado por Quinto Sertório. Este equívoco, fruto sobretudo de uma incorrecta interpretação epigráfica (e não tanto de um compulsivo “fabrico” de textos apócrifos como muitos sustentam), não deprecia nem minimiza, quanto a nós, as diligências do humanista eborense. É bem verdade que Resende, na defesa da antiguidade histórica da sua “pátria”, sempre pareceu optar por uma selecção de elementos probatórios (epigráficos, sobretudo) concordantes com a grandeza do passado da cidade e, invariavelmente, legitimadores das virtudes dos regentes seculares e espirituais do seu tempo; elementos esses que muitas vezes foram “moldados” para parecerem provas irrefutáveis. E também não é menos verdade que este aspecto, porventura injustamente exacerbado pelo epigrafista alemão Emil Hübner, não deixa de constituir, além de uma mácula indelével na obra histórico-arqueológica do humanista eborense, uma estranha tentação, porque desnecessária, e dificilmente desculpável, mesmo à luz da mentalidade da época. Mas, não tenhamos dúvidas de que André de Resende foi um agente dinamizador e legitimador de todo o processo construtivo do Aqueduto, sobretudo a partir de meados de 1534, altura em que se iniciou o levantamento da arcaria monumental.

Caso tivessem sobrevivido outras obras que se supõem escritas pelo seu punho, certamente teríamos hoje um retrato mais completo da actividade arqueológica de Mestre Resende na defesa do aqueduto de Évora e talvez menos dúvidas quanto à sua honorabilidade científica. Além de um *Livro de Architectura*, que era uma *traducção da Architectura de Leão Bautista* [Alberti] como nos garante José Bento de Sousa Farinha (FARINHA, 1786: 77), estão, neste caso, os *Dous Livros dos Aqueductos*, escritos a convite de D. João III, que “eftavaõ no Senado de Evora” (*Ibidem*), hoje considerados perdidos¹⁶¹. Não espantaria que esta obra, dividida em duas partes e tendo como base a tradução e comentário do Livro VIII de Vitróvio¹⁶², constituísse, na sua essência, como

¹⁶¹ “Tambee falei dipso en dous livros dos aqueductos que a el Rei nofo fenhor per seu mandado fcrevi (...)”: RESENDE, *op. cit.*, fol. 11. A propósito destes dois livros, diz Diogo Barbosa Machado que foram “Offerecidos a El Rey D. João o III. no mez de Junho de 1543. na occaſião, que eſte Principe tinha conduſido a Evora a agua da fonte da prata pelo antigo aqueducto de Sertorio, os quaes livros eſcritos da ſua propria mão entregou ao Senado de Evora, e delles faz memoria o meſmo Réfende (...)”: MACHADO, Diogo Barbosa (1741), *Bibliotheca Lusitana* (...), Lisboa: officina de Antonio Isidoro da Fonseca, Tomo I, fol. 169.

Outros autores que se referem a esta obra: SCHOTTUS, Andreas (1608), *Hispanie Bibliotheca* (...), Frankfurt, Tomo III, fol. 481 (ed. digital, Google livros); MORERI, Louis (1759), *Le Grand dictionnaire historique, ou le Mélange curieux de l'histoire sacrée et profane* (...), Tom. 9, Paris, fol. 144 (ed. digital, Gallica).

¹⁶² “A *editio princeps* tem data incerta entre 1486 ou 1487, publicada em Roma por Johannes Sulpicius: *L. Vitruvii Polionis ad Cesarem Augustum de Architectura libri decem*. Seguem-se duas edições importantes, a *editio Florentina*, em 1496, baseada na edição *princeps*, e a *editio Venetiana*, em 1497; também de 1497 é a primeira edição de Fra Giocondo, à qual se seguirão várias outras edições até 1523, sendo a de 1511, publicada em Veneza, a primeira edição ilustrada de Vitróvio. A tradução mais antiga que se conhece, datada por volta de 1485, é de Francesco di Giorgio Martini, conservada em um manuscrito da Biblioteca Nazionale Centrale de Florença, editada somente 500 anos após a sua realização, por G. Scaglia (Firenze, 1985). De 1514 é outra tradução conservada em manuscrito, de Fabio Calvo, obra ilustrada iniciada na casa de Rafael, publicada pela primeira vez por V. Fontana e

refere Túlio Espanca, uma série de *tratados e considerandos teóricos àcerca de obras semelhantes com suas histórias romanas, e talvez métodos de conservação*¹⁶³.

Fundamentada a existência de um aqueduto romano através de esclarecedores indícios arqueológicos na zona da Torralva, na cerca do mosteiro da Cartuxa e junto ao Forte de Santo António, abordámos ainda as diferentes fases e processos construtivos da obra quinhentista. Tentámos esclarecer alguns pontos do percurso rural e urbano onde subsistiam algumas dúvidas e imprecisões, parecendo agora seguras duas ideias-chave: que o projecto embrionário foi lançado pelo rei D. João II e que a sua retoma foi pensada efemeramente por D. Manuel I, estando ambos a residir em Évora e, curiosamente, no término dos seus respectivos reinados; de que a empreitada de D. João III, prosseguindo a estrutura inacabada dos antecessores, trouxe a água à *Praça* num só fôlego, entre Outubro de 1533 e Março de 1537.

Pelo que fica exposto, julgamos não restarem dúvidas de que a obra tércio-joanina se sobrepôs deliberadamente aos vestígios de um aqueduto romano. Assim o certifica o conjunto de indícios topográficos, toponímicos e arqueológicos aqui compulsados, todos eles devidamente ilustrados no anexo documental. Apesar de todas estas evidências, um dado, só por si, parece constituir prova suficiente – o perfil altimétrico do cano quinhentista. Com efeito, a água, descendo dos 322,5 m de altitude, chega à proximidade da cidade à cota de 318 m, valor altimétrico suficiente para a conduzir ao topo da colina da cidade onde se situa o templo (307 m), quando, na verdade, o “chafariz da Praça”, destino último da água, se situava bem mais baixo, à cota próxima dos 293 m.

Caso isto não provasse por si só a pré-existência de um “nível romano”, então teríamos que admitir, por hipótese, que Francisco de Arruda se equivocara ao trazer deliberadamente o nível da água cerca de 25 m mais alto do que o necessário, situação que significaria aos olhos de todos, além de um erro grosseiro do projecto, o descrédito do mais ilustre arquitecto régio da época, titulado de *cavaleiro da ordem de nosso senhor Jhesus christo E mestre das obras dél rej nosso senhor* (BRANCO, 1990: 111).

Daqui se conclui que, ao adoptarem o traçado preexistente, os construtores do Aqueduto da Água da Prata seguiram fielmente o nível topográfico romano desde as

P. Morachiello (Roma, 1975)”: VITORINO, Júlio César (2004), “Sobre a História do Texto de Vitruvius”, *Cadernos de Arquitetura e Urbanismo*, Belo Horizonte, v. 11, n. 12, p. 45 (ed. digital).

¹⁶³ ESPANCA, *op. cit.*, p. 86.

nascentes do Divor até à última caixa de água superficial situada em S. Bento de Cástris; e que daqui até à Rua do Cano alicerçaram a arcaria monumental nos vestígios arqueológicos deixados pelo aqueduto antigo, não lhe seguindo, todavia, o nível de coroamento, uma vez que o termino da água se situava cerca de 14 m mais baixo do que o romano (diferença entre o pavimento do Largo Conde de Vila Flor e a cota aproximada das bicas do chafariz situado na Praça de Giraldo).

Certos, ainda, de que André de Resende deu um forte impulso à fase final da empreitada, entre os anos de 1534 e 1537, quando ela se revestiu de monumentalidade e valor simbólico para o discurso de poder, assumimos sem hesitações a defesa das suas depreciadas teses e, naturalmente, a sua reabilitação enquanto personalidade impar do nosso Renascimento. E não só ele, mas todos os que foram lidos com alguma desconsideração científica por muitos autores contemporâneos. Desde logo o padre Manuel Fialho: apesar do tom encomiástico com que louva as virtudes e os feitos dos protagonistas da sua *Évora Ilustrada*, dele aqui fica registado quanto as suas palavras ressoam num timbre de autenticidade.

Vimos, finalmente, como o sucesso do aqueduto quinhentista se deveu, em boa parte, ao contexto cultural que então se vivia na corte, profundamente marcado pelos valores do Renascimento, vertidos neste projecto arquitectónico como pura romanidade de uma Évora restaurada. Na verdade, nenhuma outra empresa régia levantada por esses anos corporizou melhor uma tão evidente síntese renascentista: a refundação da glória e do esplendor da *Ebora* clássica através de um dos seus mais fortes ícones de urbanidade, por intervenção directa de um (novo) “Pai da Pátria”¹⁶⁴ ao serviço do bem comum.

Por fim, ao mitigar dúvidas antigas e ao reordenar o enquadramento histórico da fundação do aqueduto de Évora, este trabalho deixa em aberto algumas frentes de investigação. Destaque para o estudo paleográfico e iconológico dos gravados que hoje clarificam melhor a baliza temporal da obra e respectivo processo construtivo e para os muitos indícios arqueológicos romanos que, legitimamente, obrigarão a repensar o estudo da hidráulica antiga da cidade alicerçada na relação funcional entre os tanques adjacentes do templo e o término do aqueduto romano à cota 307 m.

¹⁶⁴ É este o epíteto inscrito na fachada da igreja da Graça: CONDITIVM SVB IMPERIO DIVI IOANNIS III PATRIS PATRIAE. Entenda-se no contexto como “Pai da cidade (de Évora)”.

Além dos vários caminhos de investigação que aqui ficam apontados e para os quais esperamos contribuir futuramente, julgamos que este trabalho contribuiu para um renovado conhecimento histórico e arqueológico do Aqueduto da Água da Prata, particularmente num momento em que o município eborense deu início à dinamização de um percurso histórico-ambiental sustentado na riqueza e singularidade deste importante património hidráulico e da respectiva paisagem envolvente.

E, se tudo isto é a face visível do trabalho que aqui deixamos como registo e memória, não renunciaremos, na oportunidade destas últimas linhas, a expressar a íntima consolação do dever cumprido, quiçá do cumprimento de um imperativo de consciência cívica a que nos obrigou, e obriga, a defesa do património cultural da cidade de Évora.

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Susana Matos (sd.), *De Roma a Évora, com André de Resende: Cidade e “Património” na História da Antiguidade da cidade de Évora* (ed. digital).

ANDRADA, Francisco (1613), *Cronica do muyto alto e muito poderoso Rey destes reynos de Portugal Dom João o III. deste nome...*, Parte IV. Lisboa (ed. digital, BND).

ASOREY, Rubén Álvarez, *et al* (2003), “*Aqua Urbi*. Historia do abastecimento de auga á cidade de Lugo, (época romana - século XX)”, in *Traballos de Arqueoxía*, N.1, Lugo.

BALLESTEROS, Carmen, e GONÇALVES, Gerardo Vidal (2007), “Intervenções arqueológicas no centro histórico de Évora, 2000-2002”, in *Monumentos*, N.º 26, pp. 156-163.

BARATA, A. Francisco (1903), *Catalogo do Museu Archeologico da cidade de Evora*, Lisboa, Imprensa Nacional.

BARATA, A. Francisco, 1904, *Évora e seus arredores*, Tip. do Notícias de Évora.

BARATA, A. Francisco (1871), *Roteiro da cidade de Évora e breve notícia dos seus principais monumentos*, Évora.

BARROS, João de (1540), *Grammatica da lingua portuguesa*, Olyssipone (ed. digital, BND).

BLÁZQUEZ, José María (2001), *Religiones, ritos y creencias funerarias de la Hispania prerromana*, Madrid, 119-131 (ed. digital).

BEIRANTE, Maria Ângela Rocha (1995), *Évora na Idade Média*, FCG/JNICT.

BEIRANTE, Maria Ângela (2001), “Évora no dealbar do Império”, in *Foral Manuelino de Évora*, CME/INCM, pp. 13-40.

BEIRANTE, Maria Ângela (2002-2006), “O vínculo cidade-campo na Évora Quinhentista”, in *A Cidade de Évora*, II Série, N.º 2, pp. 87-95.

BILOU, Francisco e BRANCO, Manuel J. C., “A Obra do Aqueduto da Água da Prata, em Évora: dois testemunhos inéditos”, in *A Cidade de Évora*, N.º 8, II Série (no prelo).

BRANCO, Manuel Joaquim Calhau (1990), *A Construção da Graça de Évora (Contexto Cultural e Artístico)*, Dissertação de Mestrado em História de Arte, Vol. I, Lisboa, UL/FL (Polic.).

BRANCO, Manuel J. C. (1998), “Renascimento, Maneirismo e Estilo Chão em Évora”, in *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*, Comissão Nacional Para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, pp. 219-247.

BUESCO, Ana Isabel (2005), *D. João III, 1502-1557*, Círculo de Leitores, Lisboa.

CABRITA, Castro (1930-1931), “Estudo do Abastecimento das Águas da Cidade de Évora”, in *Revista da Associação dos Engenheiros Cívicos Portugueses*, N.º 656, pp. 15-25, N.º 658, pp. 90-101, N.º 664, pp. 350-364, N.º 666, pp. 418-422, N.º 668, pp. 50-56.

CANTO, Alicia M. (2004), “Los viajes del caballero inglés John Breval a España y Portugal: novedades arqueológicas y epigráficas de 1726”, in *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Volume 7, N. 2, pp. 265-364.

CARVALHO, Afonso de (2004), *Da toponímia de Évora...*, Vol. I, Ed. Colibri.

CEREJEIRA, Manuel Gonçalves (1974), *O Renascimento em Portugal – Clenardo e a Sociedade Portuguesa*, 4.ª edição revista, Coimbra Editora.

COLMENAR, Juan Alvarez (1741), *Annales d'Espagne et de Portugal (...)*, Tom. III, Amesterdão (ed. digital da Biblioteca Digital Complutense).

COSTA, João Paulo Oliveira e (2005), *D. Manuel I, 1469-1521, um príncipe do Renascimento*, Círculo de Leitores, Lisboa.

COUTO, Aires do (2000), “Panegíricos de D. João III de dois Humanistas de Quinhentos: João de Barros e Inácio de Moraes”, in *Máthesis*, N.9, pp. 37-68 (ed. digital).

DESWARTE, Sylvie (1992), *Ideias e Imagens em Portugal na época dos Descobrimentos*, DIFEL, Lisboa.

DESWARTE, Sylvie (1987), “*Il Perfetto Cortegiano*” D. Miguel da Silva, Roma: Bulzoni.

ENCARNAÇÃO, José d' (2002), “André de Resende, Epigrafiasta”, in *Cataldo & André de Resende – Congresso Internacional do Humanismo Português*, Lisboa, pp. 305-310.

ENCARNAÇÃO, José d' (1991), “Da Invenção de Inscrições Romanas pelo Humanista André de Resende”, *Biblos*, LXVII, pp. 193-221.

ESPANCA, Túlio (1993), *Évora*, Editorial Presença.

ESPANCA, Túlio (1966), *Inventário Artístico de Portugal – Concelho de Évora*, volume VII, Lisboa, ANBA.

- ESPANCA, Túlio (1944), “O Aqueduto da Água da Prata”, in *A Cidade de Évora*, Évora, N.5, pp. 84-113.
- ÉTIENNE, R. e ALARCÃO, J. (1974), “O Aqueduto Romano de Conimbriga. Relatório Preliminar”, in *Congresso Nacional de Arqueologia, III, Porto, 1973*, Porto, pp. 283-291.
- FARIA, Manuel Severim de (1740), *Noticias de Portugal*, 2º Ed., Lisboa (ed. digital, BND).
- FARIA, Manuel Severim de (2003), *Noticias de Portugal*, Ed. Colibri.
- FARINHA, Bento José de Sousa (1785), *Collecão das Antiguidades de Évora* (ed. fac-similada, Julho de 2008).
- FARINHA, Bento José de Sousa (1786), *Summario da Bibliotheca Lusitana*, Lisboa: officina de António Gomes, Tomo I.
- FERREIRA, Francisco Leitão (1906), “Notícias da vida de André de Resende”, in *Arquivo Histórico Português*, Vol. VII, Lisboa.
- FERREIRA, Mário Rodrigues *et al.* (2006), *Relatório da Implantação Arqueológica e Geológica do Aqueduto da Água de Prata entre Évora e Graça do Divor*, Projecto de Recuperação Arqueológica do Traçado do Aqueduto, UAL/CME (polic.).
- FONSECA, Francisco da (1728), *Dos quatro tomos da Évora Ilustrada, que compoz o R. P. M. Manoel Fialho da Companhia de Jesus, Escritta, Acrescentada e ampliada pello R. Francisco da Fonseca da mesma companhia*, Roma MDCCXXVIII.
- FRANCO, António (1945), *Évora Ilustrada extraída da obra do mesmo nome do P. Manuel Fialho*, Edições Nazareth, Évora.
- GASCÓ, Cármen Aranegui (2004), “Leones funerários de época iberorromana (...)”, in *IV Reunión sobre Escultura Romana en Hispânia*, Ministerio de Cultura, SGT, pp. 213-227.
- GOITIA, Fernando Chueca (1982), “Abastecimiento Romano de Aguas a Toledo, Declaración de Monumento Histórico-Artístico”, in *Boletín de la Real Academia de La Historia*, N.17, C. 2, pp. 385-386.
- GRILO, Maria Ludovina B. (1994-1995), “O concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758”, in *A Cidade de Évora*, N. 71-76, Évora, CME, pp. 187-207.
- GRILO, Maria Ludovina B. (1988-1993), “O concelho de Évora nas Memórias Paroquiais de 1758 (Conclusão)”, in *A Cidade de Évora*, N. 1, II Série, Évora, CME, pp. 89-156.

- LAVAJO, Joaquim (1998), “As Humanidades em Évora”, in *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora*, CNPDP, Lisboa.
- LOURO, Henrique (1968-1969), “O Livro mais Antigo da Sé de Évora”, in *A cidade de Évora*, N.º 51-52, Évora, pp. 177-178.
- MACHADO, Diogo Barbosa (1741-1759), *Bibliotheca Lusitana historica, critica e cronologica*, Lisboa.
- MACHADO, Inácio Barbosa (1745), *Historia Iuridica Panegirica ou Discripção Thopographico Architectonica do Famoso, e Magnífico Aqueducto (...)*, Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Brasil).
- MACIEL, M. Justino (2006), *Vitrúvio - Tratado de Architectura*, Lisboa, IST Press.
- MANILS, Joan Carbonell (2000), *De Carmine Latino Epigraphico Lvsitano, a Resende Traditio*, Universitat Autònoma de Barcelona (ed. Digital).
- MARTÍNEZ, José María Álvarez, *et al.* (s.d.), *Arqueología de las presas romanas de España: los embalses de Emerita Augusta y de sus alrededores. Estado de la cuestión* (ed. digital).
- MARTÍNEZ, José Maria Básquez (1977), “La administración del agua em la Hispânia romana”, in *Segovia, Symposium de Arqueologia Romana*, Barcelona, pp. 147-161 (ed. digital).
- MARTÍNEZ, José Maria Básquez, *Religión y urbanismo en Emerita Augusta* (sd.), ed. digital do Gabinete de Antiguidades de la Real Academia de História, pp. 89-106.
- MARTÍNEZ, Santiago F. (2006), “Las presas y el agua potable en época romana: dudas y certezas”, *Nuevos Elementos de Ingeniería Romana, III Congreso de las Obras Públicas Romanas*, Astorga, pp. 145-166.
- MATOS, Manuel Cadafaz de (2000), *Algumas obras de André de Resende, Vol.1 (1531-155)*, Ed. Távola Redonda, Lisboa.
- MATURANA, José Ignacio Barrera (2008), “Grafitos medievales en Granada”, in *Revista Medieval*, N.º 22, pp. 30-39.
- MAYES, L.W. *et al.* (2007), “A brief history of urban water supply in antiquity”, in *Water Science & Technology: Water Supply*, Vol 7, N. 1, pp. 1-12 (ed. digital).
- MONTEIRO, Adriano Augusto da Silva (1880), *A Questão das Obras do Aqueducto Sertoriano d'Evora (...)*, Évora, Typographia Eborensis.

MONTEIRO, Maria Filomena e JORGE, Virgolino Ferreira (2007), “O sistema hidráulico quinhentista da cidade de Évora”, in *Monumentos*, N. 26, DGEMN, Lisboa, pp. 92-99.

MONTEIRO, Maria Filomena (1995), *O Aqueduto da Água da Prata em Évora. Bases para uma Proposta de Recuperação e Valorização*, Dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Universidade de Évora, 1995 (polic.).

MONIZ, Manuel Carvalho (1995), “Os subúrbios de Évora nos princípios do século XIX”, in *Revista de Guimarães*, N.º 105, pp. 219-250.

MOREIRA, Rafael de Faria Domingues (1991), *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal: A Encomenda Régia entre o Moderno e o Romano*, Lisboa: F.C.S.H. da Universidade Nova de Lisboa, Tese de Doutoramento (policop.).

HAUSCHILD, Theodor, SARANTOPOULOS, Panagiotis (1995-1997), “O Tanque de Água do Templo Romano de Évora”, in *O Arqueólogo Português* (Separata), Série IV, 13/15, Évora.

PEREIRA, Gabriel (1998), *Documentos Históricos da Cidade de Évora*, IN-CM, Lisboa, ed. *facsimilada*.

PEREIRA, Gabriel (1934), *Estudos Diversos*, Coimbra.

QUINTELA, António de Carvalho, et al.(2005), *O Aqueduto da Água da Prata e o Abastecimento de Água a Évora*, APRH/CME.

RAMALHO, A. Costa (1982-83), “Algumas figuras de Évora no Renascimento”, in *A Cidade de Évora*, N. 65-66, pp. 5-20.

REBELO, Luís de Sousa (1992), *Dicionário de História de Portugal* (dir. Joel Serrão), Vol. V, Livraria Figueirinhas, Porto.

RESENDE, André de (1996), *As Antiguidades da Lusitânia* (introdução, direcção e comentários de R. M. Rosado Fernandes), Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

RESENDE, André de (1553), *Historia da Antiguidade da Cidade de Évora*, Évora, BPE (ed. digital: Biblioteca Digital do Alentejo).

RESENDE, Garcia de (1991), *Crónica de D. João II*, Lisboa, INCM.

SARANTOPOULOS, Panagiotis (1994), “Os Banhos Públicos da *Liberalitas Iulia Ebora*. Algumas notas sobre o seu estudo”, in *1º Congresso de Arqueologia Peninsular, Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Vol. 34 (3-4), Porto, pp. 273-278.

SCHOTTUS, Andreas (1603), *Hispaniae Illustratae seu Rerum Urbiumq. Hispaniae, Lusitaniae, Athiopiae et Indiae Scriptores Varii* (4 Tomos), Frankfurt (B.P.E., Cota: Est. 58 Cx. 9).

SERLIO, Sebastiano (1560), *Extraordinario libro di Architettura di Sebastiano Serlio, architetto del re christianissimo Venecia* (Ed. digital: Fondos Digitales da Universidade de Sevilla).

SILVA, António Carlos (1994-95), “A Restauração do templo Romano de Évora”, in *A Cidade de Évora*, N.1, 2ª Série, CME, pp. 63-71.

SILVA, José Custódio Vieira da (1989), *O Tardo-Gótico em Portugal, a arquitectura no Alentejo*, Livros Horizonte, Lisboa.

SILVA, José Justino de Andrade (1854), *Collecção Chronologica da Legislação Portuguesa, 1613-1619*, Lisboa (ed. digital)

SOMORROSTRO, Andres Gomez de (1820), *El Acueducto y Otras Antigüedades de Segovia*, Madrid, Imprenta de D. Miguel de Burgos (edição fac-similada de 2001, Valladolid, Editorial Maxtor).

SOUSA, Ivo Carneiro de (1998), “Duas vidas e um pequeno livro que André de Resende ofereceu à sua cidade de Évora”, in *Do Mundo Antigo aos Novos Mundos, Humanismo, Classicismo e Notícias dos Descobrimentos em Évora (1516-1624)*, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa.

TORRÃO, João Manuel Nunes (2000), “Os prólogos de João de Barros: defesa de conceitos com tributo à antiguidade” in *Ágora. Estudos Clássicos em Debate*, N.2, pp. 137-154 (ed. digital).

VASCONCELHOS, Leite de (1898), “Évora e arredores”, in *O Arqueólogo Português*, N. IV, pp. 123-124.

VILELA, José Stichini (1982), *Francisco de Holanda – Vida, pensamento e Obra*, Biblioteca Breve, Vol. 62, 1ª Edição, ICLP, Lisboa.

VITORINO, Júlio César (2004), “Sobre a História do Texto de Vitruvius”, in *Cadernos de Arquitectura e Urbanismo*, Belo Horizonte, Vol. 11, N.12 (ed. digital).

VITERBO, Sousa (1988), *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses* (3 Vols.), Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda.

DOCUMENTAÇÃO NÃO IMPRESSA

A.D.E., *Livro dos Originais da Câmara*, 6.º Vol., fol. 258.

A.D.E., *Tombo das Demarcações de Évora*, L. 134, fols. CCXXVIII e sg.

A.C.S.E., *Tombo das Herdades e Capelas do cabido*, Códice do cabido da Sé, CEC-3-II.

CABRITA, Castro, 1928-29, *Estudo do Abastecimento de água à cidade de Évora*, C.M.E.

CASTILHO, António de, 1589, *Vida del Rei Dom Joam III de Portugal tirada da chronica do seu tempo* (...), B.P.E., Cod. CIII/2-22.

COSTA, José Cecílio da, *Obras de Conservação do Aqueducto Sertoriano (Troço Metrogos-Pomar do Espinheiro)*, Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, Proj. N.º 250, Proc. N.º 18/10 (policop.).

MACHADO, Inácio Barbosa (1745), *Historia Iuridica Panegirica ou Discripção Thopographico Architectonica do Famoso, e Magnifico Aqueducto...*, (Manuscrito), Fundação Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro, Brasil).

FIALHO, Manuel, *Évora Ilustrada*, B.P.E., Cod. CXXX/1-9, Tomo II; Cod. CXXX/1-111, Tomo IV.

Regimento das Fontes Aqueducto, e fabrica da Agoa da Prata da Cidade d' Évora (...), 1606, C.M.E.

CARTOGRAFIA

Aqueducto da Agua da Prata (planta), B.P.E., Arm.15-16, Est. 2 Hem. II-53.

Perfil longitudinal do terreno em toda a extensão do Aqueducto da Agua da Prata, Direcção das Obras Públicas do Distrito de Évora, B.P.E., Arm. 15-16, Est.2 Hem. II-52.

Planta chorographica da zona atravessada pelo Aqueducto Sertoriano d'Evora, e o estado das Obras em execução, Direcção das Obras Públicas do Distrito de Évora, A.D.E. Livro N.º 851, fol. 66, 1896, S 9, Est. 4, cx. 2.

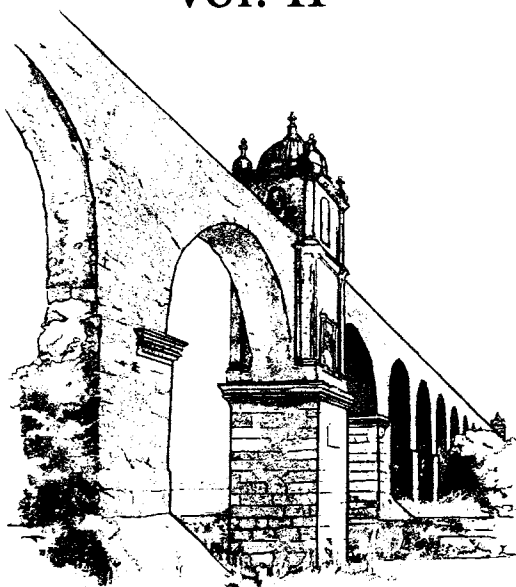
FRANCISCO BILOU

A (RE)FUNDAÇÃO DO AQUEDUTO DA ÁGUA DA PRATA, EM ÉVORA

1533-37

NOVOS DADOS ARQUEOLÓGICOS

Vol. II



Tese de Dissertação de Mestrado em Arqueologia & Ambiente
Departamento de História - Universidade de Évora

co-orientadores:

Prof. Doutor Vasco Gil Mantas
Prof. Doutor Jorge de Oliveira

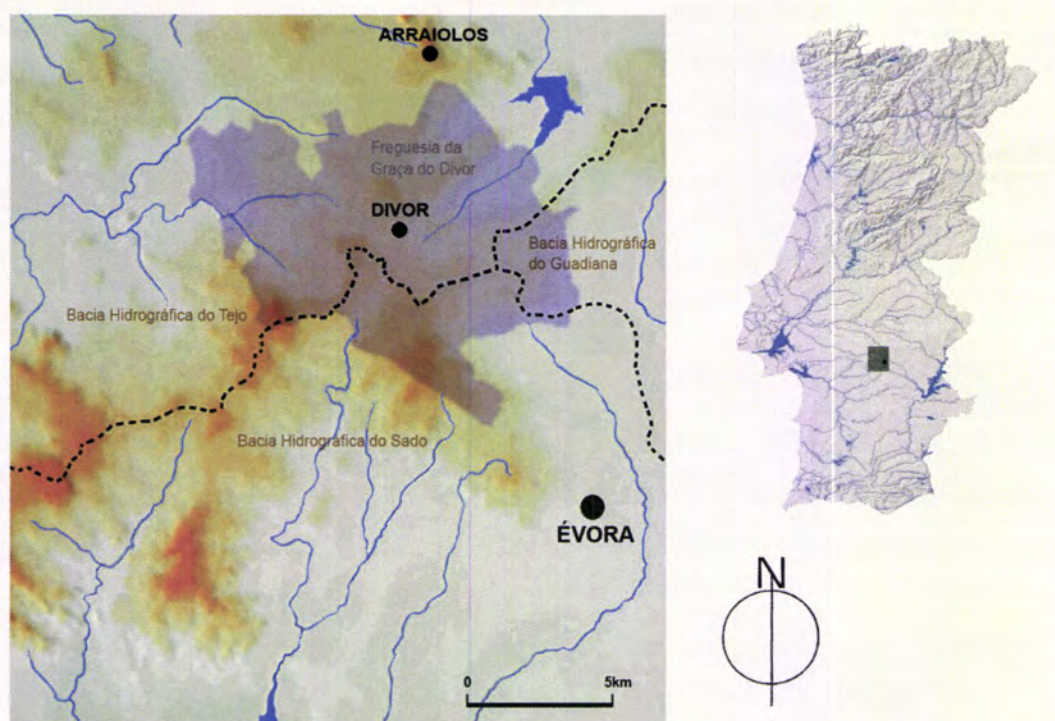


Fig. 1 Confluência das três principais bacias hidrográficas do Alentejo Central: Tejo, Sado e Guadiana.

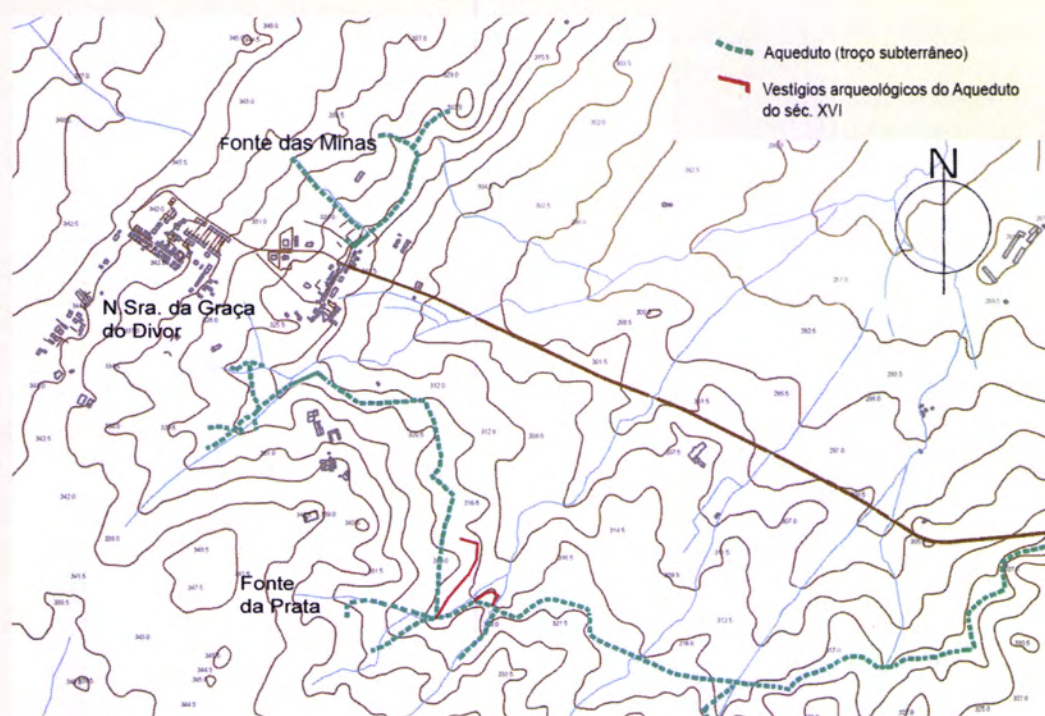


Fig. 2 Localização altimétrica das fontes da Prata e das Minas



Fig. 3 "Cabeço dos Mouros", Graça do Divor (Foto: F. Bilou)



Fig. 4 Fachada de Nossa Senhora da Graça do Divor (Foto: F. Bilou)



Fig. 5 Igreja de Nossa Senhora da Graça do Divor (Foto: F. Bilou)

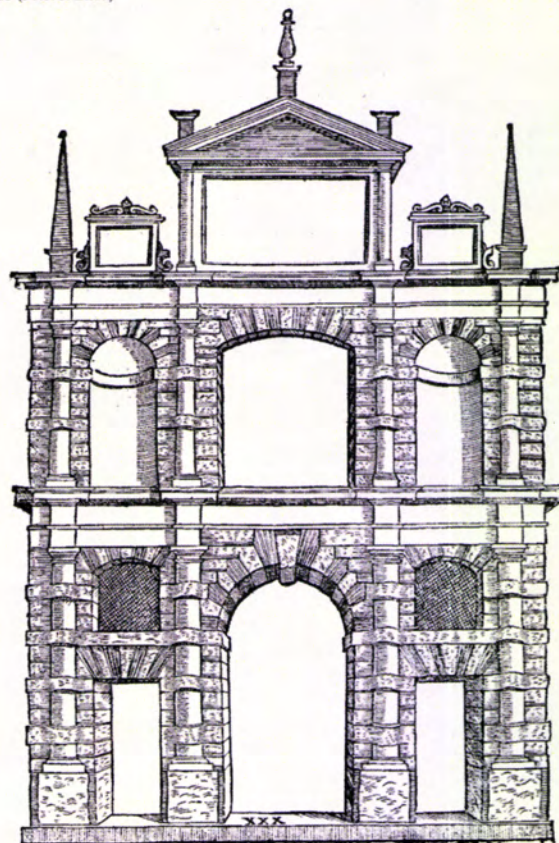


Fig. 6 Gravura de pórtico. Sebastiano Serlio,
Extraordinario libro di Architettura (...),
1560, G Arte R.06.T.02, FDUS.



Fig. 7 Aspecto geral do *laconicum* das termas romanas (Fonte: CME)



Fig. 8 Aspecto geral das escavações arqueológicas junto do templo romano (Fonte: CME)



Fig.9 Pormenor de tubo de chumbo (*fistula plumbea*) com a marca LIB IVL

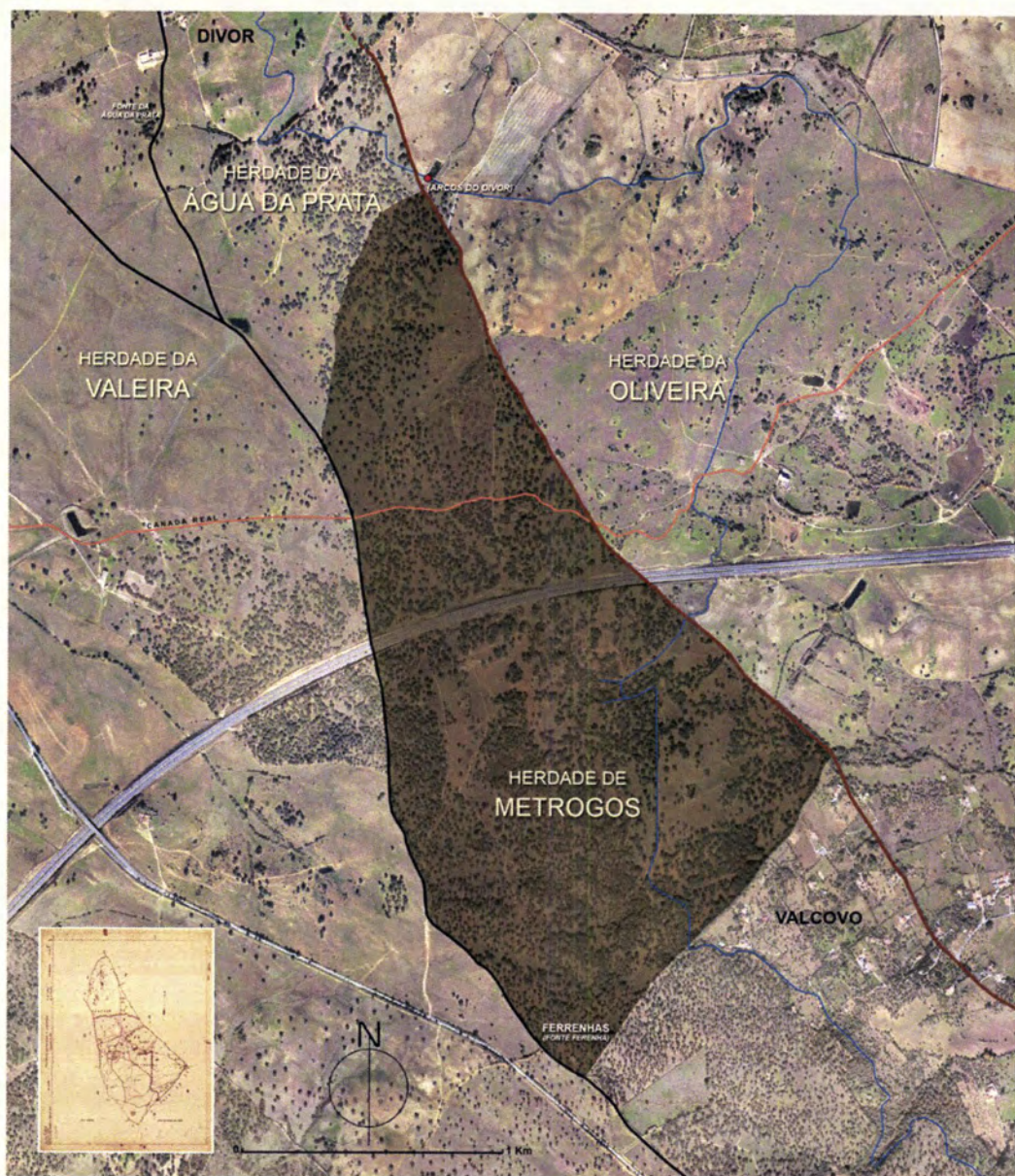


Fig. 10 Limite cadastral da herdade de Metrogos e localização dos "Arcos do Divor" (Fonte: IGP)

- Percurso do Aqueduto da Água da Prata
- Caminho medieval dos "Arcos do Divor"
- Outros caminhos medievais
- Canada real



Fig. 11 Vista aérea do local onde provavelmente se situariam os "Arcos do Divor", sob o actual traçado do Aqueduto (Foto: F. Bilou)

1. Caminho dos Arcos do Divor
2. Localização dos Arcos do Divor
3. Linha de água



Fig. 12 Lápides comemorativas da fundação do Aqueduto da Água da Prata. Depósito temporário do Museu de Évora no Mosteiro da Cartuxa (Foto: F. Bilou)

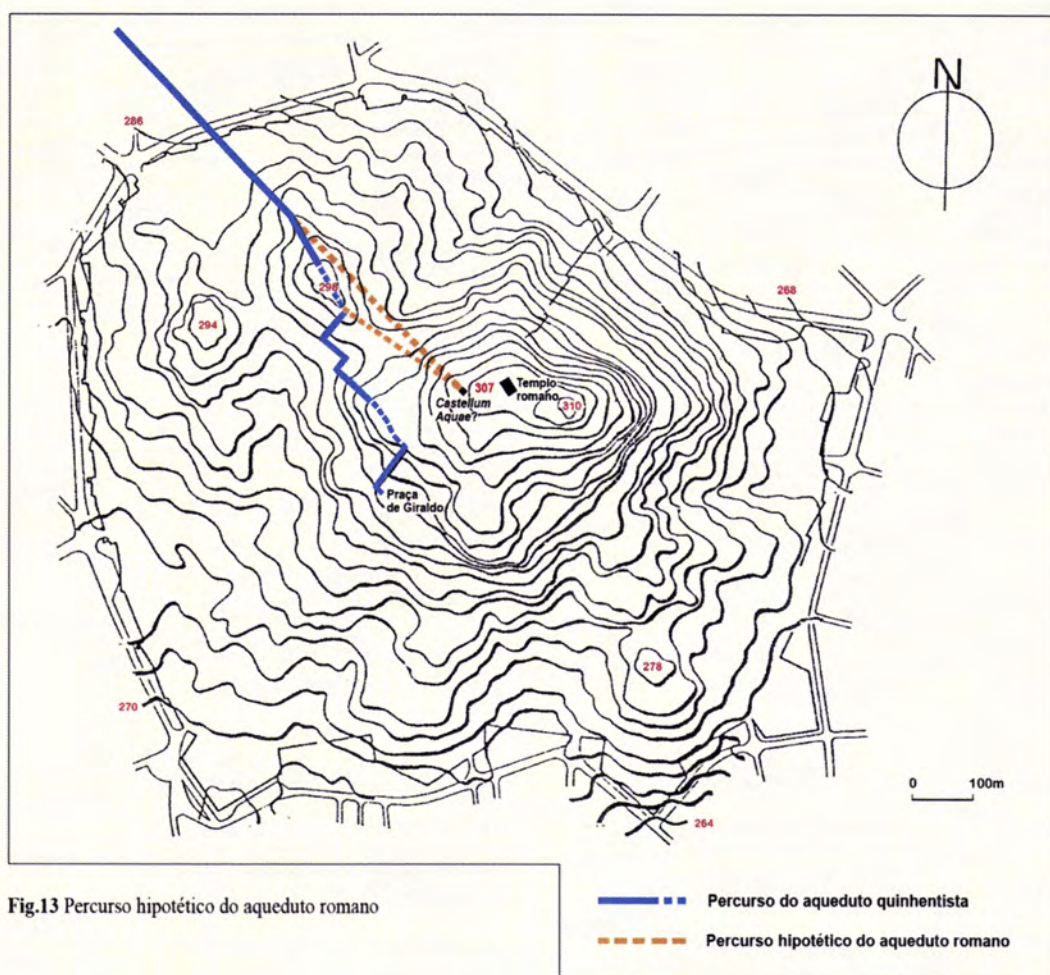


Fig. 14 Vista aérea sobre o Aqueduto, troço S. Bento de Cástris -Torralva (Foto: F. Bilou)

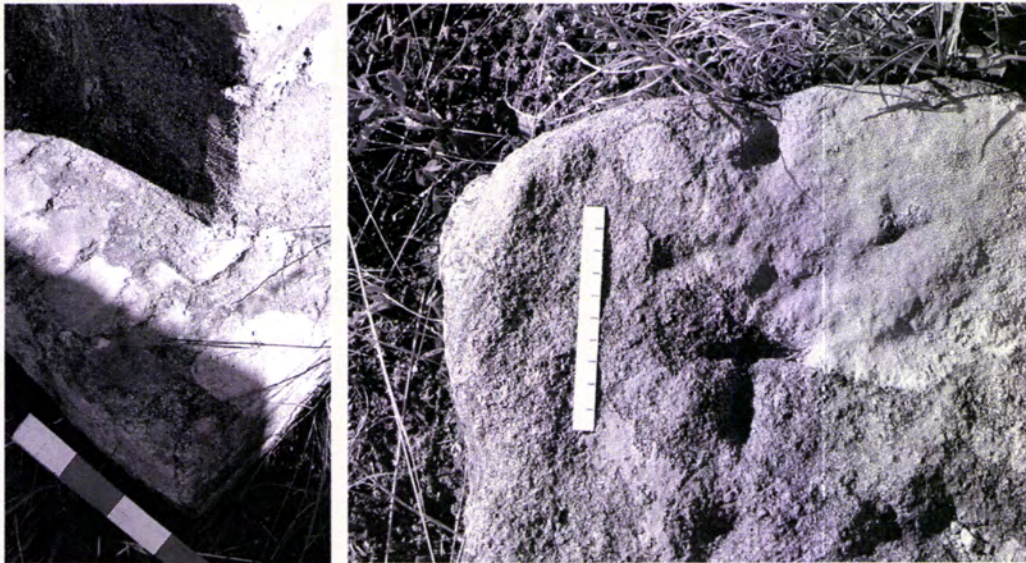


Fig. 15 Marcas de acerto gravadas em bases de pilares do Aqueduto

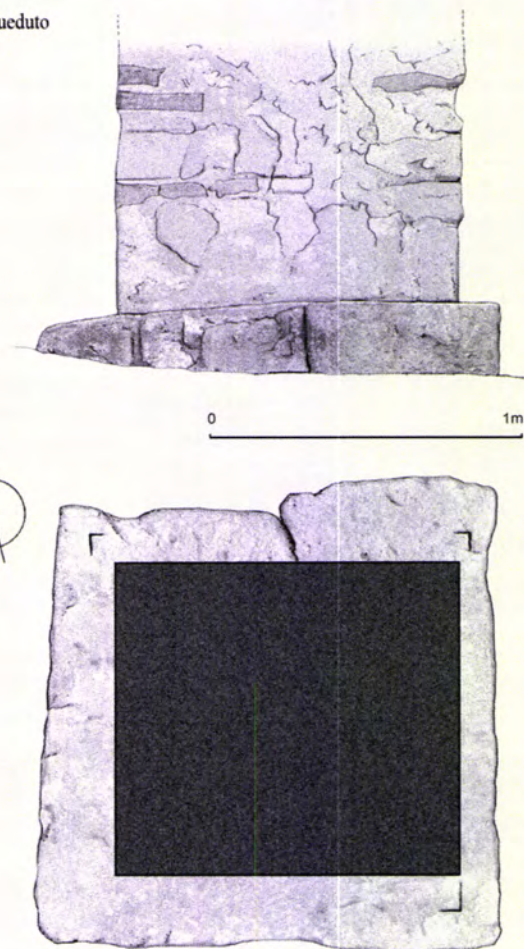


Fig. 16 Alçado e planta de uma base e respectivo pilar



Fig. 17 Marca de acerto em bloco de pedra reaproveitado



Fig. 18 Base de pilar com vestígios de *opus quadratum*



Fig. 19 Silhar almofadado num pilar do Aqueduto



Fig.20 Silhares almofadados reutilizados no *podium* do templo romano de Évora



Fig. 21 Vista aérea do Aqueduto na zona da caixa de água da Cartuxa. Pormenor dos "pegões" com recurso a contraste cromático (Foto: F. Bilou).



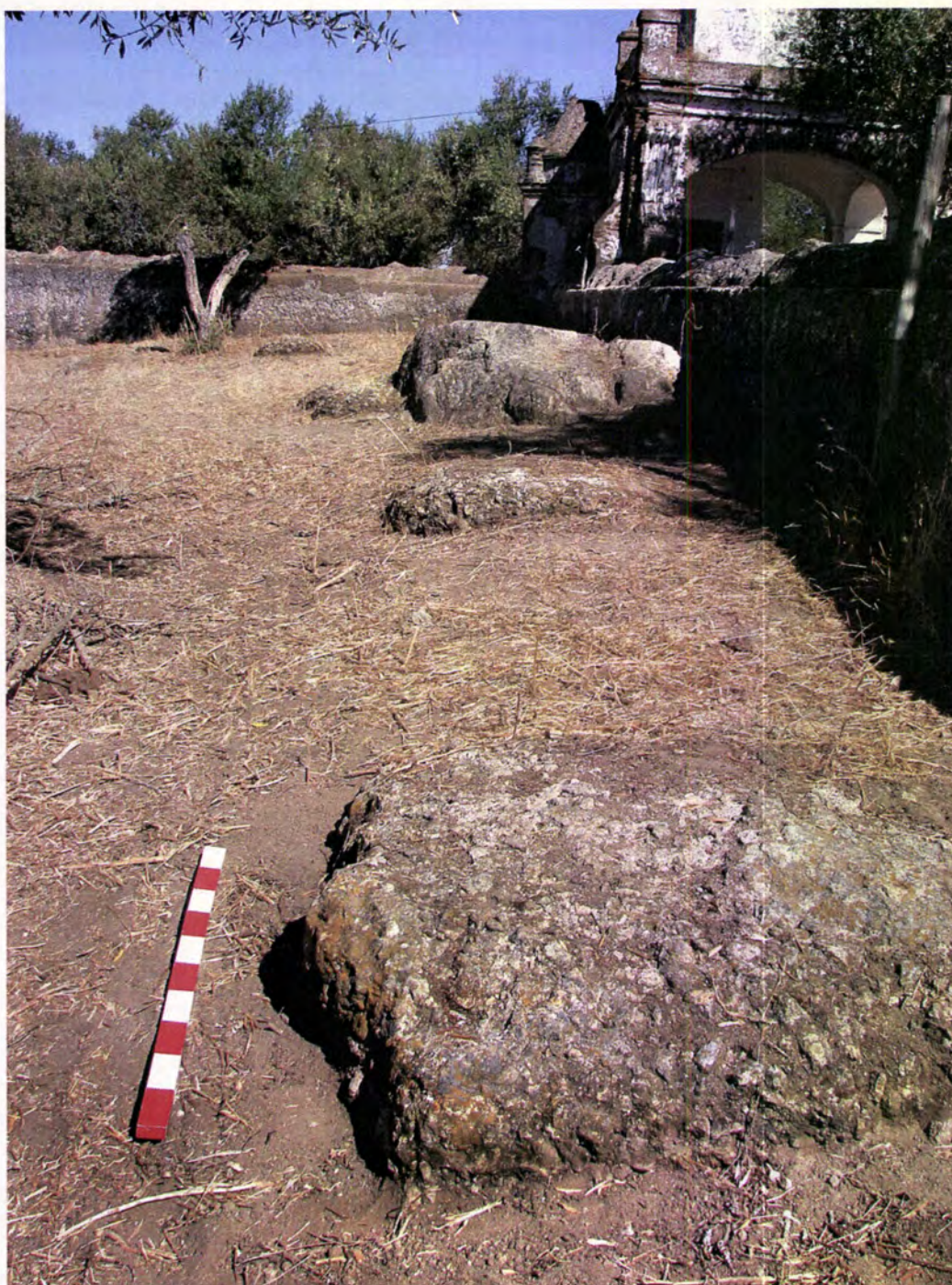


Fig. 22 “Pegões” em *opus caementicium*.



Fig. 23 Vista aérea da caixa de água da Cartuxa (Foto: F. Bilou)

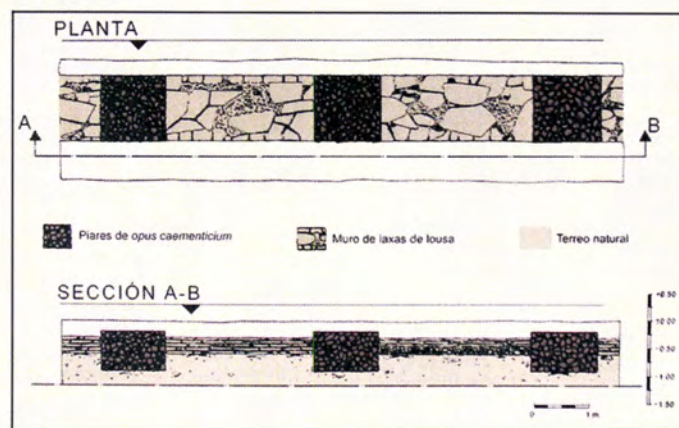


Fig. 24 Planta, alçado e reconstituição hipotética do aqueduto de *Lucus Augusti*
Fonte: Rubén Álvarez Asorey



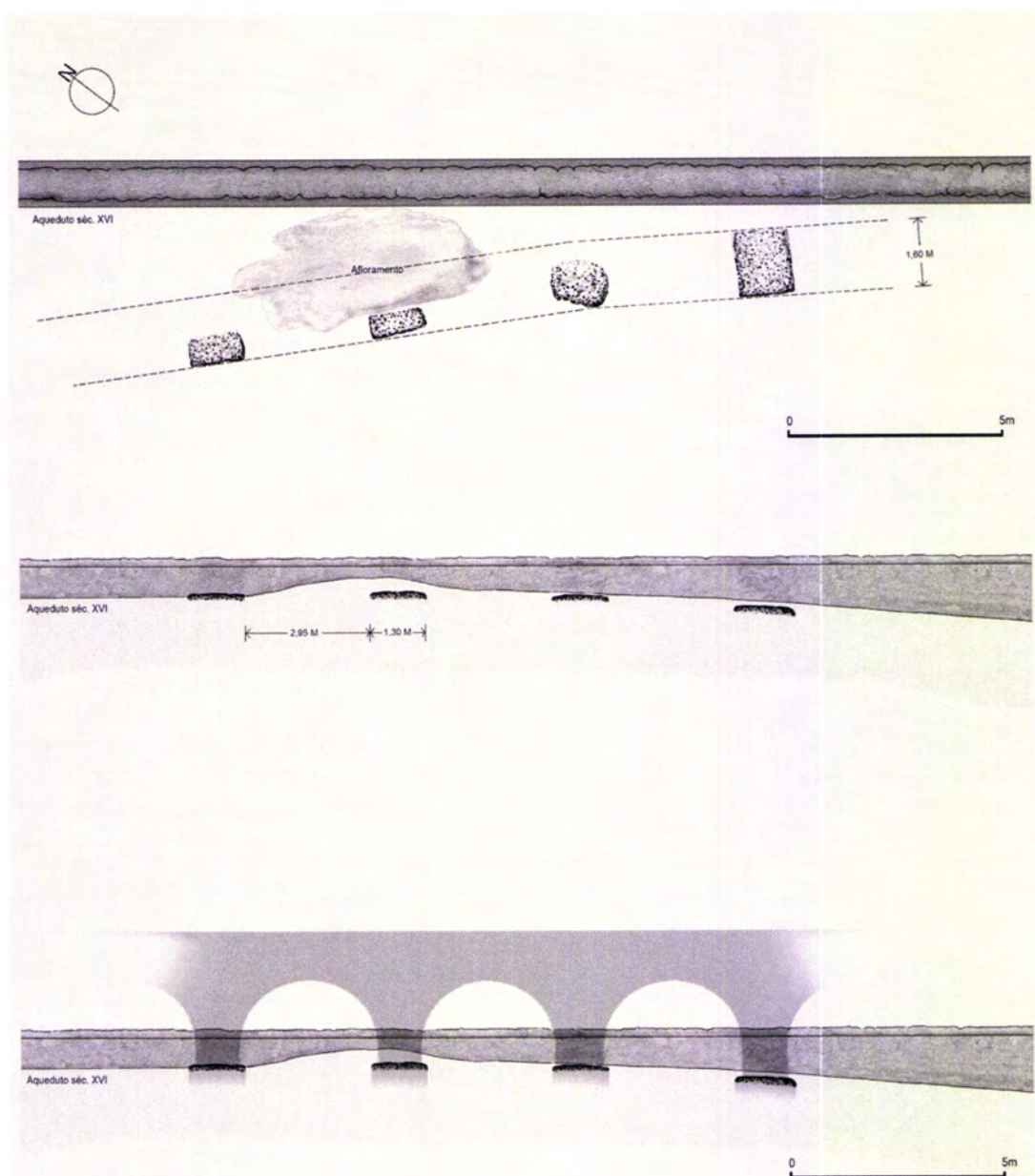


Fig. 25 Convento da Cartuxa. Planta e alçado dos "pegões" romanos.
Reconstituição hipotética da arcada do aqueduto romano segundo a projecção das bases

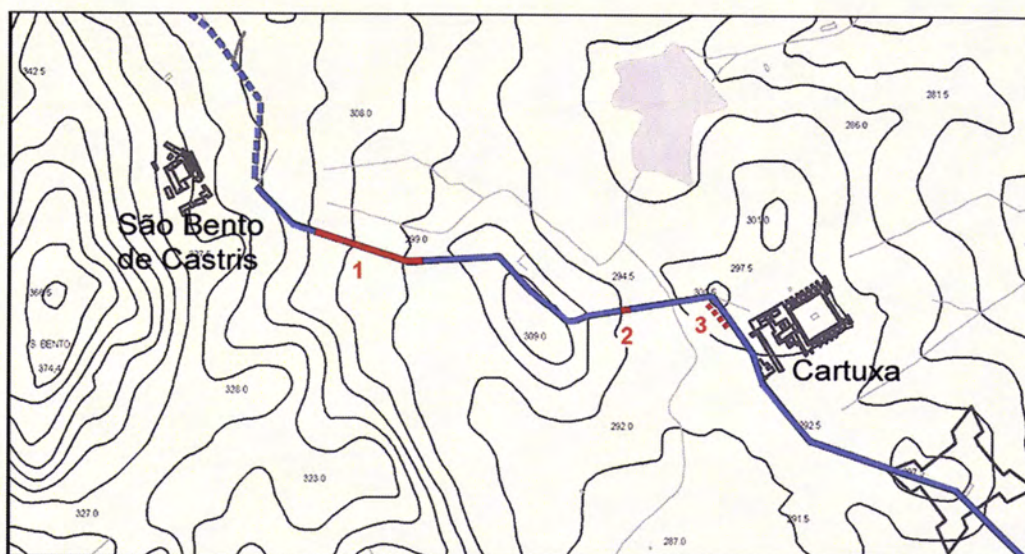


Fig. 26 Localização dos principais vestígios romanos ao longo do percurso de arcaria do Aqueduto, entre S. Bento de Cástris e o Convento da Cartuxa

- 1 bases com marcas de acerto
- 2 silhar almofadado
- 3 pegões do aqueduto romano



Fig. 27 Arcaria monumental do Aqueduto à passagem da estrada de Arraiolos



Fig. 28 Vista geral de Évora segundo iluminura anónima que antecede o foral manuelino de 1501.



Fig. 29 Caixa de água do séc. XVI da herdade de Metrogos e pormenor de inscrições no seu interior



Fig.30 Quinta da Silveira. Vestígios da estrutura lagareira



Fig. 31 Quinta da Silveira. Portal gótico

- Aqueduto da Água da Prata
- - - Cano de Jorge da Silveira (séc. XVI)
traçado hipotético
- Caminho medieval dos Arcos do Divo
- - - Caminho de acesso
- Limite actual da propriedade

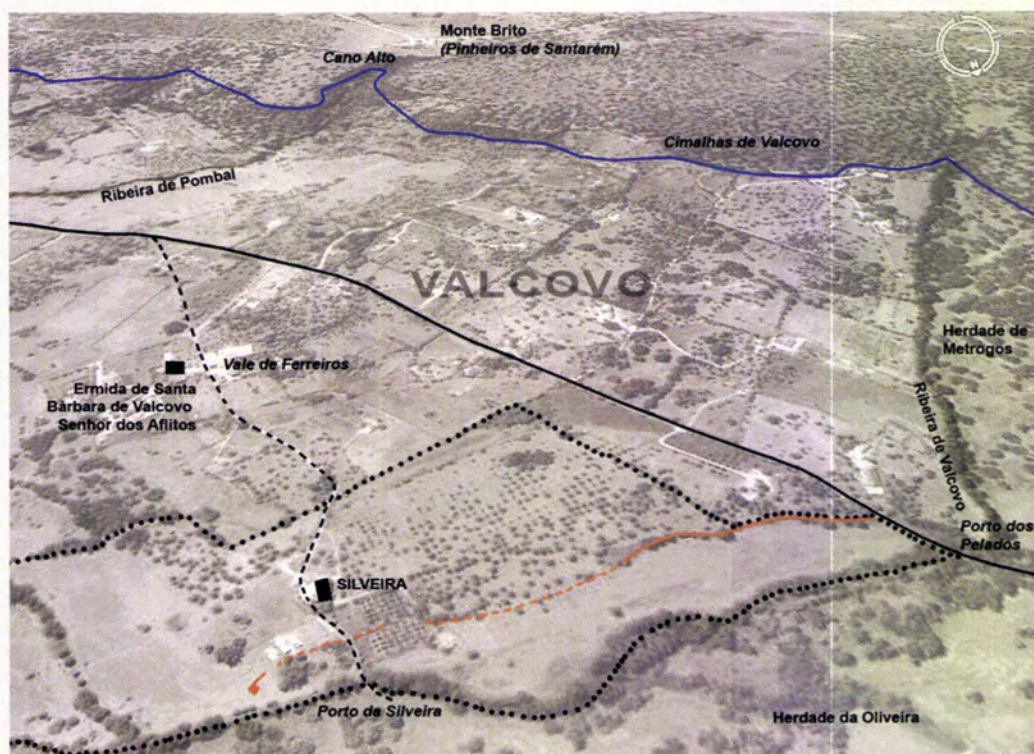


Fig. 32 Enquadramento geográfico da Quinta da Silveira



Fig. 33 Quinta da Silveira. Peso de lagar



Fig. 34 Quinta da Silveira. Cano e tanque do séc. XVI (?)



Fig. 35 Aspecto do "Cano de Jorge da Silveira" após desmatação e limpeza

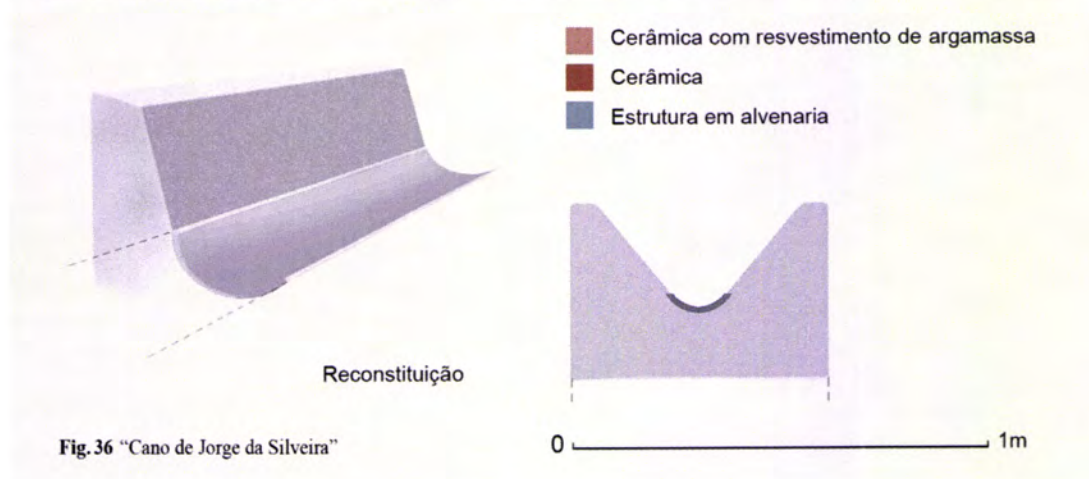
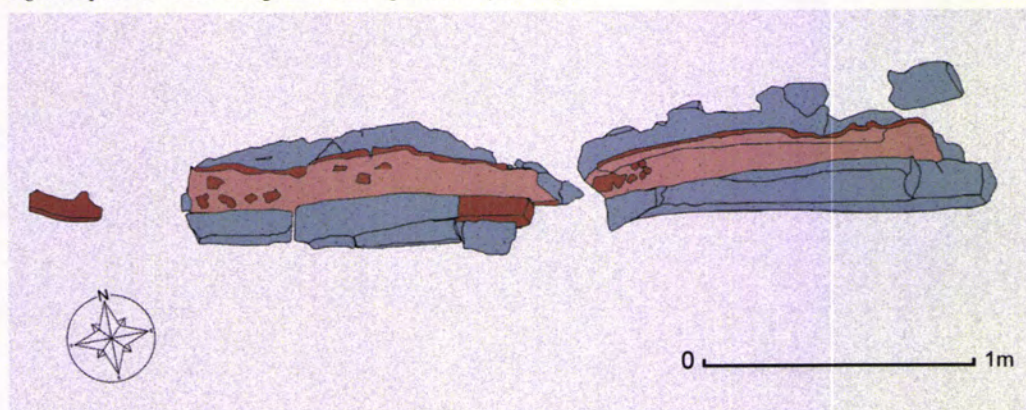


Fig. 36 "Cano de Jorge da Silveira"

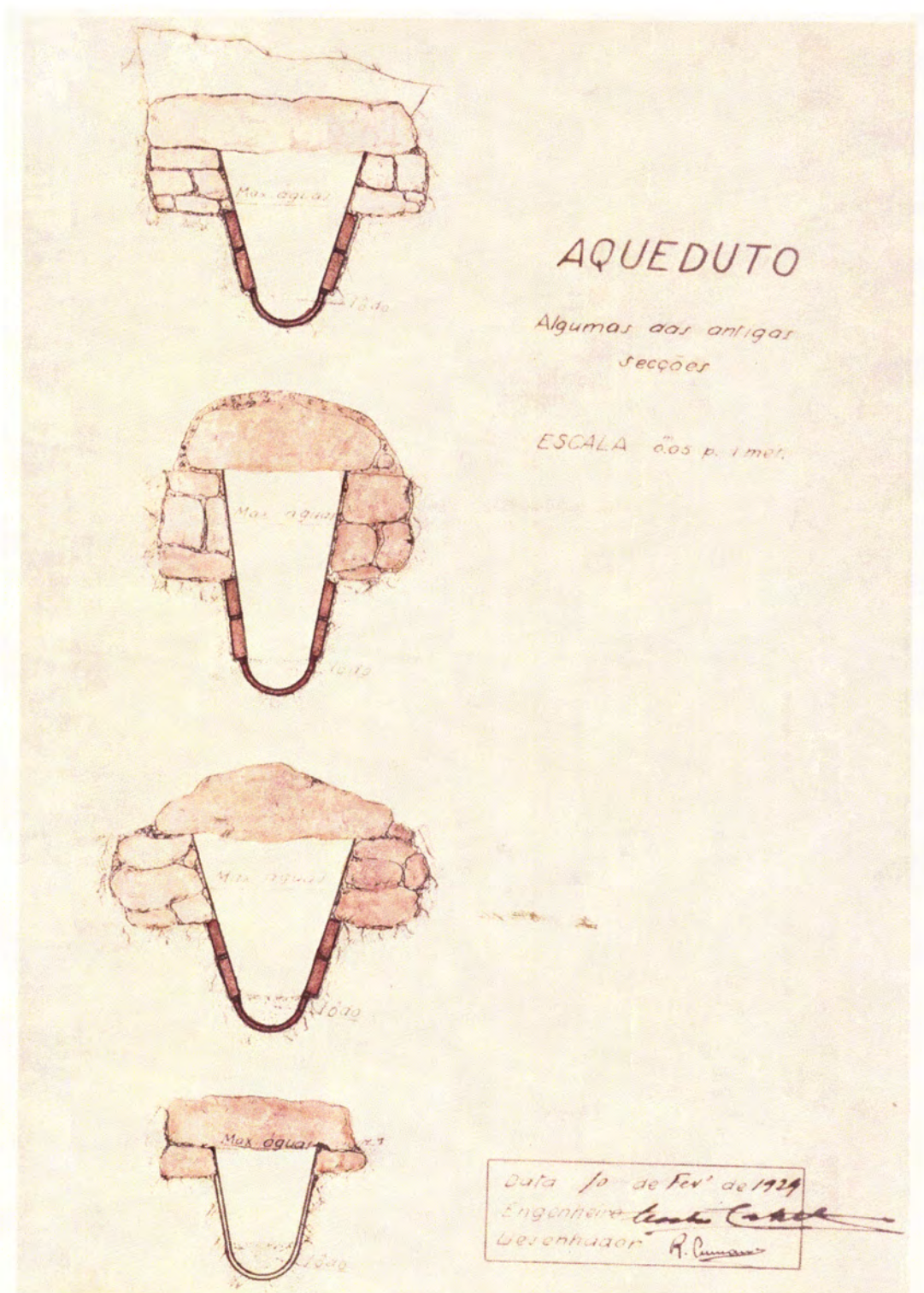


Fig.37 Secções do Aqueduto do séc. XVI, segundo Castro Cabrita (1928-29) (CME)



Fig.38 Vestígios arqueológicos do Aqueduto do séc. XVI, monte do Outeiro

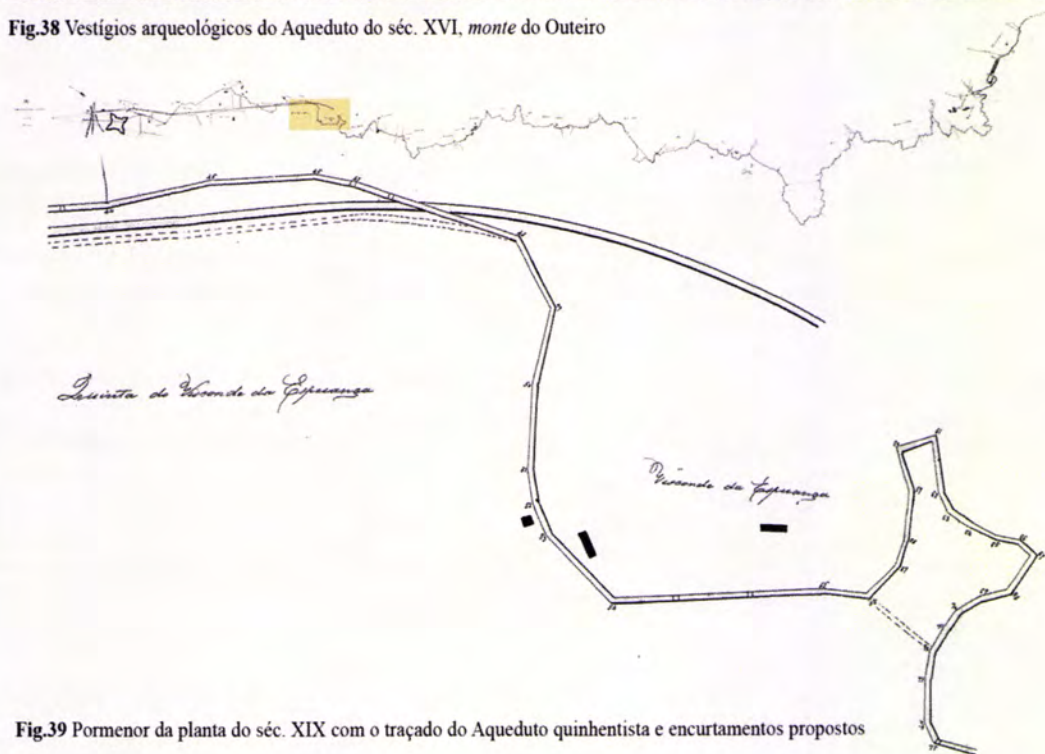


Fig.39 Pormenor da planta do séc. XIX com o traçado do Aqueduto quinhentista e encurtamentos propostos

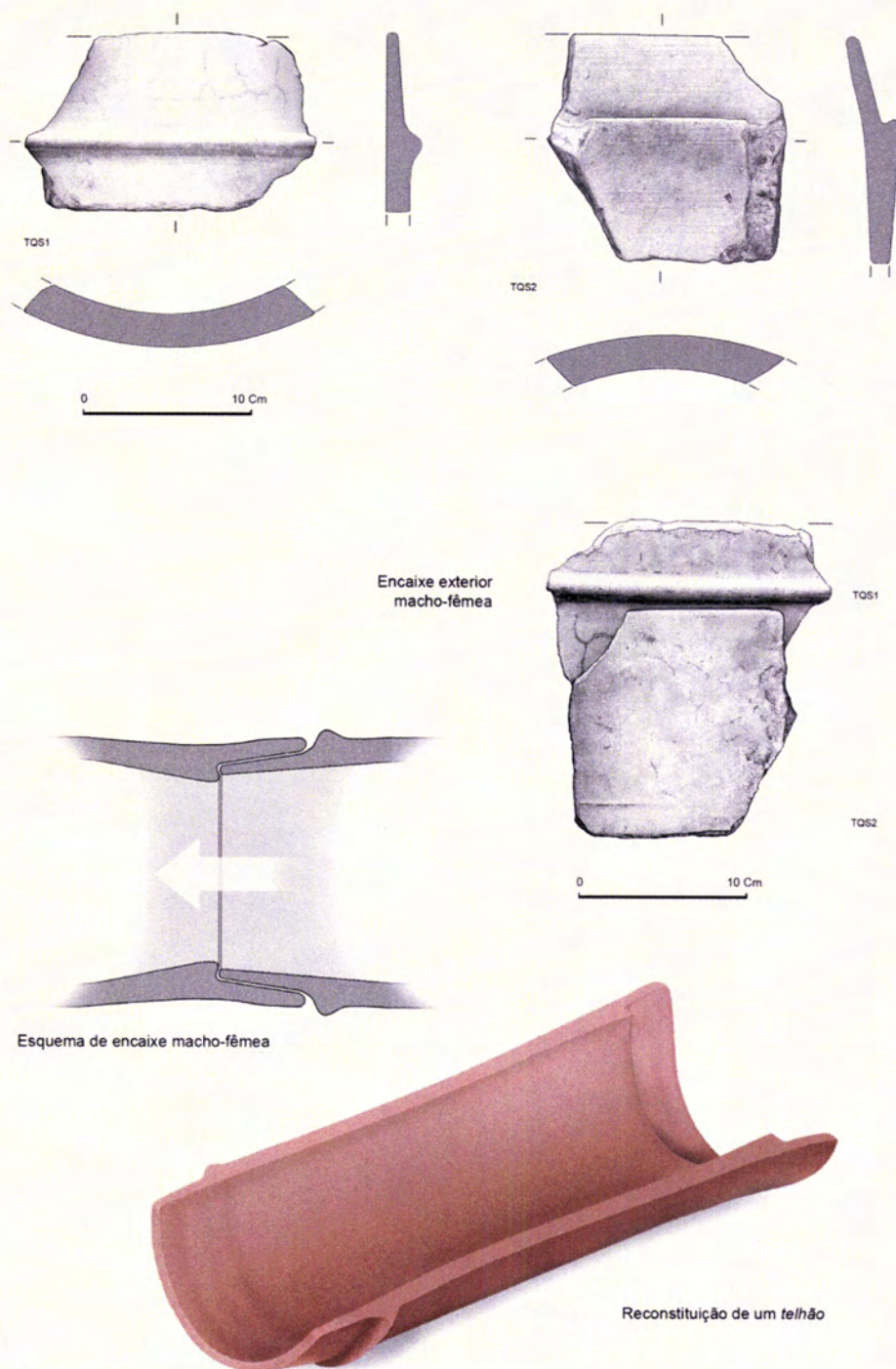


Fig.40 Fragmentos de *telhões* da Quinta do Serrado



Fig. 41 Caixa de ventilação do Aqueduto do séc. XVI. Herdade de Ximenes (Graça do Divor).



Fig. 42 Caixa de visita e decantação do Aqueduto do séc. XVI. Quinta do Serrado (Valcovo).

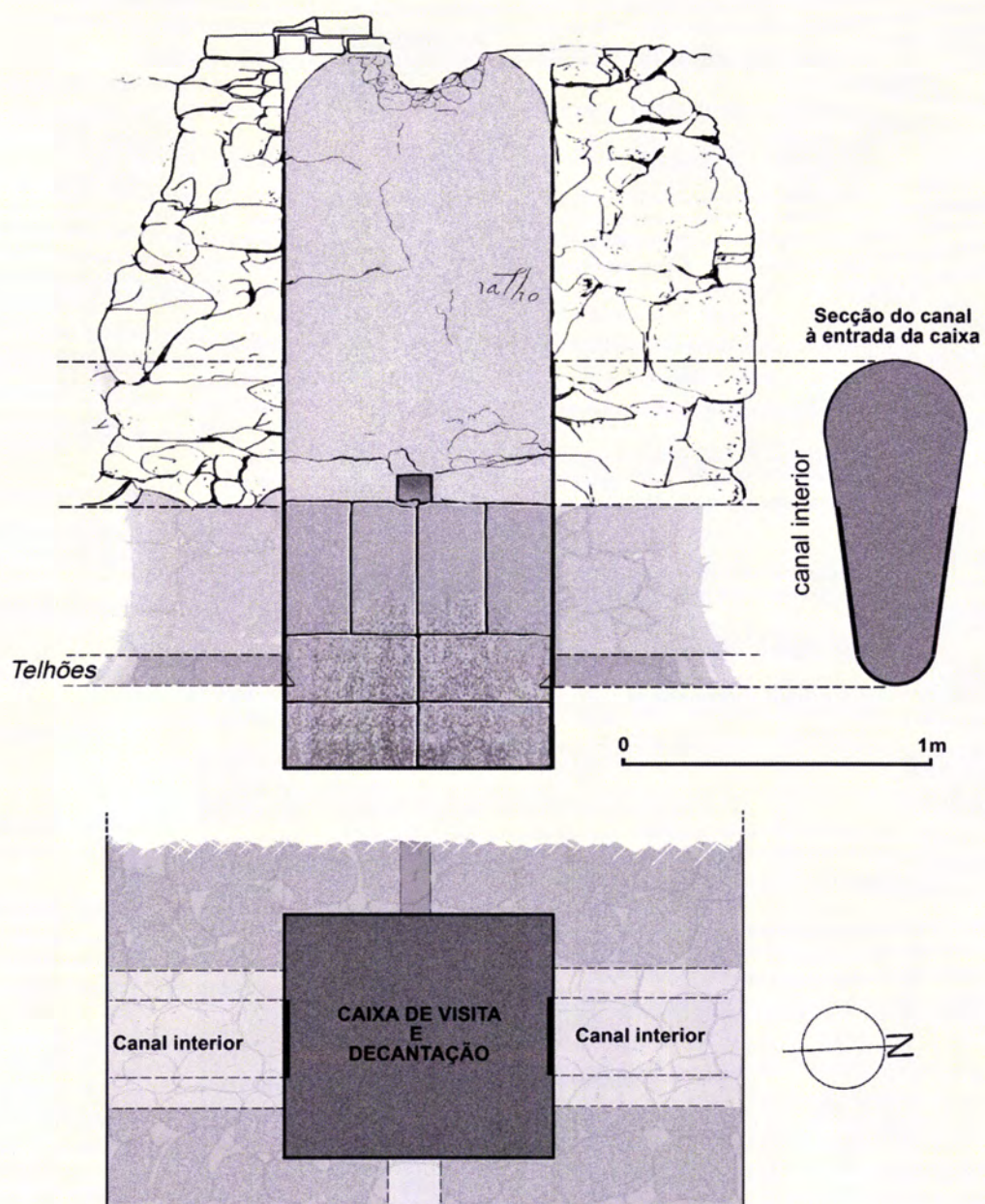


Fig.43 Alçado e planta da caixa de visita e decantação de Metrogos. Estrutura original do séc. XVI.

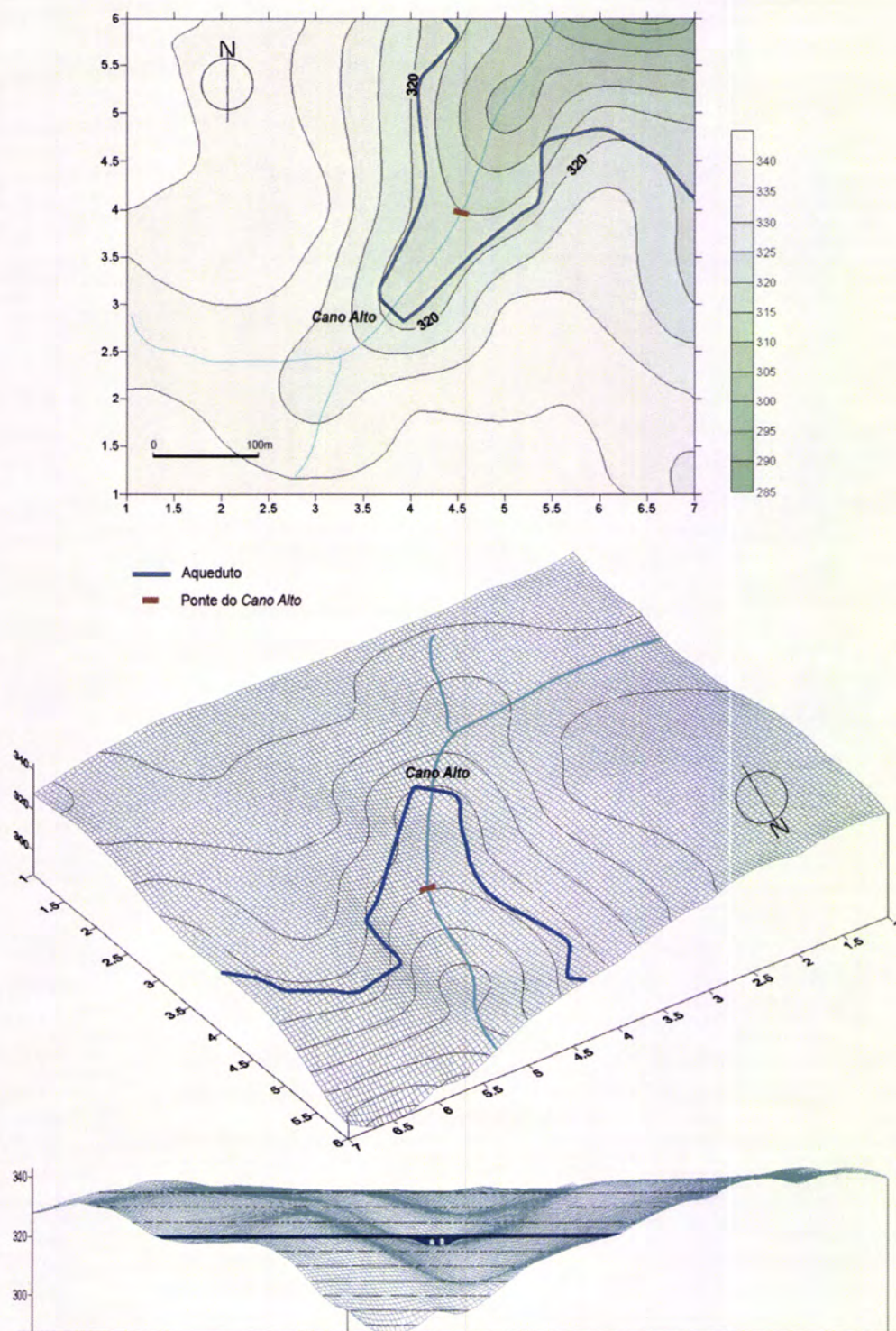


Fig. 44 Modelação topográfica da zona do Cano Alto e respectivo traçado do Aqueduto



Fig.45 *Cano Alto* (Foto. F. Bilou)



Fig. 46 Ponte quinhentista ao “Cano Alto”

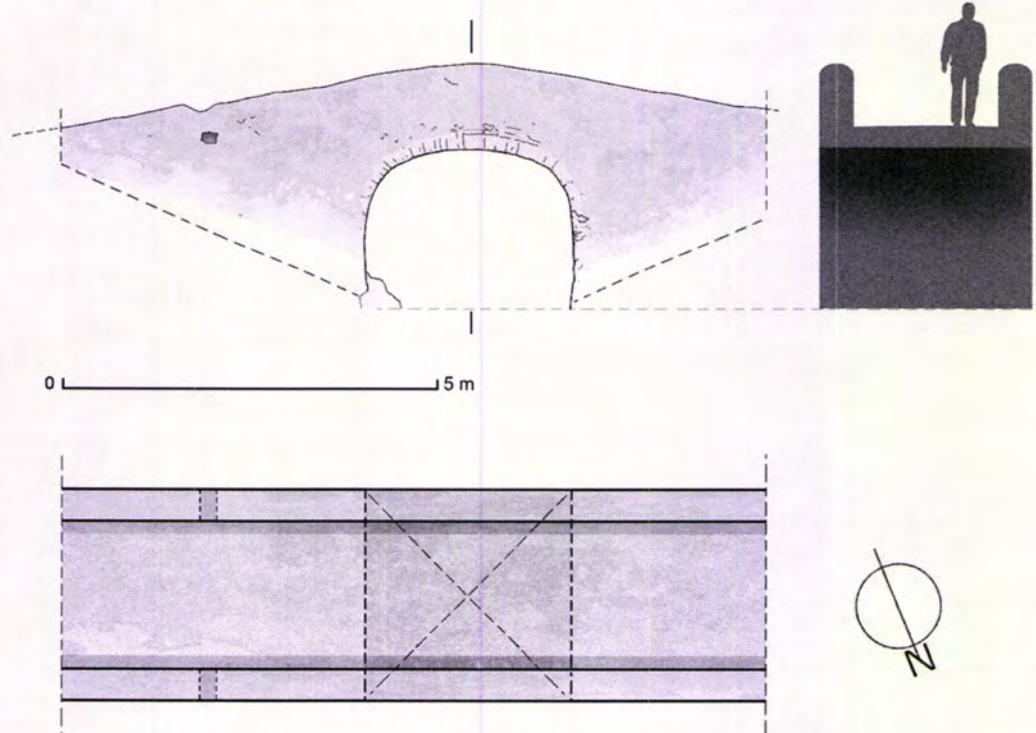


Fig. 47 Alçado e planta da ponte ao “Cano Alto”

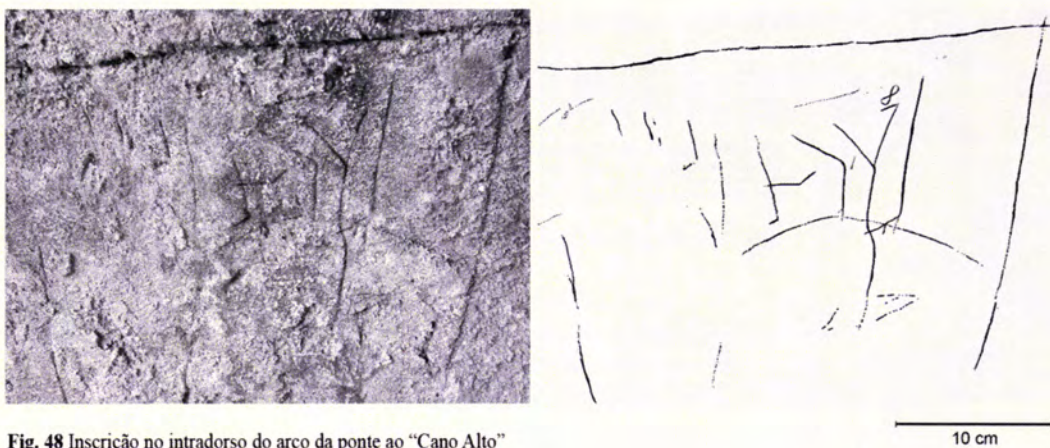


Fig. 48 Inscrição no intradorso do arco da ponte ao “Cano Alto”



Fig. 49 Antiga quinta do Arcediago



Fig. 50 Fonte de André de Resende (Arcediogo) e respectiva localização

FLECTE GEN V • EN • NVMPER QVOD VIS VI
 CTA TYRANNI A I QVI • ATQVE HEREBI
 CONC IMPERIVM
 HOCTVS PIVSFRONTES SEV PECTORA SIC NES
 NEI EMVRVM INSIDIAS • CP QVE VANATIME

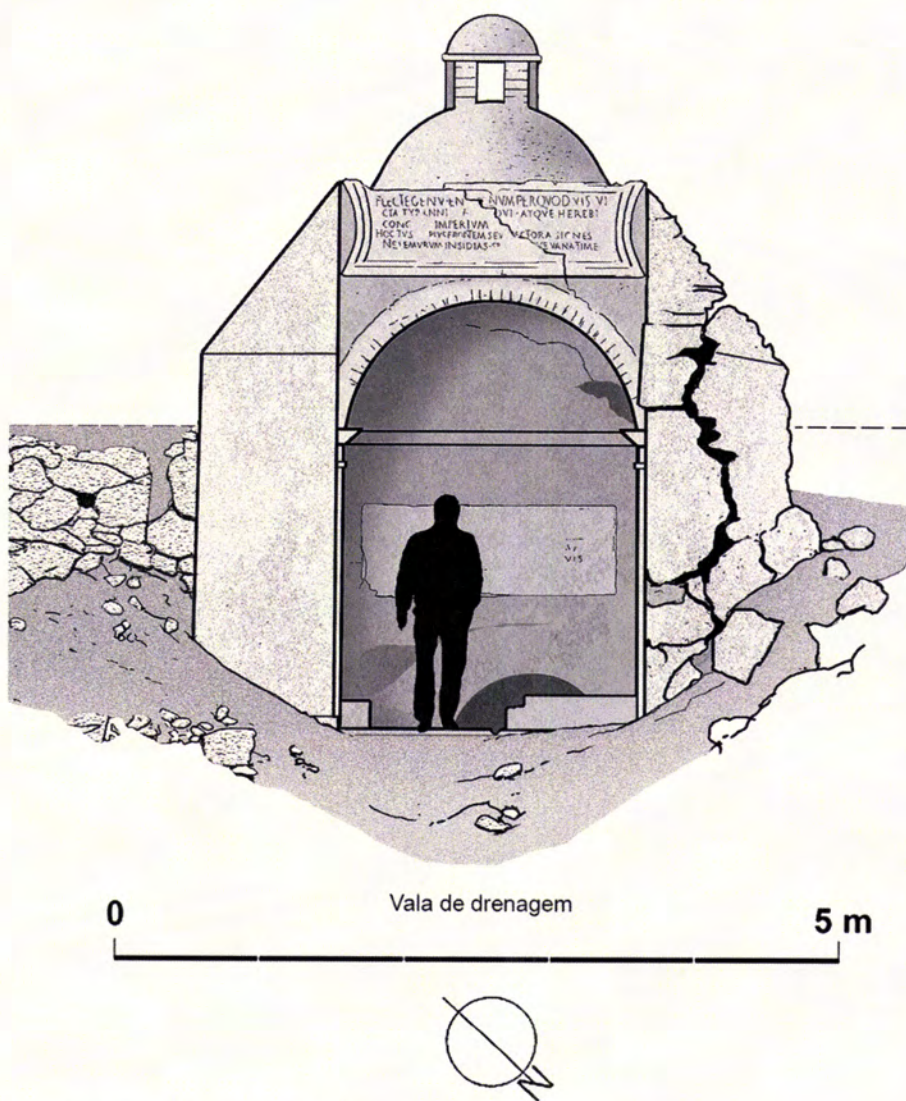


Fig. 51 Pormenor da inscrição e alçado principal

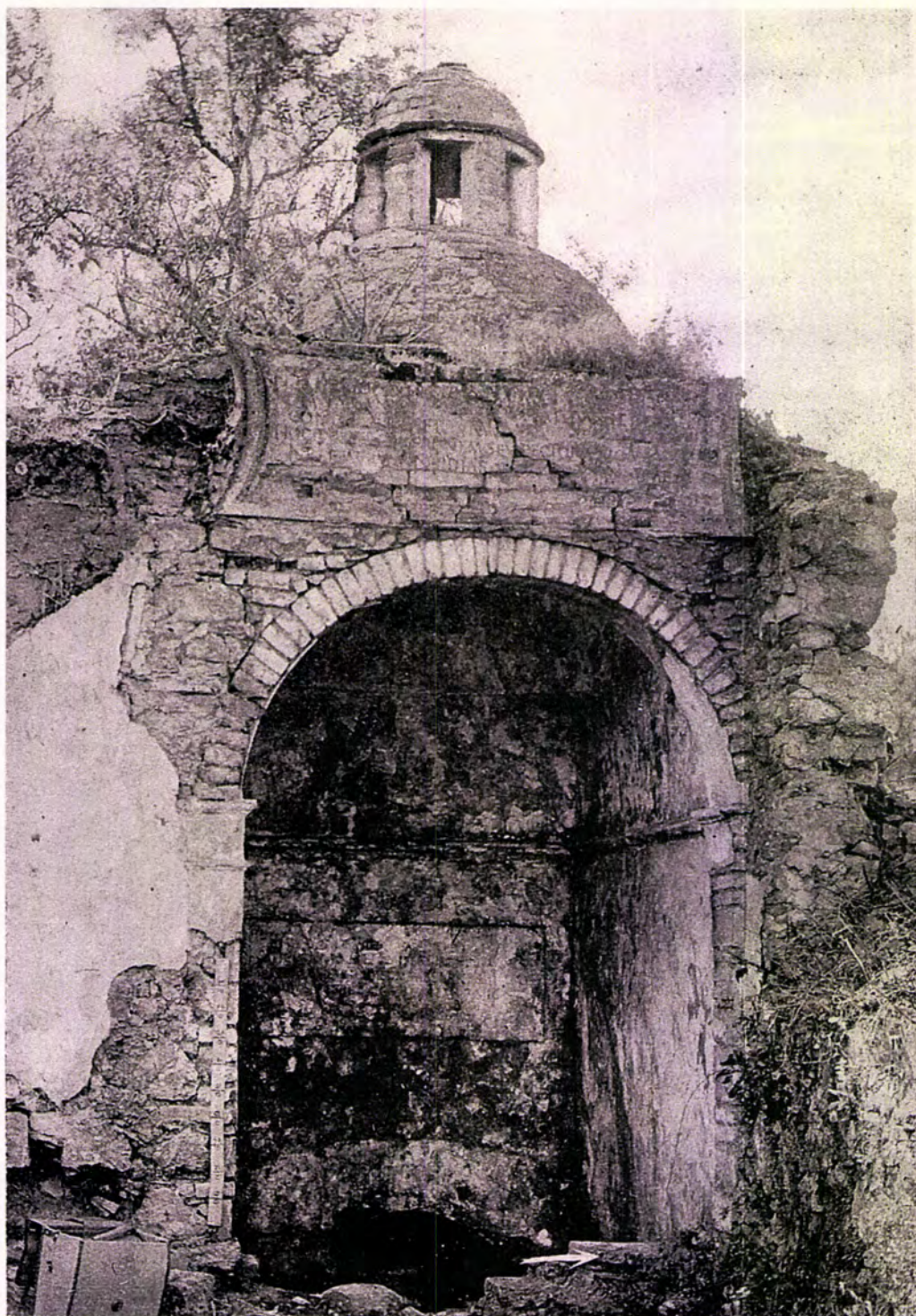


Fig. 52 Foto antiga



Fig. 53 Troço do Aqueduto entre S. Bento de Cástris e a Torralva

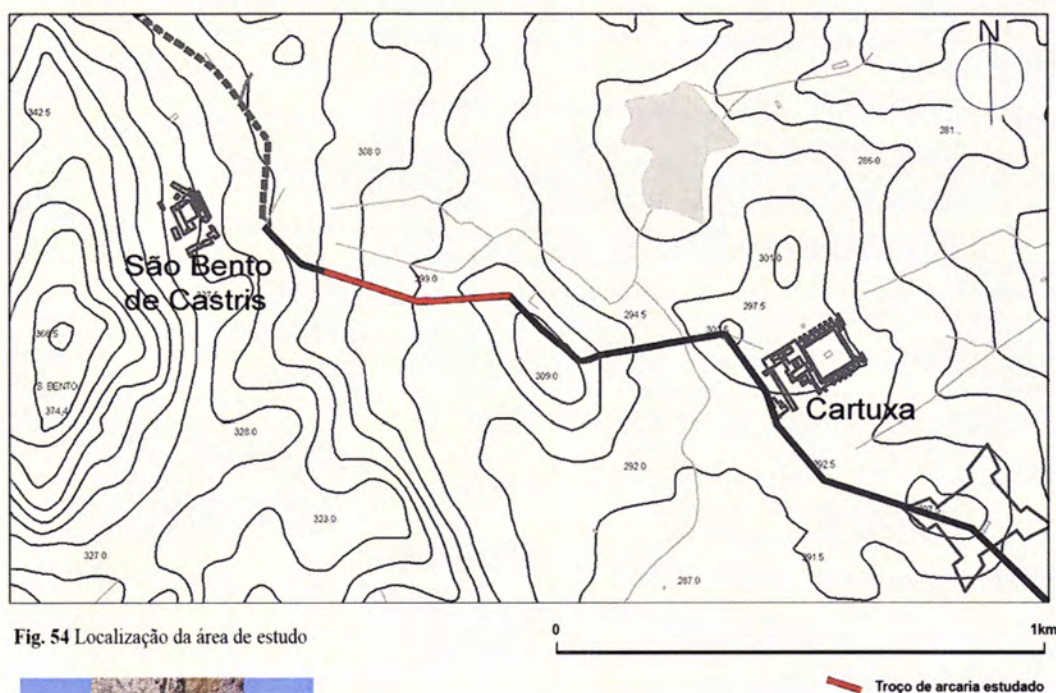


Fig. 54 Localização da área de estudo



Fig. 55 Pilar do Aqueduto

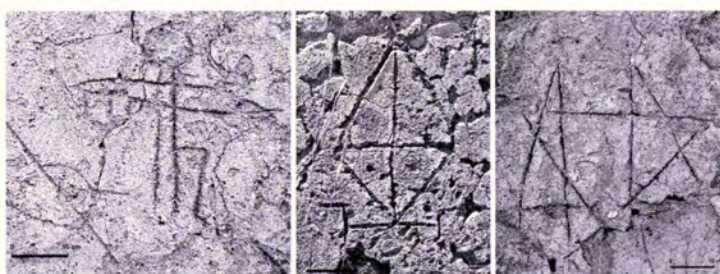


Fig. 56 Figuras e formas geométricas incisas na argamassa de revestimento

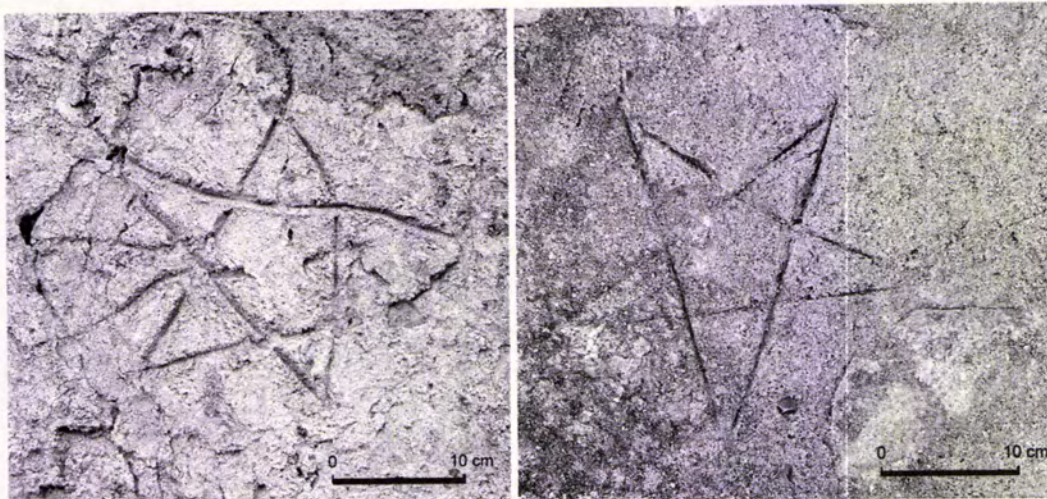
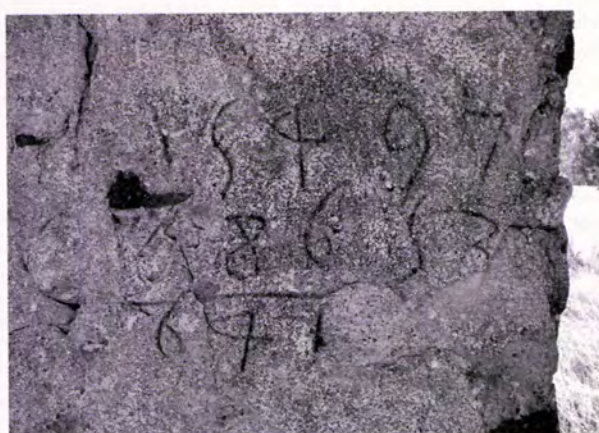


Fig. 57 Pentagramas



Fig. 58 Pormenores caligráficos



1	5	4	9	7
1	8	6	5	2
8	4	1		

0 10 cm

Fig. 59 "Conta de pagamento"

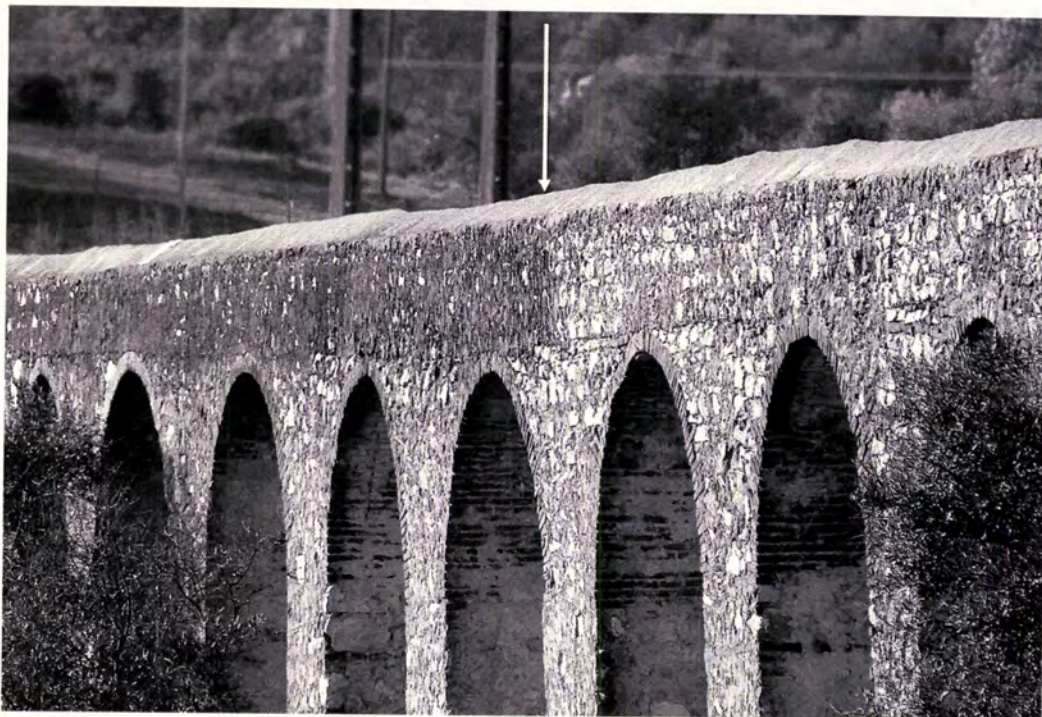
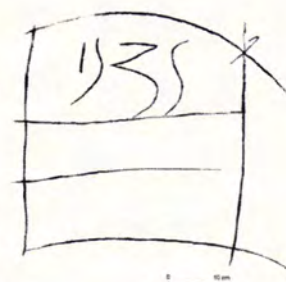


Fig. 60 Marcação do limite da empreitada coincidente com o pilar onde se encontra a “conta de pagamento”.



Figs. 61 e 62 Duas datas de 1534



Figs. 63 Data de 1535

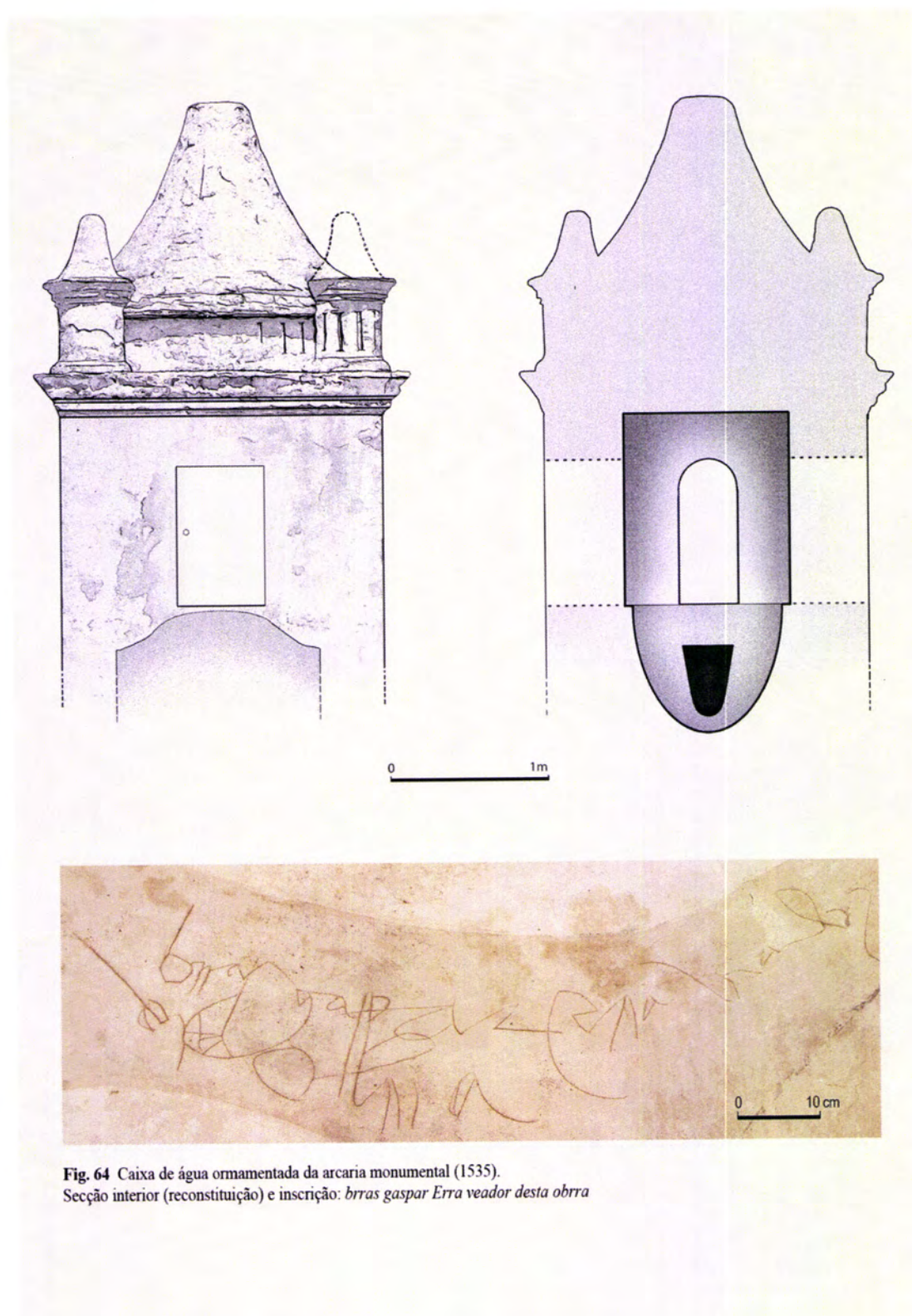


Fig. 64 Caixa de água ornamentada da arcaria monumental (1535).
 Secção interior (reconstituição) e inscrição: *brras gaspar Erra veador desta obrra*

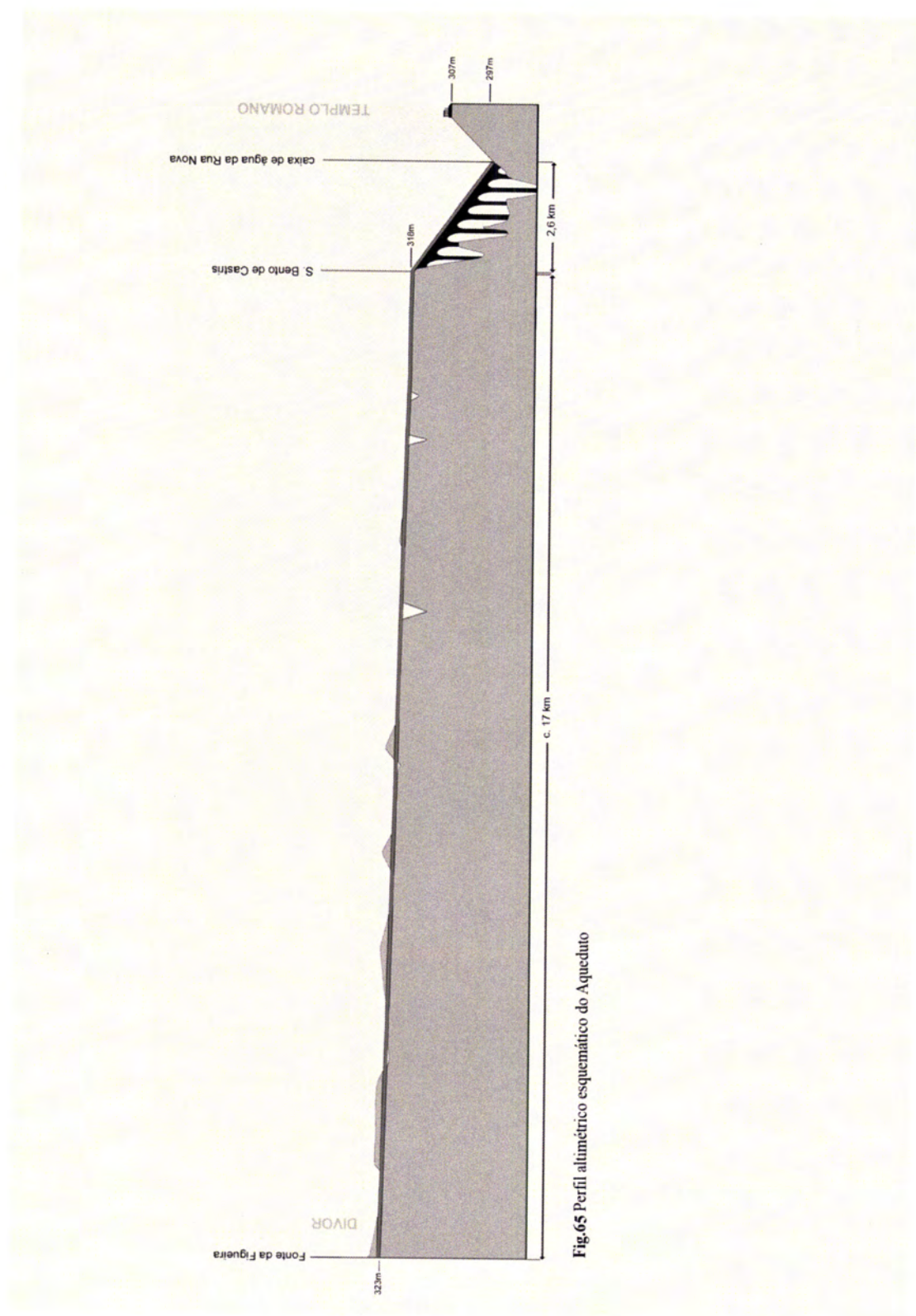
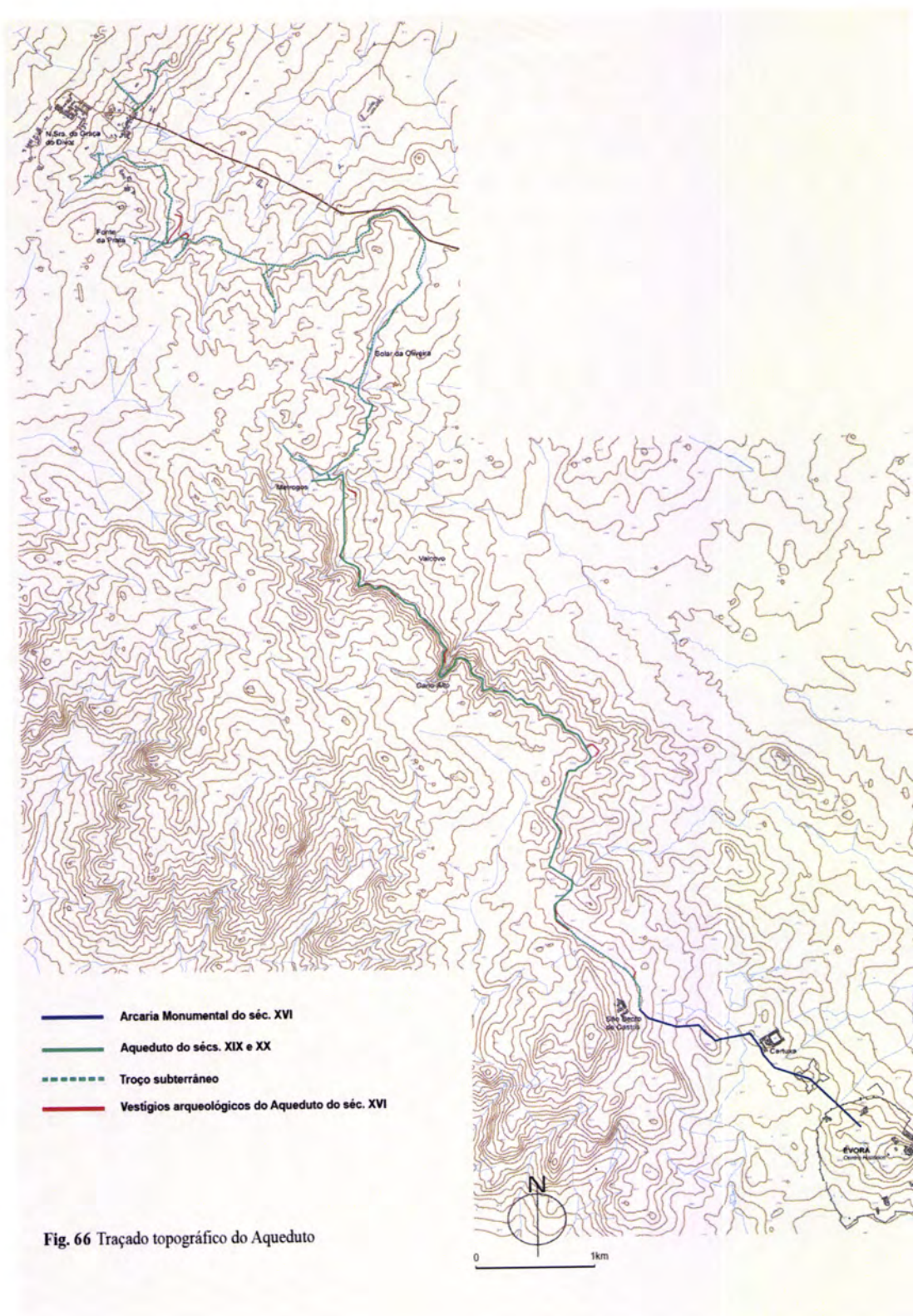


Fig.65 Perfil altimétrico esquemático do Aqueduto



Parte del Aqueducto moderno de la Ciudad de Evora

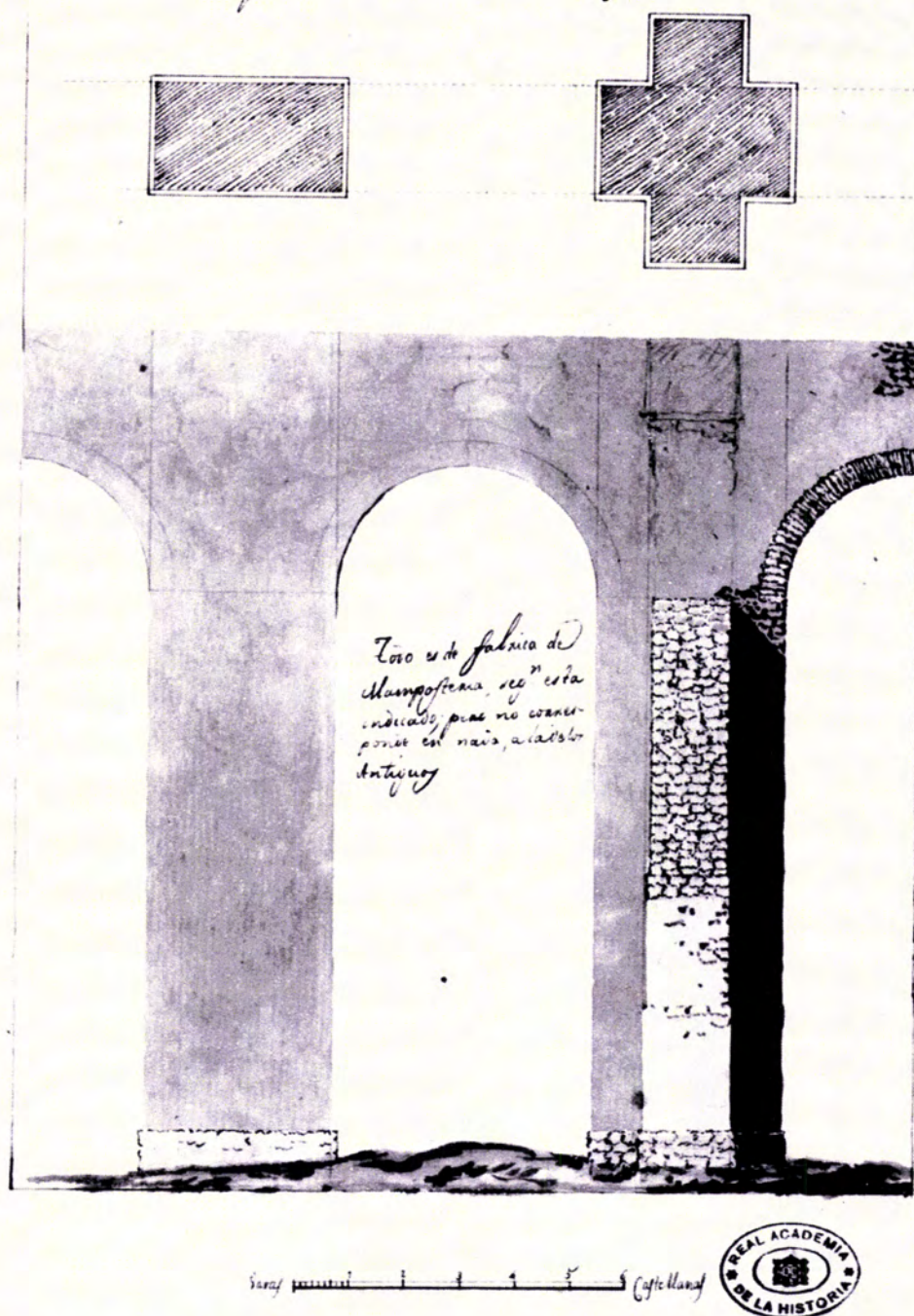


Fig.67 Planta e alçado do Aqueduto. Anónimo, 1798-1801
(Real Academia de La História, Madrid)

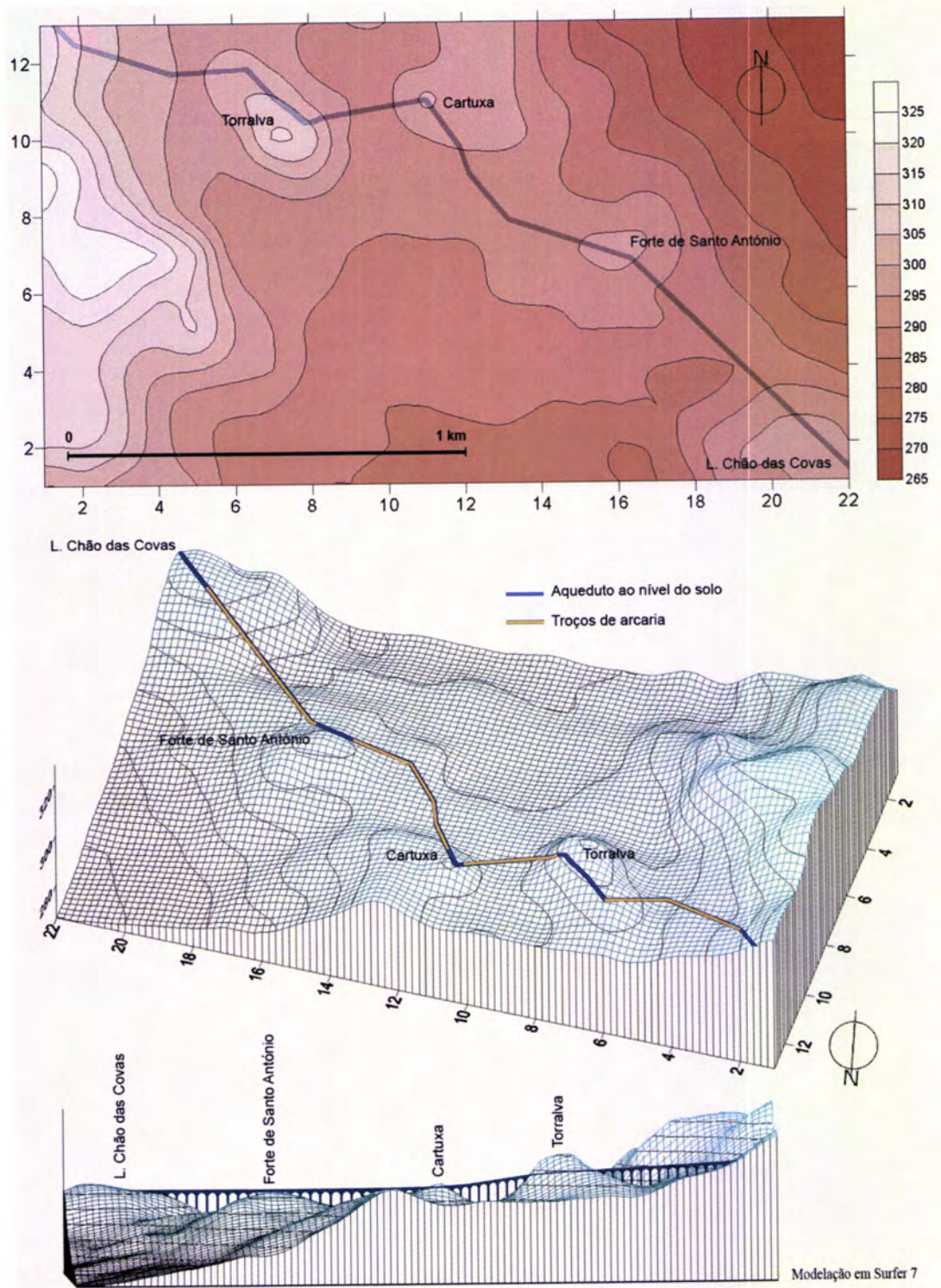


Fig. 68 Esquemas topográficos da zona de arcaria do Aqueduto entre S. Bento de Cástris e o Largo do Chão das Covas



Fig. 69 Torrinha do pilar central da arcaria do Aqueduto à estrada de Arraiolos



Fig. 70 Arcaria do Aqueduto à entrada da muralha medieval (Foto: F. Bilou)



Fig. 71 Aqueduto ao Largo do Chão das Covas (Foto: F. Bilou)

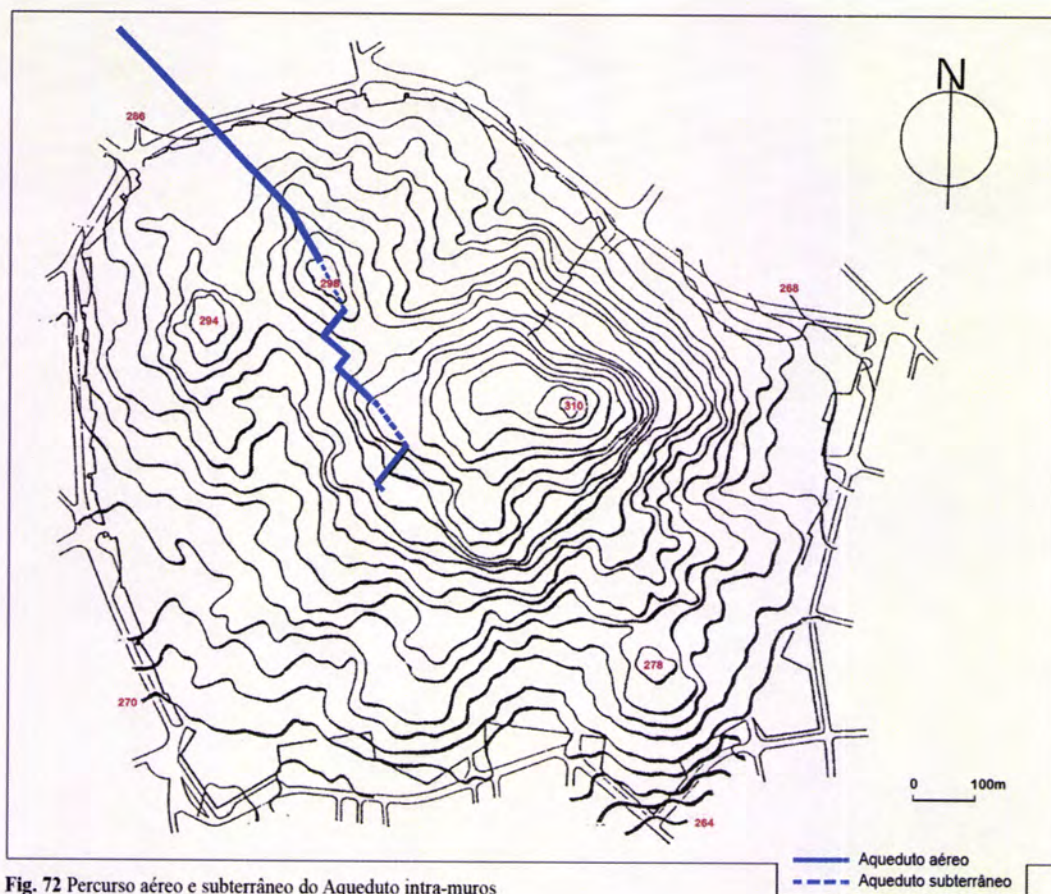


Fig. 72 Percurso aéreo e subterrâneo do Aqueduto intra-muros

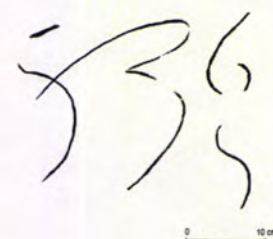


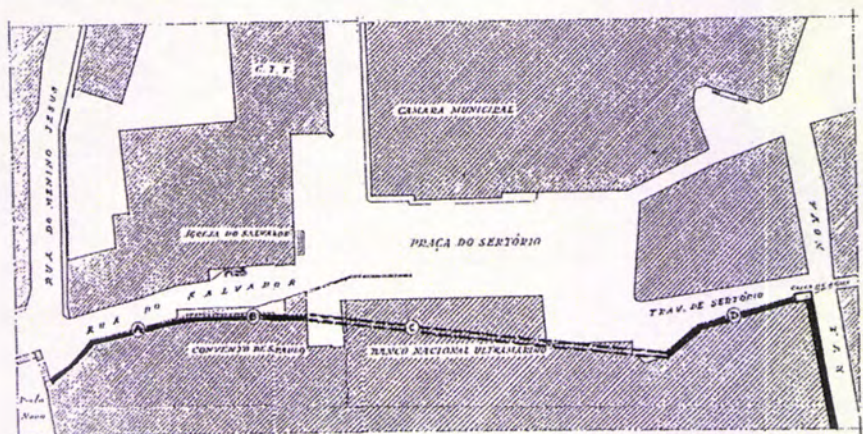
Fig. 73 Cronograma inciso
na argamassa na Rua
Pedro Simões (1536)



Fig. 74 Aqueduto na Rua do Cano (Foto: F. Bilou)



Fig. 75 Aqueduto no Largo da Porta Nova (Foto: F. Bilou)



• LEGENDA •

- Ⓐ Parte existente a descoberto
- Ⓑ Parte encoberta na parede
- Ⓒ Parte destruída
- Ⓓ Parte existente

0 10 m

Fig. 76 Planta de localização do percurso do Aqueduto pela Praça de Sertório (Fonte: CME)



Fig. 77 Templo romano de Évora, séc.XIX (Arquivo Fotográfico da CME)



Fig. 78 Caixa de água da Rua Nova (Foto: F. Bilou)

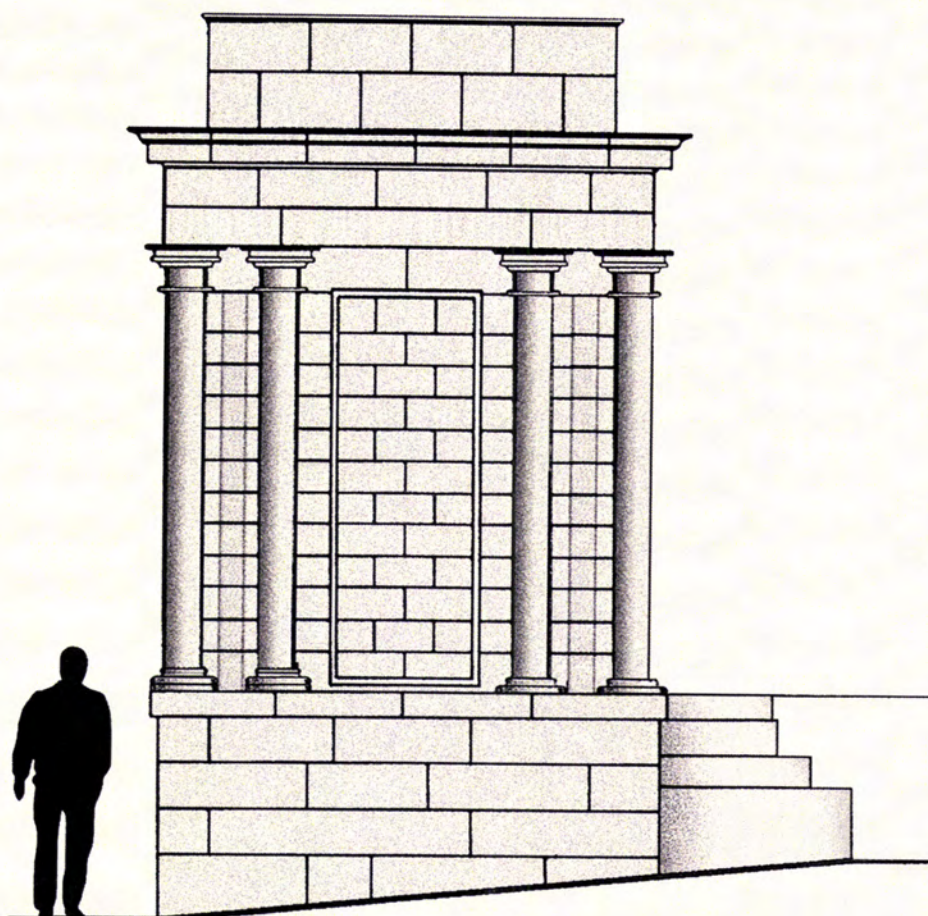


Fig.79 Desenho da caixa de água da Rua Nova
(adaptado e corrigido de Filomena Monteiro)

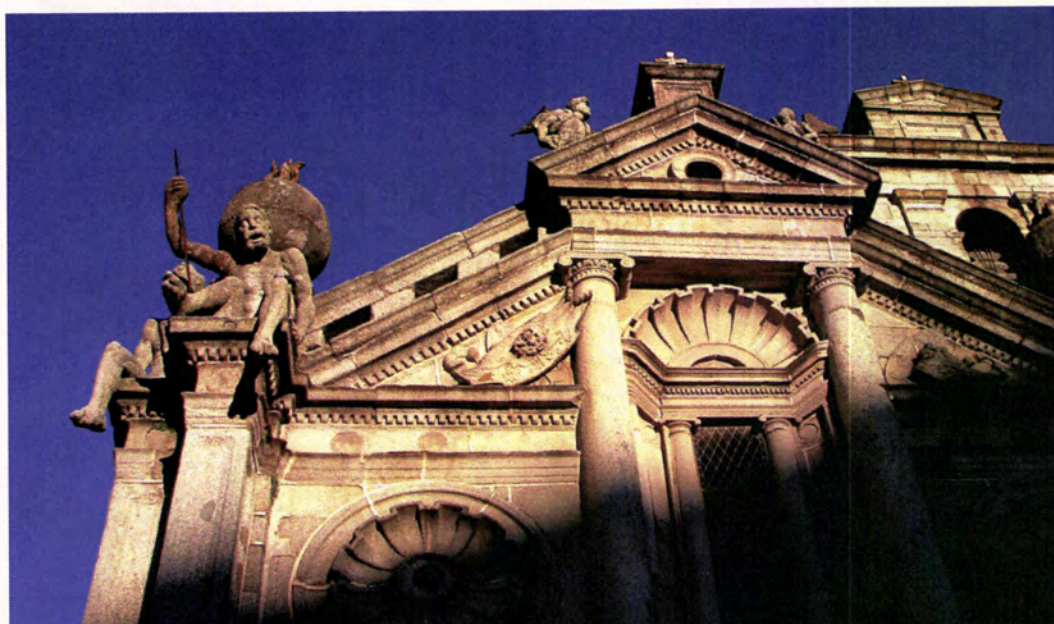


Fig. 80 Fachada da igreja de Nossa Senhora da Graça



Fig. 81 Antiga caixa de água do paço real de S. Francisco, demolida no séc. XIX.
(Foto: Arquivo Fotográfico da CME)



Fig.82 Interior da caixa de água da Rua Nova

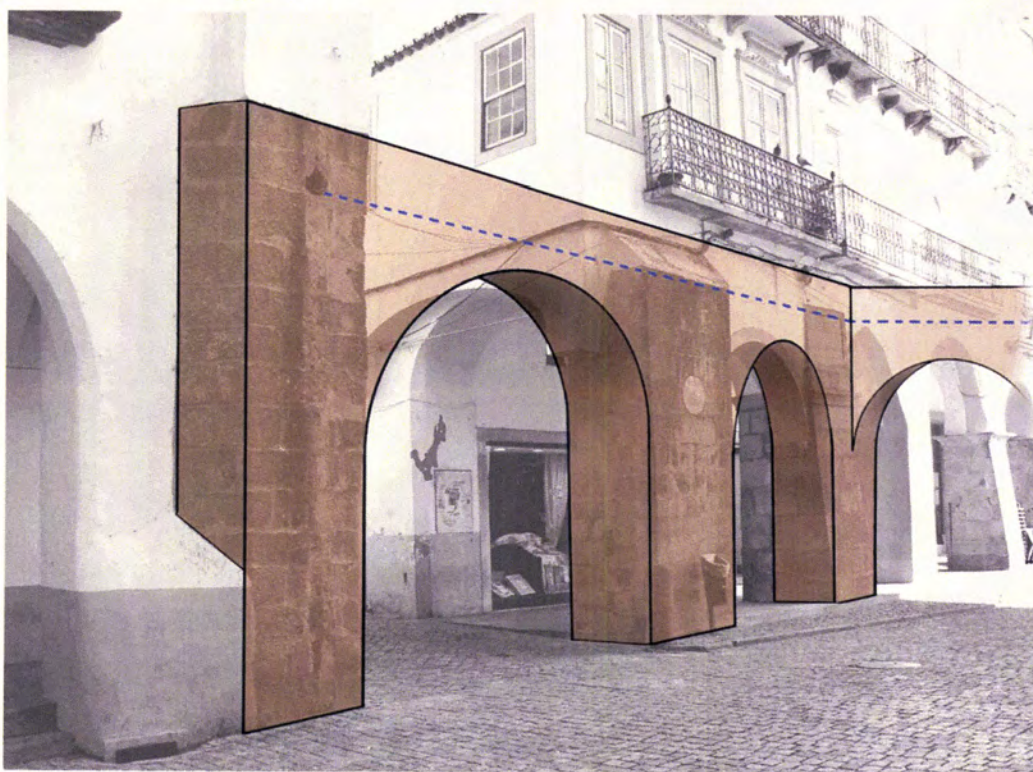


Fig.83 Reconstituição sobre fotografia actual da possível solução de abastecimento de água ao chafariz da *Praça* (de Giraldo)



Fig. 84 Reconstituição sobre planta aerofotogramétrica da possível solução de abastecimento de água ao chafariz da Praça (de Giraldo)

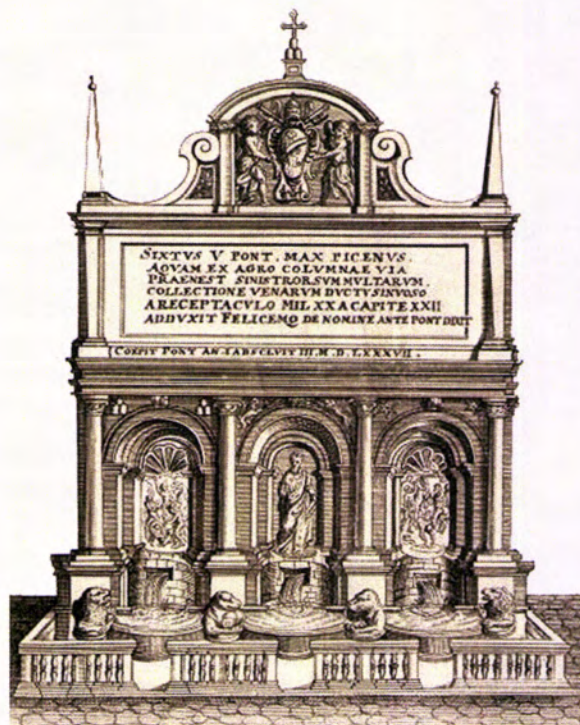


Fig. 85 Fonte de Moisés, Roma, segundo gravura antiga



Fig. 86 Chafariz dos Leões



Fig. 87 Chafariz dos Leões. Pormenor



Fig.88 Fonte da Praça de Giraldo e Igreja de Santo António

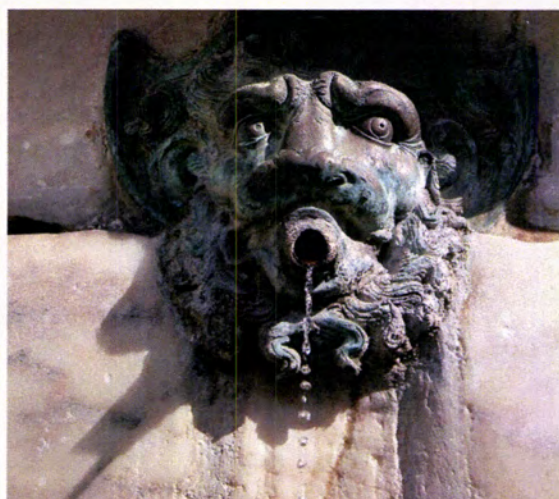


Fig.89 Carranca de leão da fonte da Praça de Giraldo

DOCUMENTOS

(DOC.1)

Aos herdeiros de Jorge da Silueira doação da augua que El Rey quisera trazer da quinta D'oliueira a cidade d'euora com toda a bemfeitoria que nos canos for feita

Dom Joham Cetera. A quantos esta nosa carta virem fazemos saber que por parte dos herdeiros de Jorge da Silueira fidalguo de nosa casa nos foy apresemntada huuma carta del Rey meu senhor E padre que samta groria aja de que o theor tall hee # dom Manuell por graça de deus Rey de portugall E dos algarues daquem E dalem maar Em africa senhor de guine E da conquista nauegaçam comercio d'etiopia arabia persia E da Imdia A quantos Esta nosa carta virem fazemos saber que queremdo nos fazer graça E merçee a Jorge da Sylueira do nosso comselho temos por bem E lhe fazemos doaçam E merçee deste dia em diamte E pera todo sempre pera elle E seus herdeiros E pera quem lhe aprouuer d'aguoa que el Rey meu senhor que samta groria aja quisera trazer de junto da quyntãa d'oliueira a nosa cidade d'euora E asy de todos canos E bemfeitoria que nella estiver feita pera elle trazer a huuma sua quymtãa que hy tem. E se aproueytar della no que lhe aprouuer E se por ventura o cabido da see da dita cidade ajmda nam he pago do preço que do dito senhor aviam d'aver por leixarem trazer a dita aguoa aa dita Çidade que o dito Jorge da Silueira o pague E asy a quoaes quer outras pessoas que em ello têm parte como por o dito senhor que samta groria aja hera ordenado se fazer trazendoa aa dita cidade E esta merçee lhe fazemos com tal comdiçam que se per ventura nos ou nosos herdeiros em algum tempo quisermos trazer a dita aguoa a dita çidade ou fazer della outra alguuma cousa que o posamos fazer sem lhe sermos obrigados nem nosos herdeiros a satisfaçam alguuma por ello E somente lhe mandaremos pagar a despesa que com a dita aguoa teuer feita E a bemfeitoria que por Respeito della fezer E pore m mandamos ao nosso procurador da comarca E A outros quer (sic) nosos ofiçiaes E pessoas della que lhe nam ponham em elo duvida nem outro nenhuu embargo E lhe cumpram em todo esta nosa carta de doaçam segumdo se em ella comtem em huum nosso aluara que de nos tinha per que lhe tinhamos feita esta merçee mandamos peramte nos Romper ao asynar desta que lhe

mamdamos dar pera sua guarda E nosa lembrança per nos asynada E aselada do nosso sello pendente. Dada em a nosa cidade de Lixboa a xbij dias do mes d'abrill Amdre Diaz a fez mjl bc E huum (1501) annos. E esta aguoá podera ho dito Jorge da Sylueira trazer ao seu pumar asy E polla maneira que a nos traziamos. Pidimdonos os herdeiros de Jorge da Sylueira por merçee que lhy confirmasemos a dita carta E visto por nos seu Requerimento querendolhe fazer graça E merçee lha confirmamos E avemos por confirmada asy E polla maneira que nella he comtheudo E mamdamos que asy se cumpra E guarde sem outra duvida. Dada em a nosa cidade de lixboa a seis dias de Setembro Dioguo Ferreira a fez de mjll bc xxij (1522) anos

ANTT, Chancelaria de D. João III, Lº 3º, fol. 180v-181

(DOC. 2)

Dom Joham cetera. A quantos esta mjnha carta vyrem faço saber que por parte de Fernam de Macedo me foy apresentado hum aluara del Rey meu senhor e padre que samta glorya aja de que o teor tall he 'Nos el Rey fazemos saber aos que o conteudo desto pertencer que a nos praz e avemos por bem que Fernam de Macedo seya veador e Recebedor da obra dos canos que se ham de fazer pera trazer aguoá da fonte das pratas a esta cydade d'evora E poreu notefycamos asy ao empreyteyro e oficiais da dita obra e per este que tome diso cuydado que delle confiamos e faça fazer a dita obra pelo teor e ordenança do contrato e naquela perfeçam e segurança que per elle for obryguado o empreyteyro que a ouuer de fazer. Feito em Évora a xxbij de Dezembro em que começa a era de quynhentos e vinta hum (1520.12.28). Bastiam da Costa o fez. E pedimdome o dito Fernam de Macedo por merce que lhe confirmase o dito aluara em carta e visto per mim seu Requymento e querendolhe fazer graça e merce tenho por bem e lho confirmo e mando que se cunpra e guarde como em elle he conteudo. Antonio Tavares a fez em [Lixboa] a bij dias de Outubro de myll Bc xxix (1529).

ANTT, Chancelaria de D. João III, Lº 19, fol. 15v

(DOC. 3)

Dom Joham per graça de deus Rey de purtuguall e dos Alguarvees d'aquem e d'alem Maar Em Africa Sennhor de guynnee e da comquista navegaçam e comercio d'ethiopia Arabia persya e da India cetera. A quamtos Esta carta de quytaçam virem ffaço saber que Eu mandey tomar comta Aos Erdeiros de Duarte Monjz Reçebedor que foy do dinheiro da obra do cano d'agoa da prata que mandei fazer na çidade d'evora de tempo de çimquo annos quatro meses e quatro dias que começaram A trimta d'outubro de mjll quynhemtos trjmta e tres e Acabaram A tres de março de quynhenmtos trjnta e nove. E pella Recadaçam de sua comta se mostra Reçeber quymze comtos vimte hum Mill seisçemtos e novemta (15.021.690) Reaaes. Scilicet. Hum comto ijc xxxix mil bjc (1.239.600) Reaaes de Fernam d'Alvarez thesoureiro moor que os descomtou das temças dos moradores cortesaos da dita cidade d'evora. E X comtos ixclbij mil xxxij (10.957.032) Reaaes de Fernam Rodriguez de PaLma Reçebedor que foy do dinheiro do Reyno. E iijc xxxbiiij mil bc xiiij (338.514) Reaaes de Bastiam de Morais que teve o dito carguo. E ij comtos iiijc Lij mil bc Riiij (2.452.544) Reaaes que Reçebeo dos sacadores dos Lamçamentos que se tiraram pera a dita obra na dita cidade e sua comarca. E os xxxiiij (34.000) mil Reaaes Reçebeo per venda de çerto tiJollo e telha E asy se mostra Reçeber sete mjll vimte sete moyos de call. E vimte seis mjll setemta e quatro telhas. E sete mjll setemta e sete telhoes. E oytemta hum mjll quynhemtos oytemta e tres tiJollos. E trezemtas oytemta e çimquo paas. E trjmta hum quymtaes duas aRobas dos aRates de ferro. E çimquoemta oyto carros. E çimquoemta e oyto agueyros. E oytemta e çimquo canos de chumbo. E sete grades de ferro. Dos quaaes quymze comtos vimte hum mjll seis çemtos e novemta Reaaes E cousas açima decraradas E outras muytas que vay na Recadaçam e emçarramento da dita comta que foy tomada per Afomso de Miranda comtador e vista per Gaspar Godinho provedor das comtas. De tudo deram os ditos erdeiros comta com emtregua sem ficarem devendo cousa alguma. Emtrando nesta despesa çemto quaremta e oyto mjll Reaaes – os – Lxx (70.000) mil Reaaes de que fiz merçe ao dito Duarte Monjz E os Lxxbiiij (78.000) mil Reaaes de que fiz quyta e esmola Ao prior e padres do nosso mosteiro de sam domynguos da dita cidade d'evora a quem o dito Duarte Monjz deixou parte de sua fazenda com emcarguo

de lhe dizerem çertas mysas. E por tamto dou Aos ditos erdeiros por quytes e Livres do dito dinheiro e cousas que o dito Duarte Monjz Reçebéo que nam sejam çitados nem demandados em meus comtos Jujzo nem fora delle. E Mando Aos veadores de mynha fazenda provedor moor dos meus comtos E A todos os corregedores JuJzes e Justiças e a quaaes quer outros ofiçiaes a que o conheçimemto pertemçer – que cumpram E guardem Esta mynha carta de quytaçam sem duvjda nem embargo que (a) ella seja posto. A quall lhe mandey pasar per mym asynada e Asellada do meu sello pendemte – Afomso de Miranda comtador a fez a doze dias do mes de Junho Anno do naçimemto de noso Sennhor Jhesus xpristo de mjll quynhemtos çimquoemta e tres Annos” “El Rey”

Façam Aos erdeiros de Duarte Monjz Recebedor que foy do dinheiro da obra do cano d’agoa da prata que Vossa Alteza mandou fazer na çidade d’evora de tempo de çimquo annos quatro meses e quatro dias que começaram A xxx d’outubro de bc xxxiij (533) e Acabaram a tres de março de bc xxxix (539) dos xb comtos xxj mil bc lR (15.021.590) Reaaes que Reçebéo E cousas Acima decraradas de que deram os ditos erdeiros comta com emtregua emtrando nesta despesa CRbiiij (148) mil Reaaes de que lhe Vossa Alteza fez merçe

(Selo pendente)

B.P.E., Pergaminhos avulso, Pasta 2, Pergaminho 28

(DOC.4)

(...) Do arco da Ruancha só podemos supor que im/pedia a passagem de alguns carros triunfantes nas procissoens, e / por isso se mandaria desfaser, O chafaris era o que fala o n.º 424 / Do portico so agora ouvimos falar, e supomos que era couza ma/gnifica, como frontespicio de algum templo, ou couza semilhan/te, e era todo de mármorees que tomava a largura da pra-/ça que tinha três serventias ou portoens por bacho, huma para a Rua de Alconchel, outra para a Ruancha, e a do / meio para a Rua que chamão de Maria de espinha, a qual / agora occupa a Igreja de Santo Antão, e da qual lá abai/cho atrás da capella mor ainda se ve alguma parte, ainda / que tapada; que constava elle de muitas, e varias colunas/ maiores, e menores repartindo vários nichos, e couzas se/milhantes, enfim que era obra magnificentissima a qu/al não vimos athe agora. Não sabemos, nem temos quem fosse o Autor desta tal obra: certamente não era obra / de D. João 3.º ainda que a ella encostou, o seu grande cha/faris ficando lhe o pórtico servindo de ornato, se fora / obra deste Rey era impossível que o cardeal a desfi/zesse; e certamente não era este pórtico, que o M.e André de / Rezende dis que fês Sertório, em que lançou em tanque gran/diozo toda a sua agoa do aqueducto; porque esse dis o mesmo Re/zende, que o fês elle, e lançou a sua agoa no mais alto da /cidade como já dissemos. Quando agora se desfes este tal / pórtico da praça, havia tradição e consta por escritos / que se conservam no cartório do senado que fora obra / de algum grande Romano, não dizendo de quem, e em / que tempo: das columnas maiores, certamente vierão / para o Collegio 8 são as que estão no Refeitório (...).